

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO ESPECIAL**



**ANÁLISE BIBLIOMÉTRICA DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA SOBRE DIREITOS
DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA.**

ALINE DROPPE BRAVO

**São Carlos
2013**

ALINE DROPPE BRAVO

**ANÁLISE BIBLIOMÉTRICA DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA SOBRE DIREITOS
DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA.**

Tese apresentada ao Programa de Pós- Graduação em Educação Especial da Universidade Federal de São Carlos, na área de concentração Educação do Indivíduo Especial, como um dos requisitos para a obtenção do Título de Doutor em Educação Especial.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Maria Cristina Piumbato Innocentini Hayashi.

**São Carlos
2013**

**Ficha catalográfica elaborada pelo DePT da
Biblioteca Comunitária/UFSCar**

B826ab Bravo, Aline Droppe.
Análise bibliométrica da produção científica sobre direitos das pessoas com deficiência / Aline Droppe Bravo. -- São Carlos : UFSCar, 2013.
135 f.

Tese (Doutorado) -- Universidade Federal de São Carlos, 2012.

1. Educação especial. 2. Direito. 3. Pessoas com deficiências. 4. Bibliometria. 5. Análise bibliométrica. 6. Produção científica. I. Título.

CDD: 371.9 (20^a)



Banca Examinadora de Defesa de Tese de **Aline Droppé Bravo**.

Profa. Dra. Maria Cristina Piumbato Innocentini Hayashi
(UFSCar)

Ass. Kristup Stevi

Profa. Dra. Katia Regina Moreno Caiado
(UFSCar)

Ass. KRM Caiado

Profa. Dra. Camila Carneiro Dias Rigolin
(UFSCar)

Ass. Camila C. D. Rigolin

Profa. Dra. Maria Teresa Miceli Kerbauy
(UNESP/Araraquara)

Ass. Maria Teresa Miceli Kerbauy

Profa. Dra. Marcia Regina da Silva
(USP/Ribeirão Preto)

Ass. Marcia Regina da Silva

Resumo:

A relação entre o Direito e as pessoas com deficiência existe desde a antiguidade e vem sofrendo mudanças, ainda que lentamente, em busca da dignidade humana. Neste contexto de construção e garantia de direitos, o estudo científico se fez presente, contribuindo com novas teorias e mapeando os acontecimentos sociais. Assim, o presente estudo enfoca os direitos das pessoas com deficiência consolidado na produção científica representada por teses e dissertações defendidas em Programas de Pós-Graduação do país no período compreendido entre 1991 e 2009, tendo como objeto de estudo as pessoas com deficiência e o Direito. Quanto ao objetivo foram selecionadas as teses e dissertações defendidas no período mencionado acima, disponíveis no Banco de Teses da CAPES, sendo em seguida analisadas por meio da abordagem bibliométrica, recurso metodológico que permite, entre outros aspectos, compreender a configuração de determinadas áreas de conhecimento a partir da análise da sua produção científica; produzir indicadores bibliométricos da produção científica selecionada, mediante os seguintes parâmetros: autoria; vínculo institucional e perfil profissional dos autores; fomento recebido; distribuição temporal e regional dos trabalhos; temas enfocados; entre outros; analisar o conteúdo das dissertações e teses selecionadas, por meio da seleção de uma amostra composta por pelo menos um trabalho vinculado a cada área de conhecimento identificada. Como referencial teórico foi utilizada a legislação vigente referente aos direitos das pessoas com deficiência, bem como trabalhos referentes à análise de produção científica e direitos das pessoas com deficiência. Quanto à metodologia, a pesquisa caracteriza-se como documental, de natureza descritiva e analítica, pautada na abordagem bibliométrica. Os procedimentos metodológicos envolveram as seguintes fases: a) revisão de literatura; b) levantamento e análise das teses e dissertações envolvendo a temática e c) sistematização e análise dos resultados. Observou-se pelos dados obtidos, entre outros aspectos, que a maioria das pesquisas foi desenvolvida entre os anos de 2007 e 2009, e na maioria das vezes em programas ligados a área do Direito, bem como se constatou que poucas instituições são responsáveis pelo desenvolvimento da maioria dos trabalhos.

Palavras-chave: Direito; Pessoa com deficiência; Bibliometria; Análise bibliométrica da produção científica;

Abstract:

The relationship between law and persons with disabilities existed since ancient times and is changing, albeit slowly, in search of human dignity. In the context of construction and warranty rights, scientific study was present, contributing new theories and mapping the social events. Thus, this study focuses on the rights of persons with disabilities in the Consolidated represented by scientific theses and dissertations in the Graduate Programs in the coun period between 1991 and 2009 and aims to: select the theses and dissertations in the period between 1991 and 2009 are available at the Bank of CAPES thesis and whose object of study people with disabilities and the law; analyze this scientific production, through bibliometric approach, methodology resource that allows, among other things, understand the configuration of certain knowledge areas from the analysis of the scientific production; produce bibliometric indicators of scientific output selected using the following parameters: authorship, institutional affiliation and professional profile of authors; encouragement received; regional and temporal distribution of the work; themes focused, among other , analyzing the content of selected theses and dissertations, by selecting a sample of at least one work linked to each knowledge area identified. As a theoretical framework we used the current law regarding the rights of persons with disabilities, as well as work on the analysis of scientific production and rights of people with disabilities. Regarding the methodology, the research is characterized as documentary, descriptive and analytical, based on bibliometric approach. The methodological procedures involved the following stages: a) literature review, b) survey and analysis of theses and dissertations involving thematic c) systematization and analysis of results. It was observed by the data obtained, among other things, that most research was developed between the years 2007 and 2009, and most often in programs related to the area of law and it was found that few institutions are responsible for developing most studies.

Keywords: Law; disabled person; Bibliometrics; Bibliometric analysis of scientific production.

Aceitar e respeitar a diferença é uma dessas virtudes sem o que a escuta não se pode dar. Se discrimino o menino ou menina pobre, a menina ou o menino negro, o menino índio, a menina rica; se discrimino a mulher, a camponesa, a operária, não posso evidentemente escutá-las e se não as escuto, não posso falar com eles, mas a eles, de cima para baixo. Sobretudo, me proíbo entendê-los. Se me sinto superior ao diferente, não importa quem seja, recuso-me escutá-lo ou escutá-la. O diferente não é o outro a merecer respeito é um isto ou aquilo, destratável ou desprezível.

(Paulo Freire)

Agradecimentos

Agradeço a Deus por mais esta oportunidade e pela constante proteção.

À minha orientadora Maria Cristina, com profunda admiração e carinho, por ter me acolhido e viabilizado este momento, com muita atenção e constantes ensinamentos.

Aos meus pais Mario e Cleuza, por toda dedicação, não medindo esforços na contribuição para que me tornasse a pessoa que sou hoje.

Ao meu companheiro Gustavo, pela paciência e compreensão, dedicando muito carinho ao meu filho Olavo em momentos em que me dediquei aos estudos.

Às minhas irmãs Rosangela e Debora, pela união que nos fortalece para enfrentarmos os desafios da vida.

À minha avó Georgina, que assim como meus pais, muito contribuiu para minha educação, bem como tem contribuído para a educação de meu filho.

A todos aqueles que ao seu modo tornaram meu percurso acadêmico viável.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Gráfico 1: Distribuição de trabalhos por ano	53
Gráfico 2: Distribuição das bolsas por agência de pesquisa	65
Figura 1: Distribuição das IES por regiões brasileiras	58
Quadro 1: Temáticas mais abordadas	67

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Distribuição dos trabalhos por instituição	57
Tabela 2: Distribuição dos trabalhos por programa de pós-graduação	59
Tabela 3: Total de trabalhos por linha de pesquisa	61
Tabela 4: Distribuição do fomento aos trabalhos por IES	66
Tabela 5: Distribuição dos orientadores e autores por gênero	69
Tabela 6: Formação acadêmica dos autores	70
Tabela 7: Instituições de ensino responsáveis pela formação acadêmica dos autores das dissertações e teses	71
Tabela 8: Ocupação atual dos autores	72

LISTA DE SIGLAS E ABREVIações

ABE&M	Revista dos Arquivos Brasileiros de Endocrinologia & Metabologia
APAE	Associação de Pais Amigos dos Excepcionais
BDTD	Biblioteca Digital Brasileira de Tese e Dissertações
BIREME	Biblioteca Virtual em Saúde
BPC	Benefício da Prestação Continuada
C&T	Ciência e Tecnologia
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CLT	Consolidação das Leis Trabalhistas
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CONADE	Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência
CONDEF	Conselho Municipal da Pessoa com deficiência
CORDE	Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência
DH	Direitos Humanos
DRT	Delegacia Regional do Trabalho
FAPESP	Fundação de Amparo a Pesquisa do Estado de São Paulo
FIESP	Federação da Indústria do Estado de São Paulo
HCTP	Hospital de Custódia e Tratamento Psiquiátrico
HIV	Human Immunodeficiency Virus
IBCT	Instituto Brasileiro de Ciência e Tecnologia
IES	Instituição de Ensino Superior
INSS	Instituto Nacional do Seguro Social
MCT	Ministério da Ciência e Tecnologia
ME	Matricula em Escola Próxima da Residência
MPE	Ministério Público do Estado
MPT	Ministério Público do Trabalho
NBR	Norma Técnica
NEE	Necessidades Educacionais Especiais
OEA	Organização dos Estados Americanos
OIT	Organização Internacional do Trabalho

ONG	Organização Não Governamental.
ONU	Organização das Nações Unidas
PLI	Passe Livre Intermunicipal
PNDH	Programa Nacional de Direitos Humanos
PNEEs	Pessoa com Necessidades Educacionais Especiais
PNEs	Pessoa com Necessidades Especiais
PPGE	Programa de Pós-graduação em Educação
PPGEEs	Programa de Pós-graduação em Educação Especial
PPGs	Programas de Pós-graduação
Pró-PD	Grupo de Atuação Especial de Proteção à Pessoa com Deficiência
PUC	Pontifícia Universidade Católica
SciELO	Scientific Electronic Library Online
SDH/PR	Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da Republica
SENAI	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
SESI	Serviço Social da Industria
SINE	Sistema Nacional de Emprego
Tede	Sistema de Publicações Eletrônicas de Tese e Dissertações
UERJ	Universidade do Estado do Rio de Janeiro
UFAL	Universidade Federal de Alagoas
UFAM	Universidade Federal do Amazonas
UFBA	Universidade Federal da Bahia
UFC	Universidade Federal do Ceará
UFES	Universidade Federal do Espírito Santo
UFF	Universidade Federal Fluminense
UFG	Universidade Federal de Goiás
UFJF	Universidade Federal de Juiz de Fora
UFMA	Universidade Federal do Maranhão
UFMS	Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
UFPA	Universidade Federal do Pará
UFPB	Universidade Federal da Paraíba
UFPE	Universidade Federal de Pernambuco
UFPR	Universidade Federal do Paraná
UFRG	Universidade Federal do Rio Grande
UFRGS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul

UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro
UFRN	Universidade Federal do Rio Grande do Norte
UFSC	Universidade Federal de Santa Catarina
UFSCar	Universidade Federal de São Carlos
UFSCar	Universidade Federal de São Carlos
UFV	Universidade Federal de Viçosa
UMESP	Universidade Metodista de São Paulo
UnB	Universidade de Brasília
UNESCO	United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization
UNESP	Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho"
USP	Universidade de São Paulo
WoS	Web of Science

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	17
2 OS DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA	23
2.1 A evolução do conceito de deficiência	23
2.2 Direitos humanos e marcos internacionais na busca pelos direitos das pessoas com deficiência	26
2.3 Movimentos sociais e legislação brasileira pela garantia dos direitos das pessoas com deficiência	30
3 METODOLOGIA E PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	39
3.1 A visibilidade da produção científica oriunda dos Programas de Pós-Graduação no país: as bibliotecas digitais	39
3.2 A bibliometria e os indicadores bibliométricos	43
3.3 Fonte de dados: o Banco de Teses e Dissertações da CAPES, as bibliotecas digitais de teses e dissertações e o Currículo Lattes	46
3.4 Procedimentos metodológicos	46
3.5 Aspectos Éticos da Pesquisa	50
4 INDICADORES BIBLIOMÉTRICOS DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA SOBRE DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA	53
4.1 Perfil das teses e dissertações quanto ao nível e distribuição temporal	53
4.2 O perfil das instituições	56
4.3 O perfil dos programas de pós-graduação	59

4.4 O fomento às pesquisas no campo dos direitos das pessoas com deficiência	64
4.5 As temáticas das pesquisas face às palavras-chaves atribuídas	67
4.6 Perfil dos pesquisadores: indicadores de orientação e autoria	68
4.7 Indicadores de gênero dos autores e orientadores	69
4.8 Os indicadores de formação acadêmica, vinculação profissional e área de atuação dos autores	70
5 A AGENDA DE PESQUISAS SOBRE OS DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA	73
5.1 As pesquisas no campo da Educação Especial e da Educação	73
5.2 As pesquisas sobre direito das pessoas com deficiência no campo do Direito	78
5.3 Os direitos das pessoas com deficiência do ponto de vista das pesquisas em Ciências Sociais e Aplicadas	83
5.4 O olhar das Ciências Humanas sobre o tema “direito das pessoas com deficiência”	90
5.5 As pesquisas desenvolvidas nos Programas de Pós-Graduação da área Multidisciplinar sobre “direitos das pessoas com deficiência”	95
5.6 As pesquisas em Saúde Coletiva e os direitos das pessoas com deficiência	99
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	103

7 REFERÊNCIAS 107

APÊNDICE A – Descrição das 64 linhas de pesquisa com apenas um trabalho vinculado 115

APÊNDICE B – Referências dos 119 trabalhos analisados 121

1 INTRODUÇÃO

As pessoas com deficiência vêm conquistando espaço e visibilidade na sociedade brasileira nas últimas décadas, principalmente pelo fato de serem atores que empreenderam, desde o final da década de 1970, intensa luta por cidadania e respeito aos Direitos Humanos. (LANNA JÚNIOR, 2010)

Neste mesmo contexto, assim como as pessoas com deficiência, os trabalhadores, as mulheres, os negros, os homossexuais, dentre outros grupos com organizações próprias, reivindicavam espaços de participação e direitos, protagonizando o processo de redemocratização pelo qual passava a sociedade brasileira, dando novo significado à democracia. (LANNA JÚNIOR, 2010)

As pessoas com deficiência enfrentavam a opressão tanto em relação à restrição de seus direitos civis quanto, à que era imposta pela tutela da família e das instituições, praticamente sem oportunidade de participarem das decisões em assuntos que lhes diziam respeito. Porém, a partir de 1970 surgiu o movimento das pessoas com deficiência onde, pela primeira vez, elas mesmas protagonizaram suas lutas em busca de seus direitos, com o lema “Nada sobre Nós sem Nós”, expressão que fora difundida internacionalmente. (LANNA JÚNIOR, 2010)

Assim, até a década de 1970 as ações voltadas para as pessoas com deficiência referiam-se a educação e obras caritativas e assistencialistas, porém a partir do movimento surgido no final dessa mesma década buscou-se a reconfiguração de forças na arena pública, na qual as pessoas com deficiência despontavam como agentes políticos, na luta por espaços de participação e direitos até os dias atuais. (LANNA JÚNIOR, 2010)

Neste mesmo contexto de desenvolvimento social, o desenvolvimento das tecnologias da informação e comunicação acabou por facilitar o acesso aos trabalhos científicos, ao disponibilizar, por exemplo, a produção científica dos programas de pós-graduação do país configurada, entre outros tipos de trabalhos, pelas teses e dissertações, que constituem uma das modalidades de literatura científica, ao lado dos artigos científicos divulgados em periódicos e

livros e capítulos de livros. Essa literatura, oriunda das pesquisas desenvolvidas em nível de mestrado e doutorado foram, durante muito tempo, considerada do tipo “literatura cinzenta”, por não estar disponível em catálogos comerciais, como afirma Campello (2000). No entanto, nos últimos anos, o acesso a esta modalidade de literatura tem se intensificado, com as bibliotecas digitais de teses e dissertações constituídas e disponibilizadas na internet pela maioria das instituições de ensino superior e institutos de pesquisa públicos e privados que mantêm programas de pós-graduação no país.

Além dessas bibliotecas digitais online, outra iniciativa que permitiu a disseminação da produção científica gerada nas pós-graduações do país foi o projeto desenvolvido pelo Instituto Brasileiro de Ciência e Tecnologia (Ibict) que “[...] visa integrar os sistemas de informação de teses e dissertações existentes nas Instituições de Ensino Superior (IES) brasileiras, bem como estimular o registro e a publicação de teses e dissertações em meio eletrônico” (IBICT, 2009, p. web).

Esta produção científica gerada nas universidades e institutos de pesquisa sofre processo de avaliação tanto por parte dos pesquisadores como por parte dos leitores, com a dupla finalidade de verificar os avanços obtidos e de refletir o status de um campo científico e de seus produtores. Como decorrência, fica o pesquisador no compromisso de comunicar os resultados de suas pesquisas, de aumentar as publicações, de interagir com seus pares e de produzir. Estas avaliações geram diversas estatísticas, dentre as quais, por exemplo, os autores “mais produtivos”, os periódicos mais citados, e outros que vão influenciar significativamente o desenvolvimento da produção no campo científico (JOB, 2006).

A análise da produção científica encontra-se em ritmo crescente, estimulando a pesquisa em várias áreas do conhecimento. Assim, analisar tendências de investigações sobre determinado campo possibilita um balanço do conhecimento científico produzido, bem como aponta novas investigações (BUENO, 2004).

O conhecimento científico, acompanhando o desenvolvimento da sociedade, está em constante evolução, no desenvolvimento de novas teorias, novos conceitos e novos produtos, com o intuito de sanar as necessidades

existentes, influenciando no desenvolvimento econômico, político e cultural da sociedade.

Com base nestas constatações demonstra-se a importância da elaboração da pesquisa apresentada, a qual se propõe a analisar a produção científica discente dos programas de pós-graduação no país, visando identificar e analisar os trabalhos que revelem a interface entre o Direito e as pessoas com deficiência.

A escolha das teses e dissertações como unidades a serem analisadas neste trabalho deu-se por remeter a uma modalidade de literatura de grande importância, tanto pelo fato de produzir conhecimento inovador, como pelo fato de constituírem alicerce para outros tipos de publicações, como artigos e livros (WITTER, 1998).

Assim, demonstrada a relevância da presente pesquisa passo a apresentar os motivos pelos quais me propus à realização deste estudo, motivos estes que estão relacionados ao exercício da profissão exercida, qual seja, a advocacia.

Como advogada, atuando junto ao convênio firmado entre a Procuradoria Geral do Estado de São Paulo e a Ordem dos Advogados do Brasil, percebi que o principal problema apresentado junto aos assistidos era a falta de informação quanto aos seus direitos, situação que se tornava muito mais evidente quando o Direito em questão referia-se a pessoas com deficiência, pois neste caso a falta de conhecimento específico deixava de ser apenas do assistido, passando também a ser do advogado que o assistia.

Com base nesta constatação desenvolvi minha dissertação neste mesmo Programa de Pós-Graduação em Educação Especial da UFSCar sobre as necessidades informacionais dos bacharéis em Direito na defesa dos direitos das pessoas com deficiência. A pesquisa permitiu constatar que tal falha ocorre desde a formação do bacharel em Direito, formação esta que não enfoca tais direitos com a devida importância.

Agora, na etapa atual de meus estudos de pós-graduação, procurei conhecer o que vem sendo produzido no ambiente acadêmico quanto aos direitos das pessoas com deficiência, com a perspectiva de auxiliar tanto na

discussão das questões teórica e conceitual como nas práticas de inclusão social, econômica, cultural e política das pessoas com deficiência.

Em vista dessas considerações iniciais, essa tese de doutorado buscou responder à seguinte questão ou problema de pesquisa:

- Como se caracteriza a produção científica oriunda das teses e dissertações que apresentam como tema de estudo os direitos das pessoas com deficiência?

Ao responder essa questão a pesquisa realizada permitiu traçar um retrato detalhado sobre as dissertações e teses que envolveram a temática em estudo, em termos de autores, temas específicos estudados, programas de pós-graduação onde foram desenvolvidas, entre outros aspectos, informações estas de fundamental importância para o direcionamento de novos estudos, sanando inclusive possíveis lacunas relacionadas aos direitos das pessoas com deficiência, o que justifica a importância da presente pesquisa tanto ao Direito quanto a Educação Especial.

A justificativa do desenvolvimento de trabalhos que têm como perspectiva a avaliação da produção científica em Educação Especial, segundo Ferreira (1990), faz-se por vários fatores, entre eles:

- pela importância de se levantar a produção científica da área, compilando a bibliografia existente, identificando temas em que há produção significativa e realizando uma reflexão crítica para identificar possíveis linhas de pesquisa prioritárias, aumentando o intercâmbio entre profissionais e propagando a produção científica na sociedade;

- o conhecimento produzido nesta modalidade de trabalho visa atingir as políticas públicas e práticas institucionais com a perspectiva de aumentar a receptividade das agências que formulam ou viabilizam políticas na área, tomando como base o conhecimento já produzido.

Em vista disso, fixou-se como **objetivo geral** da pesquisa realizada:

- Compreender como a temática “direito das pessoas com deficiência” foi tomada como objeto de pesquisa na produção

científica de dissertações e teses oriunda de programas de pós-graduação no país.

A pesquisa realizada não envolve diretamente a pesquisa com seres humanos e sim a utilização de dados secundários onde a identificação dos autores envolvidos é de domínio público. Foi preservado o anonimato das informações a respeito dos sujeitos tratados nas publicações, resguardando-se críticas às falhas éticas que porventura sejam observadas nos relatos analisados, por não ser este objeto do presente estudo (MORENO, 2001).

Além desta introdução que apresenta o tema e o problema de pesquisa, a justificativa e a motivação do estudo, os objetivos da pesquisa realizada, o texto da tese está organizado em mais quatro capítulos: no segundo capítulo, é apresentada a fundamentação teórico-metodológica da pesquisa realizada, por meio de uma revisão bibliográfica dos principais autores e obras que dão sustentação à pesquisa; o terceiro capítulo apresenta a metodologia adotada e descreve os procedimentos metodológicos; o quarto e o quinto capítulos apresentam os resultados obtidos na pesquisa compostos pela descrição e análise dos indicadores bibliométricos construídos e pela análise do conteúdo de uma amostra dos trabalhos identificados na pesquisa.

Finalmente, são tecidas considerações finais da pesquisa realizada sintetizando os principais achados, apontando suas limitações e sugestões para futuros estudos.

O texto finaliza com a lista de referências dos autores citados no texto e dois apêndices elaborados para complementarem informações relevantes que por sua extensão não foram incluídas nos capítulos e referências.

2. OS DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

Neste capítulo apresentamos o referencial teórico-metodológico que fundamentou a pesquisa realizada.

Do ponto de vista teórico, abordamos os direitos das pessoas com deficiência, apresentando a evolução do conceito de deficiência. Em seguida, os principais marcos internacionais dos direitos das pessoas com deficiência inseridos, são abordados de uma perspectiva mais ampla, no contexto dos direitos humanos. O enfoque dos movimentos sociais e a legislação brasileira pela garantia dos direitos das pessoas com deficiência também são enfocados.

Posteriormente, explicita-se a fundamentação metodológica adotada na pesquisa a partir de dois enfoques: o primeiro, que apresenta uma breve síntese sobre as bibliotecas digitais no país enquanto mecanismo online que permite ampliar a visibilidade da produção científica oriunda dos Programas de Pós-Graduação no país; e o segundo, que apresenta a bibliometria e os indicadores bibliométricos enquanto método e instrumentos que possibilitam a avaliação da produção científica.

2.1 A evolução do conceito de deficiência

O termo usado para se referir às pessoas com deficiência vem sofrendo alterações ao longo da história da humanidade, refletindo a visão da sociedade. Assim, os termos considerados corretos para a sociedade atual, em função de certos valores e conceitos vigentes, passam a ser incorretos quando esses valores e conceitos são substituídos.

Do ponto de vista médico, a Organização Mundial de Saúde definiu deficiência como a incapacidade de uma ou mais funções do indivíduo, ou seja, refere-se à perda ou anomalia de uma estrutura ou função psicológica, fisiológica ou anatômica, conceito que vem sendo revisto desde 1999, saindo da esfera estritamente médica e tomando dimensão social, passando a considerar pessoa com deficiência aquela que possui restrições de estrutura ou

funções corporais não compensadas por providências sociais, ou seja, considera apenas as pessoas com deficiência que possuem limitação para o trabalho (ROZICKI, 2008).

Já a Convenção 159 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) define a pessoa com deficiência na perspectiva do trabalho, como aquela cuja possibilidade de conseguir, permanecer e progredir no emprego é substancialmente limitada em decorrência de uma reconhecida desvantagem física ou mental. Esta Convenção foi ratificada pelo Brasil, em 1991, pelo Decreto nº 129 (BRASIL, 1997)

Em 1999 a Convenção da Guatemala já em seu primeiro artigo também definiu deficiência:

O termo "deficiência" significa uma restrição física, mental ou sensorial, de natureza permanente ou transitória, que limita a capacidade de exercer uma ou mais atividades essenciais da vida diária, causada ou agravada pelo ambiente econômico e social. (BRASIL, 1999).

Na perspectiva da educação, a Convenção de Guatemala instituiu o termo "Pessoa com Necessidades Especiais" (PNEs), utilizando-se também o termo "Pessoa com Necessidades Educacionais Especiais" (PNEEs), quando a necessidade especial for referente à aprendizagem, como também dispunha a Declaração de Salamanca (BRASIL, 1994).

Ainda de acordo com a mesma Convenção, entre as necessidades educativas especiais (N.E.E.) devem incluir-se crianças com deficiência ou sobredotadas, crianças de rua ou crianças que trabalham, crianças de populações remotas ou nômades, crianças de minorias linguísticas; étnicas ou culturais e crianças de áreas ou grupos desfavorecidos ou marginais. Sendo assim a expressão N.E.E. refere-se a todas as crianças e jovens cujas necessidades se relacionam com deficiências ou dificuldades escolares e, conseqüentemente, têm N.E.E., em algum momento da sua vida escolar.

No Brasil, em 2008, este termo foi novamente alterado pelo Decreto 186, que ratificou a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com

Deficiência, aprovada pela Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU, 2006). Esta Convenção assim define pessoas com deficiência:

[...] pessoas com deficiência são aquelas que têm impedimentos de natureza física, intelectual ou sensorial, os quais, em interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade com as demais pessoas.

Recentemente, em 25 de agosto de 2009, no Brasil, o Decreto 6.949/09, promulgou Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, confirmando definitivamente as obrigações assumidas no tratado.

Assim, a partir deste Decreto até os dias atuais adotamos também em nosso país o termo “pessoa com deficiência” em substituição ao termo “pessoa com necessidades especiais” utilizado até tal publicação.

Trabalhos como o de Amiralian (2000), relataram que muitas dificuldades da pesquisa e da prática na área da deficiência estão relacionadas à imprecisão dos conceitos, o que acarreta problemas na aplicação e na utilização do conhecimento produzido em diversos países. Neste trabalho foram discutidos os conceitos de deficiência, incapacidade e desvantagem, analisando-se também as divergências, convergências e o alcance dos textos estudados, sendo reafirmada a importância da terminologia utilizada na área da deficiência para favorecer a proximidade entre as pessoas e a comunicação entre os especialistas.

Também Sanches e Teodoro (2006) realizaram pesquisa sobre o conceito de deficiência na perspectiva da inclusão escolar, com o objetivo de que as palavras ou expressões não fossem utilizadas aleatoriamente, mas contextualizadas segundo as perspectivas divulgadas mais recentemente.

2.2 Direitos humanos e marcos internacionais na busca pelos direitos das pessoas com deficiência

Os direitos humanos são os direitos comuns a todos os seres humanos, sem distinção de raça, etnia, nacionalidade, sexo, orientação sexual, nível socioeconômico, religião, instrução, opinião política ou julgamento moral. Estes direitos são decorrentes do reconhecimento da dignidade intrínseca a todo ser humano, porém diferem dos direitos do cidadão, embora estes estejam muitas vezes aí incluídos. Os direitos humanos extrapolam as fronteiras, as quais definem a cidadania e a nacionalidade, a ausência de cidadania jurídica, por exemplo, não implica ausência de direitos humanos (BENEVIDES, 1998).

O processo de construção e aprimoramento dos Direitos Humanos e conseqüentemente dos direitos das pessoas com deficiência ganhou destaque a partir da Declaração Universal dos Direitos Humanos, de 1948, editada pela Organização das Nações Unidas (ONU), a qual vem aperfeiçoando tais direitos até os dias atuais por meio de seus tratados internacionais (FONSECA, 2010).

Assim, a concepção contemporânea de direitos humanos é decorrente de um movimento de internacionalização dos direitos ocorrido no pós-guerra, como contraposição aos genocídios, guerras e conflitos ocorridos no início do século XX, estabelecendo-se um sistema normativo internacional de proteção aos direitos fundamentais, delineando um cenário de reconstrução em face de ruptura ocorrida com os princípios dos direitos humanos no período de guerra (PIOVESAN, 2005).

A internacionalização dos direitos humanos implicou no abalo da noção de “soberania absoluta do Estado”, uma vez que se admitia, a partir de então, intervenções no plano internacional, visando a proteção dos direitos humanos.

Em 1975 foi aprovada a Declaração dos Direitos das Pessoas Deficientes (ONU, 1975) pela Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas, que garantia a dignidade humana às pessoas com deficiência, não importando qual a origem, natureza ou gravidade de sua deficiência, garantindo ainda os mesmos direitos civis e políticos pertencentes a todos os seres humanos. Nesta Declaração são garantidos vários direitos fundamentais, os

quais devem ser gozados por qualquer pessoa, independente de possuir algum tipo de deficiência.

No último artigo da Declaração dos Direitos das Pessoas Deficientes está garantido um dos direitos mais importantes, o direito de todas as pessoas com deficiência, suas famílias e comunidades serem plenamente informadas sobre os direitos garantidos nesta Declaração, uma vez que é de conhecimento do legislador que apenas assim seria possível exigir-se seu cumprimento.

A Convenção das Leis do Trabalho, a Convenção 159 (OIT, 1997), também foi um documento significativo para a garantia dos direitos das pessoas com deficiência, foi convocada em Genebra pelo Conselho de Administração do Escritório Internacional do Trabalho e realizada em primeiro de junho de 1983. Este documento dispõe sobre a reabilitação profissional e emprego das pessoas com deficiência, baseado no princípio de igualdade de oportunidades entre os trabalhadores com deficiência e trabalhadores em geral.

Esta Convenção define logo em seu primeiro artigo "pessoa deficiente" como toda pessoa que tenha reduzida substancialmente sua capacidade para obter e conservar um emprego adequado e de neste progredir devido a uma deficiência efetivamente comprovada.

Ainda de acordo com a Convenção citada acima, cada País Membro poderá implantar sua política nacional sobre reabilitação profissional e emprego de pessoas com deficiência de acordo com a realidade vivida em cada país, suas condições e possibilidades.

Em 1993 a Declaração de Direitos Humanos de Viena, subscrita por 171 Estados, ratificou a Declaração Universal de 1948 e consagrou os direitos humanos como tema global, reconhecendo existir, em âmbito mundial, a adesão a um campo comum de valores referentes a humanidade e a dignidade de todo ser humano, independentemente de quaisquer variáveis, individuais ou coletivas, decorrentes de sexo, raça, etnia, nacionalidade, religião, nível de instrução, julgamento moral, opção política e classe social (BENEVIDES, 1998).

Outro marco importante na garantia dos direitos das pessoas com

deficiência foi a proclamação da Declaração de Salamanca pela UNESCO em 1994, que ao traçar os propósitos da inclusão educacional explicita que as escolas regulares com esta orientação representam o meio mais eficaz para combater as atitudes discriminatórias, criando comunidades acolhedoras, construindo uma sociedade integradora e conquistando uma educação para todos.

Portanto, incluir pessoas com deficiência na escola de ensino regular é respeitar os direitos mais elementares de cidadania, eliminar a discriminação e a indiferença e garantir, para todos, acesso contínuo aos espaços comuns da vida em sociedade, a qual deve estar orientada por relações de acolhimento e atenção à diversidade humana (BRASIL,1994).

Em 2006 a Organização das Nações Unidas aprovou a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, retificada pelo Congresso Nacional em nosso país em junho de 2008, garantindo, entre outros, o direito a autonomia individual, a não discriminação, a igualdade de oportunidades, o respeito à diferença, a acessibilidade, a participação e a inclusão das pessoas com deficiência na sociedade, tendo como “promover, proteger e assegurar o exercício pleno e equitativo de todos os direitos humanos e liberdades fundamentais por parte de todas as pessoas com deficiência e promover o respeito pela sua dignidade inerente”. (CAIADO, 2009).

Caiado (2009) menciona que o texto da Convenção reafirma os princípios da Declaração Universal dos Direitos Humanos e afirma que os direitos do homem são também os direitos das pessoas com deficiência, que devem desfrutá-los em plenitude e sem discriminação.

A autora afirma ainda que a originalidade deste documento está no fato de ter sido elaborado com a participação de organizações de pessoas com deficiência de várias partes do mundo, fruto de um processo iniciado em 2001 pela mobilização de organizações da sociedade civil, compostas por pessoas com deficiências e pessoas que lutam pelos direitos das pessoas com deficiência, ativistas de direitos humanos, agências internacionais e representantes de 192 países.

Assim, a apresentação de alguns dos documentos internacionais que buscam a garantia de direitos das pessoas com deficiência demonstra que assim como a sociedade de forma geral o direito está em constante processo de construção, adequando suas normas ao contexto da sociedade. Como afirma Benevides (1998, p.149) “o que permanece inarredável, como pressuposto básico, é o direito a ter direitos”. A autora quer se referir aqui ao conceito de cidadania formulado por Arendt (1989, p. 117):

A cidadania é o direito a ter direitos, pois a igualdade em dignidade e direitos dos seres humanos não é um dado. É um construído da convivência coletiva, que requer o acesso ao espaço público. É este acesso ao espaço público que permite a construção de um mundo comum através do processo de asserção dos direitos humanos.

Piovesan (2008) realizou estudo sobre a hierarquia dos tratados internacionais de proteção dos direitos humanos à luz da Constituição Brasileira de 1988, com destaque à jurisprudência produzida pelo Supremo Tribunal Federal, apresentando as especificidades desses tratados, bem como a posição do Brasil face aos instrumentos internacionais de proteção dos direitos humanos.

Também Lopes (2009), analisou em seu trabalho a nova visão mundial sobre as pessoas com deficiência e a acessibilidade, positivada no marco legal da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, adotados em 13 de dezembro de 2006. Neste trabalho descreve o processo de elaboração da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo e os principais direitos por ela garantidos, como por exemplo, a igualdade de oportunidades, acessibilidade e não discriminação, entre outros.

Os Direitos Humanos também foram abordados na pesquisa de Piatigorski (2003), enfatizando os direitos das pessoas com deficiência, sob a ótica de sua efetividade, tendo como referência a Constituição de 1988, os Instrumentos Internacionais de Direitos Humanos ratificados pelo Brasil, a legislação interna e as atribuições outorgadas ao Ministério Público. A partir da

análise e interpretação das normas supramencionadas buscou-se encontrar mecanismos e apresentar propostas para a efetiva implementação e concretização desses direitos, especialmente por meio da atuação do Ministério Público, já que a Constituição lhe atribui a missão de defender o Estado Democrático de Direito, promovendo e preservando os direitos humanos, que são inerentes aquele, incumbindo-lhe, assim, a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis. Assim, as atribuições do Ministério Público foram relacionadas com a defesa dos Direitos Humanos, em particular com os direitos das pessoas com deficiência, levando em consideração não só o Direito Nacional, mas também o Direito Internacional.

2.3 Movimentos sociais e legislação brasileira pela garantia dos direitos das pessoas com deficiência

Os movimentos sociais pela busca de novos direitos foram intensificados após a Segunda Guerra Mundial com o propósito de conter abusos havidos no período de guerra e pós-guerra, bem como atender as necessidades dos deficientes mutilados e de todas as pessoas que apresentassem algum tipo de deficiência. Estes movimentos foram fator preponderante para que as pessoas com deficiência passassem a ser reconhecidas como sujeitos de direitos.

Dentre os movimentos sociais mais importantes no que se refere aos direitos das pessoas com deficiência encontra-se o movimento da década de 1970, protagonizado pelas próprias pessoas com deficiência que trazia como lema “Nada sobre Nós sem Nós”, movimento este surgido nos Estados Unidos, refletindo em seguida por todo o mundo, inserindo as pessoas com deficiência no cenário político pela busca de seus direitos. (LANNA JÚNIOR, 2010)

Neste contexto, amplia-se o envolvimento das organizações internacionais, sob o comando da Organização das Nações Unidas, anteriormente representada pela Liga das Nações, visando o “bem estar” da pessoa com deficiência, com conseqüente viabilização de participação mais ativa e produtiva em seu grupo social (NEVES, 2000).

Essa nova organização envolve também os familiares e as próprias pessoas com deficiência na busca por melhores condições de vida, de tratamento e de participação social, deixando de ser uma questão apenas dos profissionais, sendo iniciado o movimento que levou aos conceitos de integração e normalização, que produziram avanços consideráveis e importantes para a população de pessoas com deficiência (NEVES, 2000).

Entende-se por integração o processo complexo que vai além da simples colocação da pessoa com deficiência nas salas de ensino regular, sendo um processo que envolve todo o atendimento educacional às pessoas com deficiência (PEREIRA, 1980).

Seguindo esta tendência mundial de defesa dos direitos das pessoas com deficiência, começam a surgir no Brasil entidades com o objetivo de atender as pessoas com deficiência, como a criação das APAES, com início em 1954 e a Federação Nacional das Associações Pestalozzi em 1970.

Porém, foi a partir de 1970, conforme já mencionado, que as pessoas com deficiência passaram a se organizar de forma mais sistemática, culminando, no final da década, com uma mobilização significativa, instituindo em 1981 o Ano Internacional das Pessoas Deficientes, e criando-se alguns grupos organizados por pessoas com deficiência e por elas dirigidos, com objetivo de discutir a questão da deficiência no Brasil e propor as ações cabíveis. (NEVES, 2000)

Assim, até o final da década de 1980, as ações do Estado brasileiro em relação às pessoas com deficiência eram esporádicas, sem continuidade, desarticuladas e centradas na educação, sem políticas públicas amplas e abrangentes. O interesse público em relação aos direitos das pessoas com deficiência apenas foi reconhecido na estrutura do Estado brasileiro com a criação da Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência (CORDE), em 1986, seguido pela Política Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, em 1989, conquistando-se a partir de então cada vez mais espaço junto ao governo. (LANNA JÚNIOR, 2010)

A criação da CORDE pelo Decreto nº 93.481 de 29 de outubro de 1986, teve, entre outros objetivos, a captação da opinião das pessoas e entidades

interessadas, bem como considerar a necessidade de efetivo apoio aos entes particulares voltados para a integração social das pessoas com deficiência, revelando uma preocupação em considerar a participação da pessoa com deficiência nas decisões a serem tomadas.

A primeira gestão da CORDE, sob o comando de Teresa Costa d’Amaral, dedicou-se à estruturação do órgão e à criação de leis que possibilitasse a promoção e defesa dos direitos das pessoas com deficiência, uma vez que embora a CORDE tivesse sido criada por sugestão do Comitê Nacional de Educação Especial, outras ações recomendadas por este mesmo Comitê não puderam ser encaminhadas por falta de legislação, sendo necessária a criação de leis que possibilitassem a realização das ações e o próprio trabalho da CORDE. (LANNA JÚNIOR, 2010)

A efetivação da atuação da CORDE ocorreu apenas em 1989, com a Lei nº 7.853, que regulamentou questões ligadas à integração social das pessoas com deficiência, as competências da CORDE, e instituiu tutela jurisdicional dos interesses dessas pessoas, estabelecendo ainda responsabilidades do Poder Público para o pleno exercício dos direitos básicos das pessoas com deficiência, inclusive definindo aspectos específicos dos direitos à educação, à saúde, ao trabalho, ao lazer, à previdência social, ao amparo à infância e à maternidade.

Ainda segundo Lanna Junior (2010), a Lei nº 7.853 definiu ainda que a CORDE deveria elaborar seus planos, programas e projetos considerando a Política Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, que, no entanto, somente foi instituída pelo Decreto nº 914, de 6 de setembro de 1993, cujo princípio era a ação conjunta do Estado e da sociedade civil na criação de mecanismos que assegurassem a plena integração da pessoa com deficiência na sociedade. A Lei nº 7.853 foi, posteriormente, regulamentada pelo Decreto nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999, que alterou a Política Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência.

Na década de 1990, sob a gestão de Maria de Lourdes Canziani, a CORDE incentivou muitos debates sobre o tema deficiência, apoiando vários seminários, congressos e encontros realizados no Brasil, entre os quais destacam-se as Câmaras Técnicas e os DEF-Rio – realizados em 1992 e 1995.

Os DEFs-Rio foram encontros internacionais que contaram com a participação de militantes, com deficiência ou não, profissionais de saúde, políticos, dentre outros, para discutir questões relacionadas à inclusão social e aos direitos da pessoa com deficiência, eventos estes organizados por pessoas com deficiência, por meio de organizações representativas, contando o apoio da CORDE.

Já as Câmaras Técnicas da CORDE, são espaços para a discussão de ações com o objetivo de subsidiar a formulação de programas a serem desenvolvidos no Brasil, versando sobre temas como acessibilidade, trabalho, saúde, educação, dentre outros, contando com a participação das próprias pessoas com deficiência, técnicos e representantes do governo, tendo seus resultados sistematizados em relatórios que na maioria das vezes contam com a situação atual do tema estudado, a situação desejada para o Brasil e as linhas de ação a serem desenvolvidas.

Em 13 de outubro de 2009, o Decreto nº 6.980 transformou a CORDE em Subsecretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência, e em 2010, o Decreto 7.256 aprovou a Estrutura Regimental da Secretaria de Direitos Humanos e criou a Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência. Esta nova Secretaria é o órgão da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH/PR) responsável pela articulação e coordenação das políticas públicas voltadas para as pessoas com deficiência. (BRASIL, 2009)

Como Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência, sua direção passou a poder se relacionar diretamente com sua contraparte de mesmo nível hierárquico nos demais ministérios e secretarias especiais do governo federal, tornando-a parte do terceiro escalão do governo federal, abaixo apenas dos ministros e do presidente da República, tendo por consequência maior capacidade na articulação, demanda e acompanhamento das políticas públicas do Poder Executivo federal brasileiro.

Lanna Junior (2010) aponta que ter a coordenação da política para inclusão da pessoa com deficiência na pasta dos Direitos Humanos é um reconhecimento de que esta inclusão é um direito conquistado por este grupo a partir de muita luta, o que elevou o Brasil a um lugar de destaque internacional

por possuir medidas administrativas, legislativas, judiciais e políticas públicas, com o objetivo de assegurar os direitos fundamentais desta parcela da população, sendo reconhecido em 2009 pela OEA que poucos são os países que vão além da ação reabilitatória e assistencialista, e alguns sequer apresentam política pública voltada para este grupo.

Ainda neste contexto de reivindicação de direitos e respeito às pessoas com deficiência destaca-se a promulgação em 1988 da Constituição Federal, que dedicou maior atenção a esta população, sendo marcada pelos princípios da igualdade entre todas as pessoas, independentemente de possuir algum tipo de deficiência, como dispõe seu artigo 5º, caput:

Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País, a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade (BRASIL, 1988).

Embora desde a Constituição Federal de 1934 as pessoas com deficiência tenham recebido, ainda que timidamente, alguma atenção, onde se previa a criação de serviços especializados para oferecer “amparo aos desvalidos”, foi na Constituição Federal de 1988 que estes direitos foram amplamente garantidos, sendo denominada por vários autores como “Constituição Cidadã”.

Esta mesma Constituição garantiu a dignidade da pessoa humana e o exercício da cidadania, buscando eliminar a desigualdade social, concedendo a todos o direito à educação, saúde, trabalho, lazer, segurança, acessibilidade e previdência social.

Ainda de acordo com a Constituição Federal de 1988, em seu artigo 7º, inciso XXXI, fica vedado qualquer ato discriminatório, seja quanto a salários, ou a critérios para admissão de trabalhador com deficiência, assegurando a igualdade de oportunidades e, conseqüentemente impedindo a concessão de privilégios a alguns em detrimento de outros.

O princípio de igualdade, base de nossa Constituição Federal não

apenas impede que seja conferido tratamento desigual aos iguais, como também impõe tratamento diferenciado entre os desiguais, visando à redução das desigualdades estabelecidas na sociedade. (BRAVO, 2009)

Após a promulgação da Constituição vigente muitas normas foram criadas pela União para regulamentar os direitos das pessoas com deficiência. Em 1989 a Lei 7853 ratificou os direitos garantidos pela Constituição Federal e transferiu aos Estados e Municípios a responsabilidade pela adoção e efetiva execução de normas referentes ao assunto.

Ainda esta mesma Lei previu a adoção de legislação específica para disciplinar a reserva de mercado de trabalho, em favor das pessoas com deficiência nas entidades da administração pública e do setor privado, considerando crime punível com multa e reclusão de 1 a 4 anos, negar, sem justa causa, a alguém, por motivos derivados de sua deficiência, emprego ou trabalho (MTE, 1999).

Em 1990, a Lei nº 8.112 assegurou às pessoas com deficiência o direito de concorrer a cargo público por meio de concurso, desde que as atribuições sejam compatíveis com a deficiência que o candidato possua, reservando até 20% das vagas oferecidas para tais pessoas.

Também a Lei nº 8.213 de 1991 estabeleceu o sistema de cotas, segundo o qual a empresa com 100 ou mais empregados teria obrigação de preencher de 2 a 5% dos seus cargos com trabalhadores reabilitados ou pessoas com deficiência, habilitadas, na seguinte proporção:

- até 200 empregados - 2%
- de 201 a 500 - 3%
- de 501 a 1000 - 4%
- de 1001 em diante - 5%

Em 1993, o Decreto nº 914 passou a considerar pessoa com deficiência aquela que apresentasse, em caráter permanente, perdas ou anomalias de sua estrutura ou função psicológica, fisiológica ou anatômica, que gerassem incapacidade para o desempenho de suas atividades, dentro dos padrões considerados normais para o ser humano.

Em 1996 foi criado no Brasil o “Programa Nacional de Direitos Humanos” (PNDH) com o intuito de reafirmar e reforçar os direitos contidos na Declaração Universal da ONU e garantir os direitos até então conquistados.

O Decreto nº 3.298 de 1999 estabeleceu a Política Nacional para a Integração de Pessoas Portadoras de Deficiência no mercado de trabalho e na sociedade em geral, tendo como princípio básico a integração das pessoas com deficiência na sociedade, que segundo este decreto só ocorrerá mediante ação conjunta do Estado e da sociedade civil.

O Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência (CONADE) também foi criado pelo Decreto 3.298/99, tendo como finalidade zelar pela implantação da Política Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência; acompanhar o planejamento e avaliar a execução das políticas setoriais relativas à pessoa portadora de deficiência; zelar pela efetivação do sistema descentralizado e participativo de defesa dos direitos da pessoa portadora de deficiência; propor a elaboração de estudos e pesquisas; propor e incentivar a realização de campanhas visando à prevenção de deficiências e à promoção dos direitos da pessoa portadora de deficiência; aprovar o plano de ação anual da CORDE; entre outras.

Assim como o CONADE, muitos conselhos foram criados em todo o país, seja no âmbito nacional, estadual ou municipal, sempre com o objetivo de garantir efetivamente direitos às pessoas com deficiência.

Na cidade de São Carlos/SP onde se localiza a Universidade Federal de São Carlos e o Programa de Pós-Graduação em Educação Especial no qual se desenvolveu o presente estudo, foi criado em 2002, pela Lei 12.953, o Conselho Municipal da Pessoa com Deficiência - CONDEF, mantendo-se atuante até a presente data, com reuniões periódicas e organização de palestras entre outras ações junto à sociedade.

Esta breve exposição de alguns movimentos sociais e de algumas normas direcionadas as pessoas com deficiência demonstra que os direitos das pessoas com deficiência têm grande espaço em nossa legislação, sendo considerada uma das legislações mais avançadas do mundo, o que foi confirmado por um relatório divulgado em novembro de 2007 em Nova York,

realizado conjuntamente pela Rede Internacional de Deficientes e pelo Centro de Reabilitação Internacional. (BENEVIDES, 2008)

Ainda de acordo com este mesmo relatório, o Brasil tem uma legislação modelo, garantindo proteção legal, educação, oportunidades de emprego, acessibilidade, saúde, moradia e comunicação às pessoas com deficiência, ocupando o primeiro lugar do ranking entre os 24 países das Américas, quanto à garantia de proteção e tratamento adequados para as pessoas com deficiência.

Assim, face aos fatos expostos, podemos afirmar que os avanços quanto aos direitos das pessoas com deficiência foram impulsionados pelos movimentos sociais, seja no âmbito nacional ou internacional.

Embora estejamos diante de tantas conquistas, a realidade vivida por estas pessoas ainda apresenta-se muito diferente do constante nas normas vigentes, sendo comum nas situações diárias nos depararmos com ações de desrespeito a tais direitos, como carros estacionados em frente a rampas de acesso das calçadas, o desrespeito às vagas de estacionamento reservadas às pessoas com deficiência, o desrespeito a lei de cotas, as portas estreitas em lugares públicos, a falta de atendimento adequado nas escolas, entre outras inúmeras situações aqui não elencadas.

Ademais, devemos salientar que muitas vezes os direitos das pessoas com deficiência deixam de ser respeitados por não serem sequer conhecidos, tanto pelas pessoas com deficiência e seus familiares como pela sociedade de forma geral. (BRAVO,2009)

Diniz, Siqueira e Medeiros (2007), discutem a definição de deficiência que está por trás da política social brasileira de assistência às pessoas com deficiência, o Benefício de Prestação Continuada (BPC). Neste mesmo trabalho os autores discutem como o recorte de renda de um quarto de salário mínimo *per capita* associado à exigência de comprovação da renda familiar pode ter implicações para as mulheres cuidadoras de pessoas deficientes. Tendo em vista que a combinação de uma estrutura social pouco sensível à deficiência com um quadro de extrema desigualdade, em que o salário formal ou informal das cuidadoras é igual ou inferior ao benefício, estimula a saída das

mulheres do mercado de trabalho para o cuidado permanente dos filhos deficientes.

Também Fávero (2004), em seu livro “Direitos das pessoas com deficiência: garantia de igualdade na diversidade”, discute os direitos das pessoas com deficiência, trazendo reflexões sobre a terminologia e caracterização da deficiência, bem como sobre os direitos legalmente garantidos a estas pessoas, como por exemplo, o direito à educação, inclusão, não-discriminação, saúde, trabalho, lazer, acessibilidade e informação, entre outros direitos.

3 METODOLOGIA E PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

3.1 A visibilidade da produção científica oriunda dos Programas de Pós-Graduação no país: as bibliotecas digitais

A produção científica caracteriza-se como atividade resultante de novas descobertas tecnológicas, de conhecimentos e/ou no aumento das informações disponíveis para direcionar o progresso da humanidade (WITTER, 1998).

O progresso da produção científica, bem como o crescimento da ciência, efetiva-se por meio do esforço dos autores na divulgação dos resultados de suas investigações. (POBLACION, 2002)

Esta divulgação da produção científica pelos pesquisadores é realizada principalmente por meio de publicação de artigos científicos em revistas, os chamados periódicos científicos e, para avaliar esta produção foram elaborados indicadores que medem a visibilidade científica (PIZZANI, 2008).

Os indicadores de produtividade e difusão de conhecimento medem a ciência pela contagem dos trabalhos e pelo tipo de documento, traçando tendências, atribuindo premiações, bem como sendo utilizado para a concessão de financiamento de pesquisas (SOUZA, 1999).

A visibilidade científica, por sua vez, representa o grau de exposição e evidência de um pesquisador frente à comunidade científica, sendo considerada uma posição de alta visibilidade aquela em que os trabalhos do pesquisador são facilmente acessados, podendo ser recuperados, lidos e citados. Já um pesquisador sem visibilidade não é conhecido, seus trabalhos não têm repercussão, não são lidos ou citados, não alcançando confiabilidade e prestígio. Assim, quanto maior a visibilidade do pesquisador, maiores também serão suas chances de ser lido e citado, chances estas que aumentam consideravelmente quando a publicação de seus trabalhos de pesquisa se dá em periódicos internacionais de ampla divulgação e prestígio (ZIMBA e MUELLER, 2004).

De acordo com Whitney (1993), em seu estudo sobre modelos de autoria em bases de dados bibliográficos na Europa, a visibilidade das publicações de um país na literatura técnica e científica internacional é um importante indicador sobre a sua participação científica internacional, uma vez que a visibilidade científica é claramente um indicativo importante de desenvolvimento e reconhecimento internacional da produção científica de um país.

Nesse contexto, uma iniciativa importante no Brasil foi o Projeto SciELO, que vem sendo desenvolvido desde maio de 1998 pelo Centro Latino-Americano e do Caribe de Informação em Ciências da Saúde (BIREME) em parceria com a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP). A partir de 2002, o Projeto passou a conta com o apoio do CNPq- Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. O Projeto tem por objetivo o desenvolvimento de uma metodologia comum para a preparação, armazenamento, disseminação e avaliação da produção científica em formato eletrônico.

O Projeto SciELO é uma biblioteca eletrônica que abrange uma coleção selecionada de periódicos científicos brasileiros. Os dados do site que disponibiliza essa biblioteca informa o total de 301 periódicos disponibilizados em 2013 (SCIELO, 2013).

Segundo Kimura (2010) a visibilidade internacional da produção científica brasileira teve um grande impulso nos últimos anos, como demonstram os dados do Ministério da Ciência e Tecnologia, segundo os quais em 2008, mais de 30 mil artigos científicos brasileiros foram publicados em revistas, indexados na base Web of Science (Thomson Scientific), sendo este número mais que o dobro daquele observado em 2004. Nesse aumento, deve-se considerar a importante contribuição das revistas científicas brasileiras, que nos últimos anos atingiram um patamar de qualidade e regularidade que propiciou a inclusão nos bancos de dados internacionais mais exigentes, como o PubMed/MedLine e o Web of Science.

A mesma autora, ao comentar os avanços conquistados com a implementação das submissões de trabalhos *on line*, cita o exemplo da *Revista dos Arquivos Brasileiros de Endocrinologia & Metabologia (ABE&M)*, que após

ser indexada no PubMed/MedLine em 2004 e no Web of Science (WoS) a partir de 2007, com submissões de trabalhos *on line*, obteve um aumento de cerca de 90% no número de submissões nos anos de 2008 e 2009, quando comparado a 2007.

Por sua vez, nos últimos anos as bibliotecas digitais tiveram um significativo impacto no setor de biblioteca e informação, tanto no âmbito nacional quanto no internacional. Este desenvolvimento deve-se principalmente à existência de muitas bibliotecas automatizadas, bem como aos avanços tecnológicos, em especial da internet (CHOWDHURX e CHOWDHURX, 1999).

Principalmente no que se refere a “literatura cinzenta”, como relatórios de pesquisa, trabalhos apresentados em eventos, teses e dissertações, as bibliotecas digitais trouxeram um grande avanço, pois o acesso a estas pesquisas até então era muito restrito. Após o surgimento das publicações eletrônicas e a criação das bibliotecas digitais o acesso a estes trabalhos se tornou muito simples e rápido.

A Biblioteca Digital de Teses e Dissertações foi implantada em 1995, quando o Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (Ibict), uma agência do Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT), que desempenha papel vital no desenvolvimento de atividades informacionais avançadas, integrou, em uma só base de dados, as referências bibliográficas de teses e dissertações de 17 universidades brasileiras, porém a Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) foi instalada em 2002, com a missão de viabilizar a criação de um consórcio de publicações eletrônicas com a finalidade de localizar e disponibilizar teses e dissertações produzidas no Brasil (CUNHA; MCCARTHY,2005).

Para acelerar a criação das bibliotecas digitais brasileiras, o IBICT desenvolveu o Sistema de Publicações Eletrônicas de Teses e Dissertações (Tede), onde se permitia a rápida implantação dos trabalhos dentro da instituição de ensino superior onde eram desenvolvidos, ficando no papel de coletora e provedora de dados a própria instituição de ensino. Assim, o IBICT passou a receber os dados coletados e fazer sua agregação, em nível nacional (CUNHA e MCCARTHY,2005).

A Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), órgão do Ministério da Educação responsável pela avaliação dos programas brasileiros de pós-graduação, criou em novembro de 2000 o Portal Capes, sua primeira iniciativa na área da informação digital, oferecendo acesso a diversos sistemas europeus e norte-americanos de periódicos eletrônicos.

Em 2002, como parte de suas atividades na área de pós-graduação, a Capes criou o Banco de Teses, que contém hoje mais de 450.000 resumos de teses e dissertações defendidas no Brasil a partir de 1987 e informa ao usuário o endereço da biblioteca depositária, onde o documento está disponível na íntegra.

No final de 2003 a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) aprovou a recomendação para que o depósito das teses e dissertações na BDTD fosse obrigatório, aumentando o acervo da biblioteca, bem como o interesse em iniciar projetos de teses digitais nas universidades brasileiras.

Em novembro de 2004, o Ministério da Educação lançou o Portal Domínio Público, que inclui uma biblioteca digital disponível à população de forma geral. As obras disponíveis no Portal já são de domínio público ou têm autorização legal de divulgação e exibição por parte dos detentores de direitos autorais ou representantes legais.

Assim, as bibliotecas digitais brasileiras estão se desenvolvendo e executando um importante papel na garantia da ampliação do acesso à informação no Brasil, sendo um canal que disponibiliza não apenas aos pesquisadores, mas à sociedade de forma geral, conteúdo cultural de bom nível (CUNHA e MCCARTHY,2005).

Em especial as bibliotecas digitais de teses e dissertações são um canal de ligação entre os pesquisadores dos programas de pós-graduação de todo o país, que podem acessar os trabalhos com muita facilidade, prestigiando e citando tais pesquisadores, e conseqüentemente aumentando sua visibilidade.

3.2 A bibliometria e os indicadores bibliométricos

No tópico anterior foi possível observar que a visibilidade da produção científica aumentou com a disponibilização online de bibliotecas eletrônicas de artigos científicos, bem como de bibliotecas digitais de teses e dissertações, que disponibilizam essa produção científica discente oriunda de Programas de Pós-Graduação.

A maior oferta de informação científica em bancos de dados online, como os mencionados no tópico anterior, por sua vez, além de aumentar a visibilidade da produção científica, ampliou a realização da atividade de avaliação do que é produzido e divulgado em periódicos científicos – cuja oferta online tem crescido na última década - quanto no interior dos programas de pós-graduação, os quais, por força das exigências dos órgãos de fomento e avaliação da pesquisa, passaram a disponibilizar os textos integrais, e não apenas os resumos, das teses e dissertações.

Nesse contexto inserem-se as metodologias que têm sido utilizadas para avaliar a produção científica disponível, entre elas a bibliometria e as pesquisas bibliométricas. Silva, Hayashi e Hayashi (2011,p.113) comentam que a disponibilidade de acesso eletrônico *online* a bases de dados da Thompson Reuters (*Science Citation Index, Social Sciences Citation Index*) e seus indicadores de impacto “teve um efeito catalisador sobre a popularidade, alcance e pretensão das pesquisas bibliométricas para além da comunidade informacional”.

De acordo com Araújo (2006) a bibliometria é uma técnica quantitativa e estatística de medição dos índices de produção e disseminação do conhecimento científico, que surgiu no início do século XX como sintoma da necessidade do estudo e da avaliação das atividades de produção e comunicação científica. Em seus primórdios, relata o autor, essa técnica voltou-se para a mensuração da quantidade de livros e exemplares em bibliotecas, além da produção de estatísticas relativas à indústria do livro. Com o passar do tempo, passou a ser aplicada a outros formatos de produção bibliográfica – como os artigos de periódicos e outros documentos – e mais tarde, amplia o

seu escopo de aplicação ao ocupar-se da produtividade de autores e do estudo das citações contidas em tais documentos.

Glänzel (2003) menciona que a bibliometria subdivide-se em três áreas: o domínio da pesquisa bibliométrica básica; a bibliometria aplicada, utilizado por pesquisadores de várias áreas de conhecimento que aplicam as técnicas bibliométricas para avaliar os domínios de suas especialidades; e, a bibliometria para a política e a gestão, visando avaliar as estruturas institucionais regionais e nacionais da ciência, por meio de estudos que permitem a governos e países tomarem decisões no âmbito da ciência e da tecnologia.

Silva, Hayashi e Hayashi (2011, p. 118), pontuam que outro aspecto que favoreceu a realização de análises bibliométricas foi

[...] o desenvolvimento de softwares – alguns deles são livres (*Bibexcel*, por exemplo) e outros proprietários (entre eles, *VantagePoint®*) - especializados no processamento de indicadores bibliométricos e cientométricos que permitem a visualização de redes de colaboração científica traçadas, por exemplo, a partir das citações entre autores, periódicos e artigos científicos.

Desse modo, os indicadores bibliométricos constituem-se em “importantes medidas quantitativas baseadas na produção bibliográfica realizada por pesquisadores e seus grupos de pesquisa” (MUGNAINI; JANNUZZI; QUONIAM, 2004, p.124) e possuem grande importância dentro de sistemas nacionais de indicadores em C&T, permitindo direcionar melhor o foco das pesquisas e fortalecer os esforços colocados nessa atividade (PRAT, 1998; GARFIELD, 1995).

Com a utilização dos indicadores bibliométricos é possível determinar, entre outros aspectos (SAES, 2000):

- O crescimento de qualquer campo da ciência, segundo a variação cronológica do número de trabalhos publicados no campo;
- O envelhecimento dos campos científicos, segundo a vida média das referências de suas publicações;

- A evolução cronológica da produção científica, segundo ano de publicação dos documentos;
- A produtividade dos autores ou instituições, medida pelo número de seus trabalhos;
- A colaboração entre os pesquisadores ou instituições, medida pelo número de autores por trabalho ou centros de investigação que colaboram;
- O impacto ou visibilidade das publicações dentro da comunidade científica internacional, medido pelo número de citações que recebem em trabalhos posteriores;
- A análise e avaliação das fontes difusoras dos trabalhos;
- A dispersão das publicações científicas entre as diversas fontes, entre outros.

Assim, no desenvolvimento da presente pesquisa foi utilizada a bibliometria para produzir indicadores bibliométricos de produção científica de teses e dissertações disponíveis em banco de dados de acesso público, respeitadas as etapas metodológicas descritas por Hayashi et al. (2005) e Silva, Hayashi e Hayashi (2011) conforme descrito no capítulo 3 a seguir.

A metodologia utilizada neste trabalho é do tipo documental, pois analisou outras pesquisas, tendo natureza exploratória - “tem como objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito” (GIL, 1999, p.45) - e descritiva, pois “expõe características de determinada população ou de determinado fenômeno” (Vergara, 2000, p.47), o que oportunizou melhor análise da produção científica investigada.

De acordo com Minayo (2000), um método torna-se adequado sempre que permitir a construção correta dos dados obtidos e oferecer elementos teóricos para análise. Assim, o caminho percorrido para recuperação dos registros seguirá os passos metodológicos compreendidos no tópico seguinte.

Do ponto de vista do método, a pesquisa adotou a abordagem bibliométrica que pode ser caracterizada como quantitativa, pois faz uso de

técnicas estatísticas para contagem de variáveis e cujos resultados são indicadores bibliométricos. (MACIAS-CHAPULA, 1998)

3.3 Fonte de dados: o Banco de Teses e Dissertações da CAPES, as bibliotecas digitais de teses e dissertações e o Currículo Lattes

A fonte de dados foram os resumos das teses e dissertações sobre os direitos das pessoas com deficiência disponíveis no Banco de Teses da CAPES, e defendidas junto a programas de pós-graduação de todo o país, sendo que as informações nele contidas são fornecidas diretamente à CAPES pelos programas de pós-graduação, os quais se responsabilizam pela veracidade dos dados.

Além disso, recorreu-se às bibliotecas digitais de teses e dissertações das instituições onde os trabalhos foram defendidos e ao Portal Domínio Público, em busca do texto completo das teses e dissertações.

Outra fonte de dados foi o currículo dos autores dos trabalhos registrados na Plataforma Lattes. Os dados coletados no currículo referem-se a aspectos relacionados à área de formação acadêmica no nível de graduação, a instituição de ensino em que os autores concluíram a graduação e a atuação profissional atual.

3.4 Procedimentos metodológicos

Para a utilização das metodologias bibliométricas são necessárias habilidades e competências que podem ser traduzidas nas seguintes etapas: recorrer ao referencial teórico para elaborar categorias de análise; estabelecer relacionamentos entre os dados obtidos; construir indicadores dos resultados obtidos; elaborar trabalhos científicos (artigos, livros, comunicações etc.) para divulgação e disseminação dos resultados e submeter os resultados à crítica externa. (HAYASHI et al. 2005; HAYASHI, HAYASHI, MARTINEZ, 2008; SILVA, HAYASHI, HAYASHI, 2011).

Com base na abordagem bibliométrica as seguintes etapas metodológicas foram desenvolvidas:

Etapa 1 - Conhecimento do contexto de produção da informação – baseado em levantamento bibliográfico de autores e textos nos campos da Educação Especial e do Direito foi realizada a revisão de literatura sobre o tema “direitos das pessoas com deficiência”.

Etapa 2 – Definição das expressões de busca - para consulta ao banco de Teses da Capes foram definidas as seguintes expressões de busca com base na literatura consultada:

- “direito” e “pessoas com deficiência”;
- “direito” e “pessoa com necessidades especiais”;
- “defesa dos deficientes”;
- “direitos dos deficientes”;
- “defesa das pessoas com deficiência”

Essas expressões foram utilizadas no formulário de consulta do Banco de Teses da CAPES utilizando-se a opção de “busca exata” para a exibição dos resultados.

Etapa 3 - Operações de acesso, busca, avaliação e seleção – Recuperação dos resumos das teses e dissertações sobre a temática analisada no Banco de Teses – Nessa etapa foi necessário o domínio das diferentes ferramentas para pesquisa na Internet (ferramentas de busca e bases de dados); manuseio da “linguagem documentária” para estabelecer estratégias de busca de informações; refinar os dados obtidos para avaliação das informações; estabelecer critérios para selecionar e recuperar as informações relevantes em conformidade com o objetivo proposto.

Os dados das teses e dissertações foram coletados em janeiro de 2010 e a escolha do período justifica-se por ser 1987 o ano em que a CAPES disponibilizou tais trabalhos em seu Banco de Teses, sendo 2009 a data dos últimos trabalhos disponíveis nesse banco de dados por ocasião da coleta, sendo que o primeiro trabalho referente a temática em estudo foi defendido em 1991.

Para coleta dos dados foi elaborada uma planilha Excel, contendo os seguintes campos: termo de busca, autor, sexo do autor, título do trabalho, orientador, sexo do orientador, nível (mestrado, doutorado, mestrado profissionalizante), ano de defesa, instituição, região da instituição, programa de pós-graduação, linha de pesquisa, palavras-chave, endereço na internet do texto integral do trabalho, resumo.

Os resultados obtidos foram os seguintes, de acordo com as expressões de busca: a) Defesa e pessoas com deficiência – 103; b) direito e pessoa com necessidades especiais – 10; c) direito dos deficientes – 6.; d) defesa dos deficientes – 1. Também foi utilizada a expressão “defesa das pessoas com deficiência”, mas todos os resultados obtidos foram iguais aos anteriores.

Após a organização dos dados na planilha Excel foram lidos todos os títulos e resumos dos 120 trabalhos e foi descartado apenas um, pois referia-se aos direitos das pessoas com HIV, não se enquadrando essa enfermidade no conceito de deficiência.

Foi mantido um trabalho que trata dos direitos dos ostomizados (SANTOS, 2003) pois estes são considerados pessoas com deficiência física, de acordo com os parâmetros definidos quer pela Organização Mundial de Saúde, quer pela Lei 5296 de 2 de Dezembro de 2004, que ao estabelecer normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida. Assim no artigo 5º., § 1º., item 1, é considerada deficiência física:

[...] a) alteração completa ou parcial de um ou mais segmentos do corpo humano, acarretando o comprometimento da função física, apresentando-se sob a forma de paraplegia, paraparesia, monoplegia, monoparesia, tetraplegia, tetraparesia, triplegia, triparesia, hemiplegia, hemiparesia, ostomia, amputação ou ausência de membro, paralisia cerebral, nanismo, membros com deformidade congênita ou adquirida, exceto as deformidades estéticas e as que não produzam dificuldades para o desempenho de funções. (BRASIL, 2004. Grifo nosso).

Após coleta de dados e registro na planilha Excel buscou-se o texto integral dos referidos trabalhos por meio de busca realizada no Portal Domínio Público e em bibliotecas digitais de teses e dissertações das instituições de ensino onde foram desenvolvidos.

É válido mencionar que em algumas bibliotecas digitais pesquisadas, foram localizados 3 trabalhos, mas o acesso era restrito e justificado por meio de mensagens de que o conteúdo do arquivo é liberado somente para a comunidade da própria universidade ou que se encontrava retido por motivo de patente requerida pelo autor .

Assim, foram localizados 44 trabalhos com texto completo, 3 com conteúdo restrito e 72 apenas com o resumo.

Desse modo o “corpus” final analisado foi composto por 119 trabalhos, todos com resumo disponível no Banco de Teses da CAPES.

Posteriormente, em dezembro de 2012 foram consultados os Currículos Lattes dos autores das dissertações e teses em busca de informações a respeito da formação acadêmica, vinculação profissional atual e área de atuação.

Etapa 4 – Utilização de ferramentas automatizadas para reformatação e importação de dados – A formatação dos dados tem como finalidade eliminar todos os campos que não serão analisados, assim como retirar sinais e termos desnecessários dos registros, bem como registros duplicados que foram recuperados mediante expressões de busca diferentes.

Com isso foi possível limpar a base de trabalho, isto é, o arquivo contendo os dados coletados. Apesar de existir softwares específicos para a formatação dos dados, como é o caso do *Infotrans*, optamos por utilizar algumas ferramentas do *Microsoft Word* para esta finalidade, já que o número de dados recuperados permite que esta “limpeza dos registros” seja realizada com a utilização deste recurso. Na seqüência, com os dados já no formato bibliométrico desejado, foi utilizado o software de análise bibliométrica *VantagePoint®* que permitiu construir indicadores bibliométricos da produção científica composta pelas 119 teses e dissertações. Os indicadores obtidos foram transportados para o *Microsoft Excel* para elaboração de tabelas e gráficos que permitiram melhor visualização dos resultados.

Etapa 5 – Análise e interpretação dos resultados - após a coleta dos dados retorno ao referencial teórico, visando à análise e interpretação dos resultados. Neste momento, foi possível estabelecer relacionamento entre os dados e construir os indicadores bibliométricos que estão consolidados no capítulo 4.. Além disso, visando ultrapassar esses indicadores quantitativos, buscou-se compreender o conteúdo dos trabalhos, por meio da leitura dos 72 resumos e dos 44 textos completos localizados. Os resultados obtidos estão consolidados no capítulo 5 que descreve e analisa esses trabalhos.

3.5 Aspectos Éticos da Pesquisa

A pesquisa realizada não envolveu diretamente a pesquisa com seres humanos, ou seja, não foram empregados métodos qualitativos como entrevistas e questionários, mas sim a utilização de dados secundários em que a identificação dos autores envolvidos é de domínio público, pois estão disponíveis online em bibliotecas digitais de teses e dissertações.

Além disso, foi preservado o anonimato das informações a respeito dos sujeitos tratados nos trabalhos analisados, resguardando-se críticas às falhas

éticas que porventura sejam observadas nos relatos analisados, por não ser este objeto do presente estudo. (MORENO, 2001).

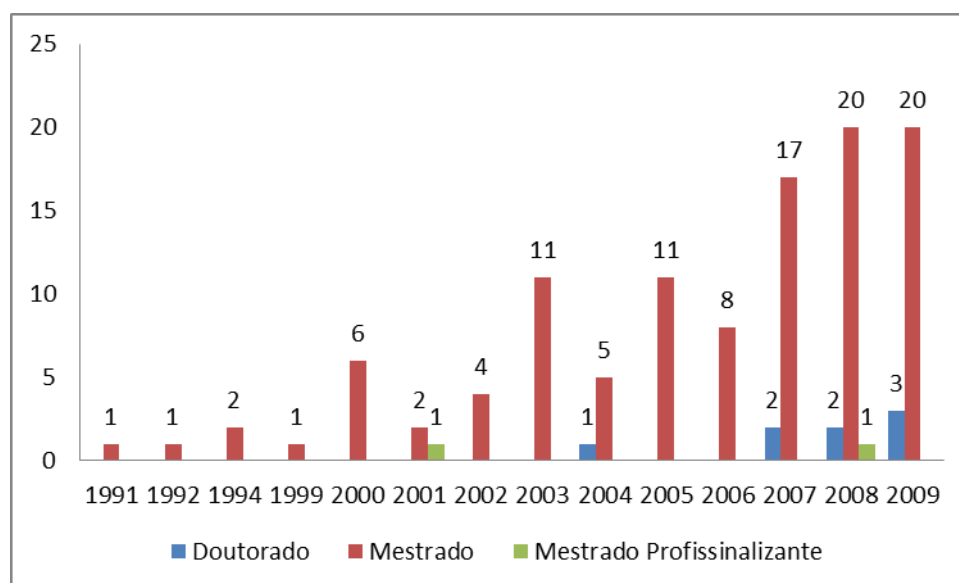
4 INDICADORES BIBLIOMÉTRICOS DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA SOBRE DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

Nesse capítulo são descritos e analisados indicadores bibliométricos construídos após a coleta de dados obtidos na pesquisa no Banco de Teses da CAPES. Para facilitar a visualização esses indicadores estão representados em gráficos e tabelas.

4.3 Perfil das teses e dissertações quanto ao nível e distribuição temporal

De acordo com os dados coletados constatou-se que existem no Banco de Teses da CAPES 119 trabalhos envolvendo a temática “Direito” e “pessoas com deficiência”, os quais estão distribuídos no período compreendido entre 1991 e 2009. Dentre eles, 109 são dissertações de mestrado, 8 teses de doutorado e 2 dissertações de mestrado profissionalizante, conforme mostra o Gráfico 1

Gráfico 1 – Distribuição de trabalhos por ano.



Os indicadores representados no Gráfico 1 permitem verificar que o

número de trabalhos defendidos por ano aumenta significativamente a partir de 2003, quando foram defendidos 5% (11) do total de trabalhos, e com uma queda significativa em 2004 e outra queda discreta em 2006 em relação aos anos anteriores.

Também é possível observar que no período compreendido entre os anos de 1991 e 2002 foram defendidos apenas 17 trabalhos (15% do total), no entanto, até 1999 foram apenas 5 (4%) o total de trabalhos sendo todos dissertações de mestrado defendidas em Programas de Pós-Graduação em Direito (PUC-SP – 1991, 1992), Fonoaudiologia (PUC-SP, 1994), Filosofia (UFMG – 1994) e Serviço Social (PUC-SP, 1999).

O primeiro e segundo trabalhos referem-se às dissertações de mestrado orientadas por Cássio Mesquita Barros Jr. na área de Direito, na PUC-SP, sendo que ambos (ALVES, 1991; COUTINHO, 1992) analisam as relações de trabalho da pessoa com deficiência física. Alves (1991) realizou uma análise da proteção legal que amparava a relação de trabalho da pessoa com deficiência física e Coutinho (1992) analisou os problemas envolvidos nas relações de trabalho das pessoas com deficiência física sob a ótica do Direito, enfocando, entre outros aspectos: a) a deficiência adquirida antes, durante ou depois da relação de trabalho; b) relação entre os deficientes físicos e a Previdência Social, a Constituição das Leis Trabalhistas (CLT) e a Constituição Federal de 1988; c) as possibilidades das pessoas com deficiência física no mercado de trabalho, especialmente no Brasil.

Em 1994, foram defendidas mais duas dissertações de mestrado (MARQUES, 1994; FRANCISCO, 1994) orientadas respectivamente por Antônio Campolina Martins e José Geraldo Silveira Bueno, na Universidade Federal de Juiz de Fora e na PUC-SP, nas áreas de Filosofia e Educação.

Sob a ótica da filosofia, Marques (1994) enfocou os aspectos ético, social, filosófico existencial e político institucional da pessoa com deficiência buscando mostrar que a Filosofia assume um papel relevante ao compreender os valores e motivos que levam a sociedade a proceder de forma preconceituosa e discriminatória em relação a essas pessoas. Francisco (1994) aborda o direito à educação tendo como público alvo as crianças com déficit auditivo na primeira infância.

A dissertação de mestrado de Oliveira (1999), orientada por Leonia Capaverde Bulla, e defendida no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da PUC-RS, abordou a inclusão das pessoas com deficiência no mundo do trabalho. Visando analisar as possibilidades e limites de enfrentamento da situação discriminatória pelas pessoas com deficiência, a autora destaca como positiva a participação dessas pessoas no processo produtivo, considerando que esse é um fator determinante para a sua qualidade de vida e de sua família. Nas conclusões, a autora destaca a importância da inclusão desse segmento da população no mundo do trabalho, como forma de consolidar o direito do cidadão, o acesso a bens e serviços.

A síntese das cinco primeiras dissertações defendidas no período de 1991 a 1999 mostrou que 4 trabalhos tiveram como tema da inclusão da pessoa com deficiência no mercado de trabalho e uma tratou da educação e inclusão dos crianças com deficiência auditiva.

Uma possível explicação para a incidência dessa temática pode ser buscada nos seguintes marcos legais nacionais e internacionais a respeito da inclusão das pessoas com deficiência no mercado de trabalho e do acesso à educação no contexto da educação para todos estabelecidos entre 1991 e 1999:

- a) a promulgação da nova Constituição do Brasil, em 1988, que foi marcada pelos princípios da igualdade entre todas as pessoas, independentemente de possuir algum tipo de deficiência.
- b) a ratificação pelo Brasil, em 1991, da Convenção 159 da OIT, que definiu que a pessoa com deficiência na perspectiva do trabalho, como aquela cuja possibilidade de conseguir, permanecer e progredir no emprego é substancialmente limitada em decorrência de uma reconhecida desvantagem física ou mental;
- c) a Lei nº 8.213 de 1991, que estabeleceu o sistema de cotas, segundo o qual a empresa com 100 ou mais empregados teria obrigação de preencher de 2 a 5% dos seus cargos com trabalhadores reabilitados ou pessoas com deficiência, habilitadas;
- d) a Declaração de Salamanca, proclamada pela Unesco em 1994 e que traçou os princípios da inclusão educacional;

- e) o Decreto nº 3.298 de 1999, que estabeleceu a Política Nacional para a Integração de Pessoas Portadoras de Deficiência no mercado de trabalho e na sociedade em geral. Assim, a agenda de pesquisas acadêmicas da pós-graduação pode ter sido influenciada por esses marcos regulatórios da inclusão, em especial aqueles que focalizam a inclusão das pessoas com deficiência no país.

Os indicadores exibidos no Gráfico 1 também demonstram que os direitos das pessoas com deficiência estão sendo alvo de estudos com maior frequência nos últimos anos, como reflexo dos movimentos sociais cada vez mais frequentes em busca da garantia de tais direitos.

No entanto, apesar de que o aumento significativo de estudos nos últimos anos vem seguindo o crescente número de dispositivos legais criados com o intuito de acompanhar o desenvolvimento da sociedade, porém de nada adianta possuir uma das legislações mais completas do mundo, como é o caso do Brasil, se na prática ela não é sequer conhecida pela maioria da população.

4.4 O perfil das instituições

Também foram construídos indicadores que permitiram identificar as 51 instituições de ensino superior em que as 119 dissertações e teses foram desenvolvidas. A pesquisa revelou que 19 das 51 instituições de ensino superior (IES) do país são instituições particulares e as 32 restantes são IES públicas.

Os indicadores a Tabela 1 que apresentam a distribuição desses trabalhos por instituição.

Tabela 1 – Distribuição dos trabalhos por instituição

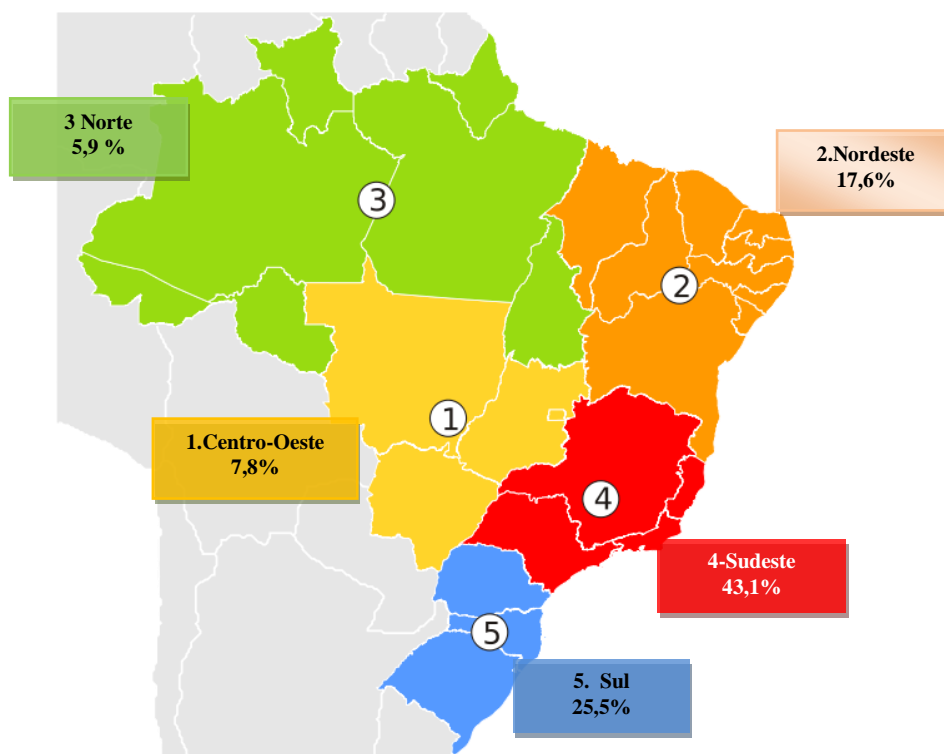
Instituições	Total de Trabalhos
PUC-SP	18
Instituição Toledo de Ensino	17
UnB	6
UFPE	5
UFSCar	5
Fundação de Ensino "Eurípides Soares da Rocha"	4
PUC-MG	3
USP	3
UFPA	3
Universidade Presbiteriana Mackenzie	3
Universidade Tuiuti do Paraná	3
PUC-RS	2
Unesp/Marília	2
Universidade Estadual de Maringá	2
UFBA	2
UFPB/João Pessoa	2
Universidade Federal de Uberlândia	2
UFPR	2
UFRJ	2
UFF	2
31 Instituições com 1 trabalho cada: Centro Universitário Álvares Penteado; Centro Universitário Euro-Americano, Centro Universitário La Salle; Fundação João Pinheiro, Fiocruz, Fundação Visconde de Cairu; Universidade da Amazônia, Universidade de Marília; Universidade de Passo Fundo; Universidade de Santa Cruz do Sul; UERJ; Universidade do Extremo Sul Catarinense; Universidade do Vale do Itajaí; Universidade Estadual do Ceará; Universidade do Oeste do Paraná; UFAL; UFG, UFJF; UFMS; UFSC; UFV; UFAM; UFC; UFES; UFMA; UFRG; UFRGS; UFRN; UMESP; Universidade Metropolitana de Santos; Universidade Municipal de São Caetano do Sul;	31
TOTAL	119

Os indicadores da Tabela 1 mostram que entre essas 51 IES, 21 concentram 89 trabalhos (isto é, 74% do total) sendo que a PUC-SP foi a que apresentou o maior número de trabalhos (18, ou seja, 15,1% do total), seguida pela Instituição Toledo de Ensino, com 17 trabalhos (14,2%). Em seguida, 4 IES compareceram com 20 trabalhos (16,8%), dos quais 6 na UnB, 5 na UFPE e 5 na UFSCar e 4 na Fundação de Ensino "Eurípides Soares da Rocha". As demais 14 IES totalizaram 33 trabalhos (28% do total), dos quais 5 com 3 trabalhos cada e 9 com 2 trabalhos cada. Além disso, 31 IES reuniram 27,7%

do total de trabalhos, uma vez que em cada uma só foi defendido um trabalho.

A localização geográfica das instituições de ensino onde os trabalhos foram desenvolvidos também foi alvo da pesquisa. A Figura 1 aponta a distribuição por região do país, evidenciando que a região Sudeste concentrou o maior número (22, ou seja, 43,1%), seguida pela região Sul, com 12 (25,5%) e Nordeste (10, isto é, 17,7%). As regiões Centro-Oeste e Norte compareceram com o menor número de IES, respectivamente 4 (7,8%) e 3 (5,9%) totalizando juntas 13,7% do total de instituições.

Figura 1 – Distribuição das IES por regiões brasileiras



Se forem somadas as instituições das regiões Sul e Sudeste, verifica-se que ambas as regiões totalizam 68,62 % das IES. Esses dados refletem a distribuição dos Programas de Pós-Graduação no país, pois de acordo com dados informados pela CAPES (2011), as regiões Sul e Sudeste concentram o maior número de programas e cursos de pós-graduação do país.

4.3 O perfil dos programas de pós-graduação

Os 119 trabalhos que abordaram a temática “direito das pessoas com deficiência” foram desenvolvidos em 27 diferentes programas de pós-graduação do país e áreas de conhecimento, conforme dados na Tabela 2.

Tabela 2 - Distribuição dos trabalhos por programa de pós-graduação

Programas de Pós-Graduação	Áreas de Conhecimento*	Total de trabalhos
CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS I (14 PPGs)		
Direito	Direito	37
Sistema Constitucional de Garantia de Direitos	Direito	16
Direito Político e Econômico	Direito	3
Ciências Jurídicas	Direito	2
Serviço Social	Serviço Social	8
Política Social	Serviço Social	6
Arquitetura e Urbanismo	Arquitetura e Urbanismo	3
Economia Doméstica	Serviço Social	1
Administração	Administração	2
Administração Pública	Administração	1
Administração de Empresas	Administração	1
Ciência da Informação	Ciências da Informação	1
Políticas Públicas	Serviço Social	1
CIÊNCIAS HUMANAS (10PPGs)		
Educação	Educação	19
Educação Especial	Educação	5
Psicologia Experimental: Análise do Comportamento	Psicologia	1
Políticas Públicas e Sociedade	Sociologia	1
História	História	1
Geografia	Geografia	1
Filosofia	Filosofia	1
Direitos Humanos, Cidadania e Violência	Ciência Política	1
MULTIDISCIPLINAR (5 PPGs)		
Avaliação de Políticas Públicas	Interdisciplinar	1
Desenvolvimento Humano e Responsabilidade Social	Interdisciplinar	1
Integração da América Latina	Interdisciplinar	1
Sociedade e Cultura na Amazônia	Interdisciplinar	1
Sociologia e Direito	Interdisciplinar	1
CIÊNCIAS DA SAÚDE (2 PPGs)		
Saúde da Criança e da Mulher	Saúde Coletiva	1
Saúde Coletiva	Saúde Coletiva	1
Total		119

Os indicadores da Tabela 2 apontam que a maioria dos trabalhos foi

desenvolvida em programas de pós-graduação da grande área “Ciências Sociais Aplicadas I” que totalizou 82 teses e dissertações, ou seja, 68,9% do total de trabalhos, defendidas em 14 programas de pós-graduação. Em seguida, comparece a grande área de “Ciências Humanas”, com 30 (25,2%) trabalhos defendidos em 10 programas de pós-graduação. Na sequência, as grandes áreas “Multidisciplinar” e “Ciências da Saúde” apresentaram-se respectivamente com 5 (4,2%) e 2 (1,7%) trabalhos.

O destaque da Tabela 2 reside na grande área “Ciências Sociais Aplicadas”. Entre os 14 programas de pós-graduação dessa grande área 4 concentraram 58 trabalhos, isto é 48,7%, representados pelas teses e dissertações defendidas nos programas de pós-graduação em “Direito” (37), “Sistema Constitucional de Garantia de Direitos” (16), “Direito Político e Econômico” (3) e “Ciências Jurídicas” (2). Esses achados, além de confirmarem a eficiência dos termos de busca utilizados para recuperação dos trabalhos nas bases pesquisadas, mostram que a área do Direito tem relevantes contribuições para o campo da Educação Especial no que se refere aos direitos das pessoas com deficiência, haja vista o total de trabalhos com essa temática.

Outros trabalhos defendidos em programas da grande área “Ciências Sociais Aplicadas I” também estabelecem interface com o campo da Educação Especial, haja vista a presença de trabalhos defendidos em programas de pós-graduação das seguintes áreas:

a) **Serviço Social** - Serviço Social (8), Política Social (6) e Economia Doméstica (2); Políticas Públicas (1);

b) **Arquitetura e Urbanismo** - Arquitetura e Urbanismo (3);

c) **Administração** - Administração (2); Administração Pública (1) e Administração de Empresas (1);

d) **Ciência da Informação** - Ciência da Informação (1)

Por sua vez, na grande área de “Ciências Humanas” com um total de 10 programas de pós-graduação, o destaque é para a área de “Educação” que congrega 19 trabalhos (16% do total) em “Educação e 5 trabalhos (4,2% do total) trabalhos em “Educação Especial”. Em seguida comparecem as

seguintes áreas, cada uma com um trabalho cada: Psicologia, Sociologia, Ciência Política, Filosofia, História e Geografia, que totalizaram 6 trabalhos (5% do total).

As duas demais grandes áreas (“Multidisciplinar” e “Ciências da Saúde”) concentraram, respectivamente 5 e 2 programas de pós-graduação, totalizando cada um com apenas um trabalho defendido.

Também foram investigadas as 81 linhas de pesquisa nas quais os 119 trabalhos se vincularam nos respectivos 27 programas de pós-graduação, conforme mostra a Tabela 3.

Tabela 3 – Total de trabalhos por linhas de pesquisa

Linhas de Pesquisa	Total de Trabalhos
1. Direitos Fundamentais e Inclusão Social	13
2. Direitos Individuais e Coletivos: a Tutela e Efetividade Jurídica	4
3. Efetividade dos Direitos de Terceira Dimensão e Tutela da Coletividade dos Povos e da Humanidade	4
4. Produção Científica e Formação de Recursos Humanos em Educação Especial	4
5. Políticas Públicas e Gestão da Educação	3
6. Efetividade do Direito Público e Limitações da Intervenção Estatal	3
7. Construção do Saber Jurídico	2
8. Crítica aos Fundamentos da Dogmática Jurídica	2
9. Direitos Humanos e Inclusão Social	2
10. Educação Especial no Brasil	2
11. Estado, Políticas Sociais e Ação do Serviço Social	2
12. Instrumentos Constitucionais de Efetivação dos Direitos Fundamentais	2
13. Questão Social, Instituições e Serviços Sociais	2
14. A Cidadania Modelando o Estado	2
15. Direitos da Personalidade	2
16. Política Social: Estado e Sociedade	2
17. Constituinte e Direitos Individuais e Sociais	2
64 linhas de pesquisa com 1 trabalho cada*	64
2 trabalhos que não foram vinculados à linhas de pesquisa	2
Total	119

(*) Ver no Apêndice A a lista completa dessas 64 linhas de pesquisa

Assim, considerando todas as 81 linhas de pesquisa encontradas, é

possível observar a preponderância da área do Direito, em decorrência do fato de que são 58 programas de pós-graduação nessa área, conforme mostraram os dados da Tabela 2.

Além disso, a Tabela 3 mostra que entre as 17 linhas de pesquisa que mais concentraram trabalho, 14 são da área do Direito, sendo entre essas:

a) 10,9 % (13) dos trabalhos foram desenvolvidos em uma única linha de pesquisa, qual seja, **“Direitos Fundamentais e Inclusão Social”**. Nessa linha de pesquisa do Programa de Pós-Graduação em Sistema Constitucional de Garantia de Direitos, da Instituição Toledo de Ensino (Bauru-SP) procura-se, na interpretação emancipatória do texto constitucional, a busca de maior efetividade dos direitos anunciados, trazendo conceitos e realidades, muitas vezes de outras ciências, o que colabora com a maior efetivação dos direitos constitucionais.

b) Em seguida, as linhas de pesquisa **“Direitos Individuais e Coletivos: a sua Tutela e Efetividade Jurídica”** **“Efetividade dos Direitos de Terceira Dimensão e Tutela da Coletividade dos Povos e da Humanidade”** concentrou cada uma 4,16% (4) do total de trabalhos. A primeira linha de pesquisa do Programa de Pós-Graduação em Direito, da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (SP) objetiva abordar os direitos individuais e coletivos em todos os níveis do direito positivo, isto é, investiga-se a matéria a partir do prisma constitucional até que o nível infra-positivo seja alcançado. A segunda linha de pesquisa também está vinculada ao mesmo Programa de Pós-Graduação da PUC-SP, mas volta-se a investigar questões sobre Efetividade dos Direitos de Terceira Dimensão¹ e Tutela da Coletividade dos Povos e da Humanidade.

Ainda na área do Direito é válido mencionar dois trabalhos

¹ Por “Direitos de Terceira Dimensão” ou “novos direitos” compreendem-se aquelas novas formas de direito que surgem no contexto dos novos problemas colocados pela sociedade e oriundos das novas necessidades, que desafiam o fundamentalismo jurídico tradicional, seus institutos formais e materiais e suas modalidades individualistas de tutela. Esses novos direitos também costumam ser identificados com os ideais de liberdade, igualdade e fraternidade consagrados na Revolução Francesa, ou seja, as gerações ou mesmo dimensões do direito, interpretados como sendo os de primeira geração aqueles correspondentes aos direitos individuais de liberdade, os de segunda geração relativos aos direitos sociais e os da terceira geração, que seriam os equivalentes aos direitos difusos e coletivos, seguindo-se os de quarta geração. (WOLKMER; LEITE, 2003).

desenvolvidos na linha de pesquisa “Direitos Humanos e Inclusão Social”, vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Direito da UFPA. Essa linha objetiva o estudo das diversas formas de exclusão social, sob a perspectiva dos Direitos Humanos. Parte do pressuposto de que, tendo em vista as desigualdades existentes na sociedade, a única forma que se tem de conceder igualdade a quem é diferente é justamente distingui-los, regulando a vida em sociedade de tal forma que se possa permitir que todos tenham as mesmas oportunidades e os mesmos direitos. Assim, os projetos votam-se tanto para o estudo das condições de vida dos grupos vulneráveis quanto para os estudos das ações afirmativas necessárias para reverter essa situação.

As demais 3 linhas de pesquisa que mais concentraram trabalhos (11) pertencem à área de Educação, a saber:

- a) **Produção Científica e Formação de Recursos Humanos em Educação Especial**, com 4 trabalhos (ATAÍDE, 2000; NEVES, 2000, 2005; BRAVO; 2009). – linha de pesquisa do PPGEs/UFSCar (São Carlos-SP), que tem como objetivo profissionais habilitados a avaliar, implantar, administrar e/ou orientar programas e serviços na área de Educação Especial, além de produzir estudos que gerem um conhecimento diferenciado da própria área, para fundamentar pesquisas de meta-análise do conhecimento, mediante a utilização de diferentes abordagens metodológicas.
- b) **Políticas Públicas e Gestão de Educação**, com 4 trabalhos (BUCCIO, 2007; MUELLER, 2008; SILVERIO; 2008).– essa linha de pesquisa está vinculada ao PPGE da Universidade Tuiuti do Paraná (Curitiba-PR) e investiga a relação Estado, políticas públicas, gestão da educação e os processos pedagógicos que ocorrem na escola; políticas de formação de profissionais da educação; autonomia da escola, democratização e qualidade da educação; ética e justiça.
- c) **Educação Especial no Brasil**, com 2 trabalhos (SOUZA, 2004; SOUZA, 2009) – linha de pesquisa vinculada ao PPGE da Unesp/Marília (Marília-SP) e tem como objetivo o estudo das condições biomédicas, psicológicas e sociais de pessoas especiais que frequentam escolas no Brasil. Também aborda os recursos

utilizados em seu ensino, em sua reabilitação e em sua integração.

Por fim, ainda no contexto das linhas de pesquisa, é válido ressaltar três linhas de pesquisa em Programas de Pós-Graduação que tratam dos direitos das pessoas com deficiência na perspectiva dos movimentos sociais, cada uma com um trabalho apenas:

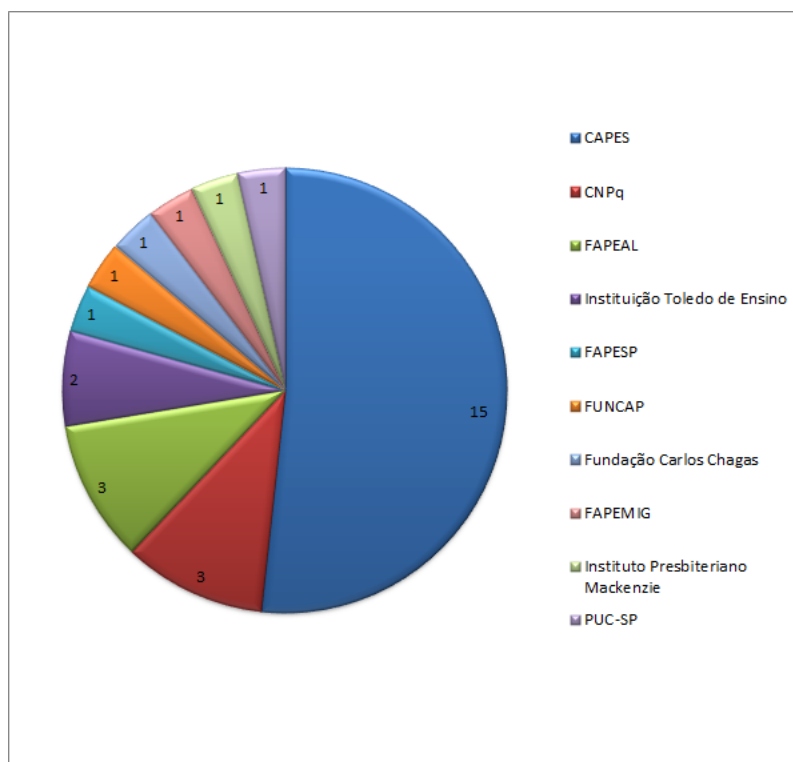
- a) **Cultura e Movimentos Sociais** – com um trabalho (PAULINO, 2007) - desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, tem como objetivo a análise da dimensão cultural dos fluxos globais, dos processos de subjetivação e de construção de identidades coletivas. Movimentos sociais, relações de gênero e democracia participativa no Brasil.
- b) **Movimentos Sociais e Cidadania** – com um trabalho (SOUZA, 2006) - desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em Política Social da Universidade de Brasília, estabelece articulação entre movimentos sociais e cidadania, colocando em pauta a constituição dos sujeitos coletivos. Analisa questões analíticas relativas à política e à cultura a partir do eixo local/global, as trajetórias dos movimentos sociais.
- c) **Trabalho e Movimento Sociais** – com um trabalho (SILVA, 2002) - desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Uberlândia, propõe-se a discutir e fomentar a produção historiográfica, abordando o papel das políticas governamentais nas transformações sociais e as mudanças nas relações de trabalho, cotidiano das empresas e dos trabalhadores, destacando delas os movimentos sociais.

4.4 O fomento às pesquisas no campo dos direitos das pessoas com deficiência

Quanto ao fomento à pesquisa oferecido pelas agências de pesquisa aos pesquisadores, o estudo revelou que entre as 119 teses e dissertações, apenas 29 (24,4%) declararam ter recebido apoio financeiro, enquanto 90 (75,6%) não receberam ou não declararam o recebimento de fomento à

pesquisa. O Gráfico 2 expõe os indicadores dos trabalhos que receberam fomento, bem como a distribuição por agência de pesquisa.

Gráfico 2 - Distribuição das bolsas por agência de pesquisa



Os indicadores do Gráfico 2 apontam que os órgãos federais (CAPES e CNPQ) foram responsáveis por 62,1% (18 trabalhos) do total do fomento recebido, seguidos pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Alagoas (FAPEAL), com 10,3% (3 trabalhos). Outros órgãos de fomento ligados a instituições de ensino superior também ofereceram apoio financeiro à pesquisa envolvendo “Direito” e “pessoa com deficiência”, representado em conjunto os outros 27,5 % (8 trabalhos) que receberam fomento.

Uma possível explicação para esse baixo número de bolsas de pós-graduação poderia ser buscada na dependência administrativa das instituições de ensino superior, que costumam receber menor quantidade de bolsas das agências públicas de fomento à pesquisa. Conforme mencionado anteriormente, das 51 IES, 19 são particulares e nessas foram defendidos 86

trabalhos, isto é 72,3% do total e as demais 32 IES públicas, concentraram 33 trabalhos. No entanto, os indicadores da Tabela 4 permitem uma melhor visualização da distribuição do fomento por IES.

Tabela 4 – Distribuição do fomento aos trabalhos por IES

Instituições	Total de trabalhos que receberam fomento
PUC-MG; UFSCar; UFRJ; 2PUC-RS; FURG; 2UnB; UEM; U Passo Fundo; FUNDAÇÃO DE ENSINO "EURÍPIDES SOARES DA ROCHA"; PUC-SP; UFG; USP; UnB	15
UFRJ; UFPE; PUC-SP	3
UFSC; UFPE; UFAL	3
ITE	2
UNESP/Marília	1
UEC	1
UFPB/João Pessoa	1
Fundação João Pinheiro	1
Mackenzie	1
PUC-SP	1
Total	29

A Tabela 4 mostra que as IES 11 trabalhos de 10 IES receberam 61,1% do total do fomento concedido pelas agências federais CAPES e CNPq, enquanto que 7 trabalhos de 6 IES particulares receberam a quantidade menor desse fomento (38,9%).

Das 18 bolsas concedidas pelas agências de fomento federais, 5 (CAPES) e 1 (CNPq) foram para a área de Educação, enquanto que 4 (CAPES) foram para a área de Direito; 4 para a área de Serviço Social (2 CAPES e 2 CNPq); 1 para a área de Ciência da Informação (CAPES) e 3 (CAPES) para a área de Política Social.

Os resultados também apontam que algumas IES particulares ofereceram fomento à pesquisa com recursos próprios (PUC-SP, Mackenzie, Instituto Toledo de Ensino), bem como agências de fomento estaduais (FAPESP, FAPREAL, FAPEMIG, FUNCAP, Fundação Carlos Chagas) foram responsáveis por bolsas concedidas a programas de pós-graduação de IES públicas federais (UFAL, UFPB/João Pessoa; UFSC; UFPE; UEC) e estaduais

(Fundação João Pinheiro; Unesp/Marília).

Contudo, em relação ao total de trabalhos (119), 24,3% (29) ainda permanece como um número baixo de bolsas concedidas para pesquisas sobre o tema “direitos das pessoas com deficiência”.

4.5 As temáticas das pesquisas face às palavras-chaves atribuídas

As palavras-chave atribuídas pelos autores dos 119 trabalhos totalizaram 348. No entanto, é válido destacar que a) a mesma palavra-chave pode ter sido atribuída a mais de um trabalho; b) três foi a média de palavras-chave encontradas por trabalhos; c) houve casos em que nenhuma palavra-chave foi atribuída.

A análise das palavras-chave mais citadas também confirmou a eficácia dos termos de busca, haja vista que “direito” (48) e “pessoa com deficiência” (41) foram as mais atribuídas pelos autores. Assim, O Quadro 1 permite visualizar algumas temáticas mais abordadas nas teses e dissertações sobre “direito das pessoas com deficiência”.

Quadro 1 – Temáticas mais abordadas

Temáticas	Autores
Acessibilidade (13)	Alves (2009); Costa (2006); Fortuna (2009); Leite (2002); Lopes (2009); Moraes (2008); Pires (2009); Raiol (2008); Resende (2003); Silva (2001); Silva (2002); Sousa Junior (2005); Xavier (2005);
Ações afirmativas (8)	Araújo (2009); Fonseca (2005); Lobato (2009); Maciel Junior (2008); Melo (2002); Rêgo (2006); Rosa (2008); Segalla (2008);
Trabalho (36)	Alves (1991); Araújo (2005); Araújo (2009) Barboza (2003); Barp (2007); Brasileiro (2009); Castaldi (2009); Costa (2003); Coutinho (1992); Dias (2008); Feltrin (2003); Fonseca (2005); Galhardo (2005); Laraia (2009); Leal (2008); Lobato (2009); Lorentz (2005); Maciel Junior (2008); Maranhão (2003); Marcus (2009); Melo (2002); Niess (2008); Oliveira (1999); Pastore (2004); Ribeiro (2008); Ripoli (2008); Rosa (2008); Silva, A. de F. (2003); Silva (2008); Silva, M. (2003); Silva (2007); Soares (2006); Sousa (2008); Souza (2007); Steiger (2006); Tokunaga (2009);

Por sua vez, 192 palavras-chaves (55% do total) foram atribuídas apenas uma vez, o que impossibilita estabelecer uma correlação mais precisa com as temáticas dos trabalhos.

Em vista disso, no próximo capítulo as temáticas dos capítulos serão enfocadas por meio da análise do conteúdo de alguns trabalhos de acordo com a sua inserção nas áreas de conhecimento.

4.6 Perfil dos pesquisadores: indicadores de orientação e autoria

Os orientadores dos 119 trabalhos totalizaram 100, sendo que um grupo composto de 88 orientadores comparece com apenas uma orientação cada, enquanto que 12 orientaram mais de um trabalho, são eles: José Luiz Ragazzi (4) e Luiz Alberto David Araujo (4), ambos da Instituição Toledo de Ensino; Enicéia Gonçalves Mendes (3) da Universidade Federal de São Carlos; José Claudio Monteiro de Brito Filho (3), da Universidade Federal do Pará; Paulo Sérgio João (3), da PUC-SP; Vidal Serrano Nunes Júnior (3) da Instituição Toledo de Ensino; Ana Cristina Brito Arcoverde (2), da Universidade Federal de Pernambuco; Antonio Carlos da Ponte (2) da Instituição Toledo de Ensino; Debora Diniz Rodrigues (2) da Universidade de Brasília; Ney Lobato Rodrigues (2) da Instituição Toledo de Ensino; Pedro Paulo Teixeira Manus (2) da PUC-SP; Wanderlei De Paula Barreto (2), da Universidade Estadual de Maringá.

Assim, 12 orientadores foram responsáveis por 32 trabalhos, ou seja, 26,66 % de todos os trabalhos pesquisados. Os indicadores também revelaram que entre os orientadores que mais orientaram trabalhos 5 (41,7%) estão vinculados à Instituição Toledo de Ensino, os quais participaram da orientação de 15 trabalhos (12,6% do total).

Quanto aos autores das 119 dissertações e teses o estudo revelou que totalizaram 118. Isso porque uma autora defendeu dissertação e tese (NEVES, 2000; NEVES, 2005), o que revela sua identificação no estudo desta interface “Direito” e “pessoa com deficiência”.

4.7 Indicadores de gênero dos autores e orientadores

A categoria gênero também foi observada no estudo realizado, considerando o sexo dos autores e orientadores das 119 dissertações e teses sobre estudadas.

O estudo revelou entre os autores, 43 (36,1%) são homens e 76 (63,9%) são mulheres (Tabela 4). Entre os orientadores a distribuição apontou que 68 (56,66%) são homens e 52 (43,33%) são mulheres, conforme exposto na Tabela 5.

Tabela 5 – Distribuição dos orientadores e autores por gênero

Gênero	Orientadores	Autores
Masculino	68	43
Feminino	52	76
Total	120	119

Os dados exibidos na Tabela 5 confirmam a maioria feminina na autoria dos trabalhos em estudo. No entanto, quando se trata da orientação dos trabalhos há uma inversão, pois a participação dos homens predomina em relação à das mulheres.

Também de acordo com a literatura de referência dos estudos de gênero na ciência, os dados obtidos apontam serem essas áreas do conhecimento afeitas à vocação feminina socialmente construída, desde o século XIX, quando era atribuída às mulheres a tarefa de ensinar as crianças a falar, ler e escrever.

4.8 Os indicadores de formação acadêmica, vinculação profissional e área de atuação dos autores

Por meio da consulta a Plataforma Lattes verificou-se que dos 119 autores das teses e dissertações 18 não possuíam Currículo Lattes registrados, e dos 101 com currículo disponível 6 não registraram a sua área de formação acadêmica.

Em vista disso, foi possível verificar que 60% (57) dos autores possui formação acadêmica em Direito, seguidos por 16 (16,8%) com formação em Pedagogia e 8 (8,4%) em Serviço Social.

Além dessas formações, também foram observadas outras, conforme apontam os indicadores da Tabela 6, ressaltando que 7 dos autores possuem duas formações acadêmicas diferentes e 2 dos autores possuem 3 formações distintas, conforme Tabela 6:

Tabela 6 – Formação acadêmica dos autores

Formação Acadêmica	Autores
Direito	57
Pedagogia	17
Serviço Social	8
Letras	3
Psicologia	3
Administração de Empresas	2
Arquitetura	2
Ciências Sociais	2
História	2
Medicina	2
Ciências Contábeis	1
Ciências Econômicas	1
Educação Artística	1
Enfermagem	1
Filosofia	1
Fisioterapia	1
Gestão de Recursos Humanos	1
Matemática	1
Total	106

Também foi possível identificar, através de consulta ao Currículo Lattes, a instituição de ensino responsável pela formação dos autores das teses e

dissertações no nível da graduação. Os indicadores construídos permitiram constatar que os autores concluíram sua formação acadêmica em 63 instituições de ensino superior distintas, sendo que 11 dos autores concluíram sua formação na PUC, 6 dos autores concluíram sua formação na Instituição Toledo de Ensino, 4 concluíram sua formação na USP e 4 concluíram na Universidade Federal do Pará, ficando as demais instituições com número inferior de formandos, conforme será demonstrado na Tabela 7.

Tabela 7– Instituições de ensino responsáveis pela formação acadêmica de graduação dos autores das dissertações e teses

Instituição de Ensino	Autores
PUC	11
Instituição Toledo de Ensino	6
Fundação de Ensino Eurípides Soares da Rocha	5
Universidade Federal do Pará	4
Universidade de São Paulo	4
Universidade de Brasília	3
Universidade Estadual de Maringá	3
Universidade Federal de Alagoas	3
Universidade Federal de Pernambuco	3
Universidade Federal de Uberlândia	3
Universidade do Estado do Rio de Janeiro	2
Universidade Estadual do Ceará	2
Universidade Norte do Paraná	2
Universidade Presbiteriana Mackenzie	2
48 instituições de ensino com 1 autor cada	48
Total*	101

(*) Alguns autores apresentaram formação em 2 IES diferentes, 6 não disponibilizam essa informação no Currículo e 18 não possuem Currículo Lattes

O último item analisado quanto ao perfil dos autores das teses e dissertações refere-se à ocupação atual. Observou-se que a maioria dos autores dedica-se atualmente ao ensino superior em instituições de ensino particulares, ocupação atual informada por 39 dos autores, seguida pela de

servidor público informada por 19 dos autores, e pela ocupação de professor do ensino público superior informada por 16 dos autores. Outras ocupações foram observadas em menor número, bem como 3 dos autores informaram possuir duas ocupações diferentes, conforme os indicadores da Tabela 8.

Tabela 8 – Ocupação atual dos autores

Ocupação atual	Autores
Professor de Ensino Superior Particular	39
Servidor Público	19
Professor de Ensino Superior Público	16
Advogado	5
Pesquisadora	4
Estudante	2
Professora de Escola Municipal	2
Psicóloga	2
Assistente Social	1
Juíza de Direito	1
Médica	1
Total*	92

(*) 18 autores não possuem Currículo Lattes e 12 dos autores não disponibilizaram esta informação em seu currículo.

Analisando os indicadores apresentados na Tabela 8 pode-se verificar que no tocante a ocupação atual, constatou-se que a maioria dos autores dedica-se atualmente ao ensino superior em instituições de ensino particulares, perfazendo o total de 39 autores.

A análise dos elencados nos permite conhecer, ainda que limitadamente, o perfil dos autores das teses e dissertações, com o intuito de conhecermos quem são os autores que se dedicam ao estudo do tema em comento.

No próximo capítulo serão apresentados os resultados das análises qualitativas desses indicadores, que foi realizada por meio da seleção de alguns trabalhos por área de conhecimento.

5. A AGENDA DE PESQUISAS SOBRE OS DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

Neste capítulo são apresentados os resultados das análises qualitativas dos indicadores bibliométricos descritos e analisados no capítulo 4.

Por meio da seleção de alguns trabalhos por área de conhecimento foi possível traçar um panorama da agenda de pesquisas sobre a temática dos direitos das pessoas com deficiência.

5.1 As pesquisas no campo da Educação Especial e da Educação

Embora a maioria destes trabalhos tenha se desenvolvido em Programas de Pós-Graduação ligados a área do Direito, destacam-se também os estudos desenvolvidos junto aos Programas de Pós-Graduação ligados a Educação Especial, com 5 trabalhos e Educação, com 19 trabalhos, totalizando 24 trabalhos, ou seja, 20,1% do total.

Esta constatação é de grande importância considerando que o presente estudo desenvolveu-se em um Programa de Pós-Graduação em Educação Especial, o que ensejou melhor análise dos trabalhos desenvolvidos junto aos programas de pós-graduação ligados à educação.

O primeiro trabalho desenvolvido em um Programa de Pós-Graduação em Educação Especial foi uma dissertação de mestrado defendida em 2000 por Maria de Fátima Moreira Ataíde sob a orientação de Enicéia Gonçalves Mendes, na Universidade Federal de São Carlos, junto ao Programa de Pós-Graduação em Educação Especial, com o título “O direito à educação especial na ação do poder legislativo de São Carlos: 1979-1998”. A autora analisou a atuação do Poder Legislativo do Município de São Carlos no estabelecimento de leis, visando a política educacional direcionada à pessoa com deficiência nos últimos vinte anos, com a finalidade de avaliar o impacto da Constituição Federal de 1988 no âmbito do município, e de investigar a relação entre legislação e as oportunidades educacionais, chegando a conclusão de que

embora tenham sido constatados resultados favoráveis em termos da existência de dispositivos legais para a garantia dos direitos das pessoas com deficiência, questiona-se a eficácia, considerando a função fiscalizadora do legislativo pareceu não ser de fato exercida. Ao final a autora aponta sugestões para os diversos segmentos da sociedade com o intuito de promover a conquista da cidadania pelas pessoas com deficiência.

Ainda sob a orientação de Enicéia Gonçalves Mendes, também na Universidade Federal de São Carlos, junto ao Programa de Pós-Graduação em Educação Especial, foi defendida no ano de 2000 a dissertação de mestrado de Tânia Regina Levada Neves, com o título “Movimentos sociais, auto-advocacia e educação para a cidadania de pessoas com deficiência mental”, tendo como objetivo estudar aspectos dos movimentos sociais para a construção da cidadania das pessoas com deficiência, em especial das pessoas com deficiência mental, no âmbito da sociedade brasileira a partir de um levantamento histórico da situação das pessoas com deficiência nas mais variadas épocas e nas várias formas de organização social, constatando-se a situação assistencialista e excludente a que estiveram expostas essas pessoas ao longo da linha do tempo.

Os resultados apontaram que proliferaram no país associações de e para portadores de deficiências, agregando os mais variados tipos de indivíduos e executando os mais variados trabalhos. Entretanto, foi observado que na percepção dos próprios atores, existe uma carência de ações no sentido de incentivá-los a participar e no sentido de mudar a natureza paternalista, assistencialista, fragmentada e corporativista dos movimentos. Avaliou-se, ainda, as possibilidades e implicações dos movimentos mundiais de auto-advocacia como forma de se estabelecer uma nova dinâmica de relacionamento com os movimentos existentes no Brasil, buscando um novo olhar sobre a ampliação de oportunidades e potencialidades das pessoas com deficiência mental.

A dissertação de Beatriz Cardoso Lobato, também desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em Educação Especial da UFSCar, sob a orientação de Maria Amélia Almeida, em 2009, e intitulada “Pessoas com deficiência no mercado de trabalho: implicações da Lei de cotas” abordou o

direito da pessoa com deficiência ao trabalho, garantido pela Constituição brasileira. A autora avaliou as implicações desta legislação na criação de oportunidades de trabalho às pessoas com deficiência e se estas oportunidades estavam pautadas pelo paradigma da inclusão, favorecendo a contratação e permanência de pessoas com diferentes níveis e categorias de deficiência no trabalho. Os dados foram coletados por meio de entrevista semiestruturada, junto a dez funcionários do setor de Recursos Humanos e a doze funcionários com deficiência. As entrevistas foram gravadas, transcritas na íntegra e analisadas qualitativamente por meio da análise de conteúdo.

Os resultados obtidos por Lobato (2009) demonstraram que as empresas contratam pessoas com deficiência em função da obrigatoriedade imposta pela lei e, principalmente, em decorrência da fiscalização realizada pelo Ministério Público do Trabalho e justificam a dificuldade em contratar estas pessoas pela falta de escolaridade, qualificação profissional e pela necessidade de adequação da empresa para recebê-las. Na prática, esta necessidade antecede os requisitos da qualificação e pré-seleciona as categorias de deficiência aceitáveis pela empresa, sendo as pessoas que utilizam cadeira de rodas as principais excluídas. Dentre as empresas participantes, apenas três relataram ter realizado algum tipo de adaptação, atendendo a necessidade da pessoa contratada, limitando as contratações subsequentes a pessoas com o mesmo tipo de deficiência ou com deficiência que não implicasse em novas adaptações. Para as pessoas com deficiência, a lei resultou no aumento de oportunidades, mas não no reconhecimento de suas potencialidades para o trabalho, o que favorece sua contratação, mas não cria condições efetivas para o desenvolvimento de seu trabalho. A autora concluiu que a Lei de cotas cumpre o seu papel ao gerar oportunidades de emprego, porém precisa ser avaliada, uma vez que não contempla a contratação de pessoas com deficiência em suas diferentes categorias e níveis de comprometimento e não incentiva a adequação das empresas para receber estas pessoas. Neste sentido, aponta-se para a necessidade de articular os esforços de diferentes atores e recursos sociais como instituições de educação especial e programas municipais, visando à elaboração de ações que contemplem as necessidades decorrentes de um processo de inclusão no

trabalho.

Ainda em 2009, a pesquisa de Aline Droppé Bravo, desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em Educação Especial sob a orientação de Maria Cristina Piumbato Innocentini Hayashi, e intitulada “As necessidades informacionais dos bacharéis em direito na defesa de pessoas com necessidades especiais”, visou identificar as necessidades informacionais dos bacharéis em Direito quanto aos direitos das pessoas com necessidades especiais tendo como foco de análise a legislação e as grades curriculares dos cursos de direito no Estado de São Paulo. A autora argumenta que tratar dos direitos relacionados às pessoas com necessidades especiais é uma questão que compete não apenas aos profissionais da área do Direito, mas à sociedade como um todo. Na sua visão, o conhecimento da legislação e a consequente divulgação dessas informações trarão benefícios não apenas às próprias pessoas com tais necessidades e seus familiares, mas também contribuirão para o aprimoramento dos profissionais com os quais se relacionam.

Assim, a pesquisa de Bravo (2009) caracterizou-se como sendo do tipo exploratório e descritivo e os procedimentos metodológicos envolveram os seguintes passos: a) revisão de literatura relacionada à matéria em estudo, qual seja, direitos das PNEs e Educação Especial para fundamentação teórica da pesquisa; b) levantamento da legislação direcionada especificamente às PNEs, considerando-se a legislação do Brasil; c) análise das grades curriculares dos cursos de Direito oferecidos no Estado de São Paulo para verificação da existência de matéria específica direcionada aos direitos das PNEs; d) organização e sistematização dos dados obtidos, com vistas à análise realizada à luz do referencial teórico; e) elaboração de uma proposta de disciplina sobre o tema direcionada ao curso de Direito. Os resultados obtidos permitiram oferecer contribuições para a garantia dos direitos das pessoas com necessidades especiais; promover a integração entre as áreas de Ciências Jurídicas e Educação Especial e Ciência da Informação, visando à produção de conhecimento qualificado para auxiliar os bacharéis em direito a atuarem na defesa dos direitos das pessoas com necessidades especiais.

Entre os anos de 2000 e 2007 foram desenvolvidos 10 trabalhos envolvendo o tema em estudo, sendo dos anos de 2008 e 2009 a maioria dos

trabalhos, ou seja, 13 do total de 23. O número crescente de trabalhos nos últimos anos é característica não apenas dos trabalhos desenvolvidos junto aos Programas de Pós-Graduação em Educação, mas também dos demais trabalhos pesquisados.

Dentre os 23 trabalhos em análise ligados aos programas de Pós-Graduação em Educação, o mais recente foi a dissertação desenvolvida por Juliana Fortuna em 2009, sob a orientação de Paulo Romulo de Oliveira Frota, junto ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Extremo Sul Catarinense, com o título “O conceito de acessibilidade e suas relações com a educação e cidadania”, tendo com problema de pesquisa conhecer o estágio de desenvolvimento do conceito de acessibilidade apropriado pelos acadêmicos do curso de Fisioterapia da Unesc, analisando o conceito de acessibilidade internalizado pelos alunos, e discutindo-se as relações entre acessibilidade, cidadania e educação. Foram entrevistados 26 acadêmicos de um total de 30. Como resultado observou-se que nove estudantes possuem o conceito científico de acessibilidade, quatro estudantes estão no conceito de transição e 13 estudantes ainda possuem conceito cotidiano. Este estudo além de investigar o conceito científico de acessibilidade entre os alunos, buscou descobrir se os formandos de Fisioterapia conseguiam entender a relação existente entre acessibilidade, educação e cidadania. Entre os entrevistados, apenas oito responderam qual disciplina estabelecia relação com a acessibilidade e apenas sete conseguiram expressar uma definição aproximada de cidadania, estabelecendo uma relação adequada entre acessibilidade e cidadania.

Dos 23 trabalhos citados, apenas 1 deles corresponde a uma tese de doutorado, sendo que todos os outros foram desenvolvidos em nível de mestrado, o que demonstra que os autores das dissertações, que ingressaram posteriormente no doutorado, não prosseguiram na pesquisa do tema.

O trabalho mencionado acima, desenvolvido em nível de doutorado no ano de 2005, é de autoria de Tânia Regina Levada Neves, já citada por sua dissertação ser uma das primeiras desenvolvidas nesta categoria, ambas sob a orientação de Enicéia Gonçalves Mendes, na Universidade Federal de São Carlos, junto ao Programa de Pós-Graduação em Educação Especial. Esta

tese tem como título “Educar para a cidadania: promovendo auto-advocacia em grupos de pessoas com deficiência”, abordando o problema da Educação Especial ser assistencialista e questiona como se poderia atuar para que as pessoas com deficiência mental e com paralisia cerebral pudessem ser instrumentalizadas para o exercício da auto-advocacia.

Assim, o trabalho de Neves (2005) foi organizado como pesquisa ação, envolvendo um trabalho de reflexão em reuniões sistemáticas com dois grupos. O grupo 1 (G1), foi composto 14 jovens (12 com diagnóstico de paralisia cerebral e dois de deficiência mental), com idade entre 25 a 38 anos e histórico de 4 a 14 anos de institucionalização. O grupo 2 (G2), foi composto por 11 jovens com deficiência mental, com idade entre 18 e 32 anos e histórico de 8 a 10 anos de institucionalização. Nos doze encontros semanais com G1, e nos oito com G2 foram discutidos temas tais como auto-imagem, percepção das próprias condições de trabalho, de educação, de lazer, de direitos e deveres. Observou-se que a participação dos integrantes dos grupos nos encontros foi em geral, intensa, entusiasmada e produtiva nos dois grupos, ainda que diferenças relevantes devam ser consideradas. A principal evidência foi a demonstração de que se fossem criadas oportunidades significativas de participação, essas pessoas teriam amplas possibilidades de desenvolver uma atuação produtiva no campo da defesa de seus direitos. Ao final questiona-se se a maneira como o processo educacional vem sendo conduzido não estaria produzindo pessoas dependentes, sem autonomia nas escolhas, infantilizadas e sem desenvolver habilidades e conhecimentos que pudessem potencializar e favorecer a inclusão dessas pessoas na sociedade. O estudo oferece uma pequena contribuição de como se poderia pensar em educá-los para a vida.

5.2 As pesquisas sobre direito das pessoas com deficiência no campo do Direito

Dentre as tese e dissertações elencadas no presente estudo, identificou-se que a grande maioria foi desenvolvida junto a programas de pós-graduação ligados ao Direito, totalizando 58 dos 119 trabalhos em estudo, ou seja, 48,7%

dos trabalhos.

Entre os trabalhos mais recentes defendidos na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo encontra-se o trabalho de Laís Vanessa Carvalho de Figueiredo Lopes, sob a orientação de Flávia Cristina Piovesan, com o título “Convenção sobre os direitos das pessoas com deficiência da ONU, seu protocolo facultativo e a acessibilidade”. Esta dissertação analisou a nova visão mundial sobre as pessoas com deficiência e a acessibilidade positivada no marco legal da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, adotados em 13 de dezembro de 2006, por meio da Resolução 61/106, durante a 61ª sessão da Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU) - parte do conjunto de tratados internacionais de direitos humanos existentes desde 1948, tendo como objetivo responder às seguintes questões: Qual o contexto histórico e as principais visões de deficiência que predominaram ao longo da história da humanidade na construção dos direitos humanos das pessoas com deficiência, do ponto de vista legal, no âmbito internacional? Como se deu o processo de elaboração, na ONU, da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo? E o de ratificação com equivalência constitucional, no Brasil, do primeiro tratado de direitos humanos do século XXI, após a Emenda Constitucional n.º 45/04? Quais são os mecanismos de monitoramento nacional e internacional dos instrumentos jurídicos em questão? Quem são as pessoas com deficiência beneficiárias da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo? Quais os principais direitos e princípios contidos nos documentos da ONU? O que é acessibilidade e qual a sua natureza jurídica? Como garantir a aplicação da acessibilidade em meio aos demais direitos humanos?

Além de questões ligadas ao Direito do Trabalho e acessibilidade também o benefício da prestação continuada oferecido pela Previdência Social foi alvo de estudo, como o trabalho de Wagner de Oliveira Pierotti, sob a orientação de Vidal Serrano Nunes Júnior, defendido em 2009 no Programa de Pós-Graduação em Sistema Constitucional de Garantia de Direitos da Instituição Toledo de Ensino, com título “O Benefício de Prestação Continuada a Idosos e Portadores de Deficiência, à Luz Da Constituição Federal”. Este

trabalho analisou que a situação das pessoas com deficiência mudou muito se comparada aos primórdios da civilização humana, assim como a situação dos idosos, que esquecidos em tempos passados, são atualmente parcela cada vez maior de nossa civilização, parcela esta que poderá ser agraciada pelo benefício de Prestação Continuada da Assistência Social, abordando ainda temas como a irreversibilidade dos direitos fundamentais sociais e da proibição da insuficiência e da garantia do mínimo vital para enriquecimento do trabalho. Por fim, foi feita uma comparação entre o Benefício Assistencial do Brasil e seu homônimo concedido em Portugal.

Ainda sobre os temas abordados dentre os trabalhos ligados ao Direito está o tema Educação, abordado pela dissertação de Juliana Izar Soares da Fonseca Segalla, sob a orientação de José Luiz Ragazzi, defendida em 2008, no Programa de Pós-Graduação em Sistema Constitucional de Garantia de Direitos, na Instituição Toledo De Ensino, com título “Direito à Educação e Ações Afirmativas como Instrumentos para a Inclusão Social das Pessoa com Deficiência - A Importância do Ensino Médio”, estudo este que trata da inclusão social das pessoas com deficiência através da educação, destacando a importância do ensino médio em suas vidas, na medida em que essa etapa educacional aumenta as possibilidades de ingresso no mercado de trabalho. Discute-se ainda sobre a definição de “pessoa com deficiência”, assim como as implicações desse conceito, além de analisar a proteção constitucional e infraconstitucional desse grupo minoritário, principalmente sobre o direito constitucional à educação e sua fundamentalidade para que a inclusão das pessoas com deficiência seja uma realidade. Por fim, analisaram-se os baixos índices de alunos com deficiência matriculados no ensino médio, apontando as ações afirmativas como instrumento para reversão desse quadro e concretização do princípio da igualdade, abarcado por nossa Constituição.

Ainda no campo do Direito, foram identificadas três pesquisas desenvolvidas no Programa de Pós-Graduação em Direito Político e Econômico. Entre elas, está a pesquisa de mestrado de Sandra Morais Brito da Silva (2007), sob orientação de Nelson Mannrich, e intitulada “A atuação estatal para inserção da pessoa com deficiência no mercado trabalho. Exame do artigo 93 da lei 8.213/91. Aspectos de efetividade”. A autora argumenta que a não

integração da pessoa com deficiência no processo produtivo é um dos maiores obstáculos para a sua inclusão social. Em sua visão, há, ainda, preconceitos em relação à sua capacidade contributiva baseados em um conceito competitivo que, atualmente, norteia o mundo empresarial. Essa restrição decorre do desconhecimento das possibilidades dessa pessoa de se inserir como agente ativo no processo de produção, quando se dá a ela a oportunidade de desenvolver todo o seu potencial.

Silva (2007) também argumenta que o condutor fundamental da inserção da pessoa com deficiência no mundo do trabalho é a Constituição, que prevê a reserva de cargos e proíbe qualquer discriminação referente à remuneração salarial e aos critérios de admissão do portador de deficiência. Segue a Constituição um conjunto de leis (8.213/91, que indica os percentuais de postos de trabalho em relação ao número de empregados da empresa; 7.853/89, voltada ao portador de deficiência; e o decreto 3.298/99, alterado pelo artigo 70 do decreto 5.296/04) que regulamentam dentre outras, a forma de acesso às relações de trabalho. Em 13 de dezembro de 2006, a Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU) aprovou a Convenção Internacional de Direitos da Pessoa com Deficiência, primeiro documento de direitos humanos do Século XXI e o oitavo da ONU, relevante instrumento de aprimoramento dos direitos humanos, não apenas porque atende às necessidades específicas desse grupo, mas, acima de tudo, porque revigora os direitos humanos, ameaçados pelo avanço do mercado global em detrimento de direitos sociais antes consolidados.

Na visão da autora (SILVA, 2007) diante desse contexto social com inúmeras variáveis, portanto, o Estado deve fazer cumprir os princípios constitucionais e o ordenamento jurídico, demonstrar a coerência entre a ação legal de inserir a pessoa com deficiência no mercado de trabalho e os propósitos institucionais de efetivação da sua inclusão, sem descuidar do beneficiário reabilitado, cuja capacidade tenha se tornado restrita após doença ocupacional ou devido à sequela resultante de acidente do trabalho (ou não). Como decorrência, o beneficiário permanece em situação de desvantagem no emprego, o que muitas vezes resulta em demissão, após o período da estabilidade.

Finalmente, em Programas de Pós-Graduação em Ciências Jurídicas foram identificados 2 trabalhos. Um deles é a dissertação de mestrado Ludimila Cerqueira Corrêa (2007), orientada por Monique Cittadino da Universidade Federal da Paraíba/João Pessoa, e intitulada “Avanços e impasses na garantia dos direitos humanos das pessoas com transtornos mentais autoras de delitos”. A autora analisa os avanços e impasses na garantia dos Direitos Humanos (DH) das pessoas com transtornos mentais, autoras de delitos, internadas em Hospitais de Custódia e Tratamento Psiquiátrico (HCTP). Para viabilizar o estudo a autora realizou uma revisão teórica sobre a constituição da instituição manicomial judiciária, destacando o conceito de periculosidade social que ainda fundamenta o modelo assistencial asilar/segregacionista para o tratamento dessas pessoas.

Além disso, a autora discute os dispositivos da legislação penal brasileira, referentes às pessoas com transtornos mentais que cometem delito, salientando a criação e consolidação da medida de segurança, além de abordar a questão da saúde no HCTP e a reafirmação desse modelo de separação e exclusão. A concepção contemporânea de DH foi tomada como referência, observando a condição de sujeitos de direitos desse grupo vulnerável. Além disso, a autora também realizou revisão bibliográfica na área de DH e saúde mental tendo como parâmetro os instrumentos internacionais e nacionais de proteção de DH, com destaque para aqueles específicos das pessoas com deficiência e das pessoas com transtornos mentais.

A autora enfatiza o movimento de Reforma Psiquiátrica, que tem subsidiado propostas de reorientação do modelo assistencial hegemônico em saúde mental, e a Política Nacional de Saúde Mental. Também discute as possibilidades de mudança no modelo de atenção à saúde mental das pessoas com transtornos mentais autoras de delitos no Brasil a partir dos princípios da Reforma Psiquiátrica e da Lei nº 10216/2001. A análise da implementação da garantia dos DH das pessoas com transtornos mentais autoras de delitos realizou-se mediante a estratégia de pesquisa de estudo de caso do Hospital de Custódia e Tratamento da Bahia (HCTP - BA). Procedeu-se a uma coleta de dados relativos ao HCT-BA e a análise dos dados orientados pelo princípio da pesquisa qualitativa. Verificou-se que, embora tenham sido efetuadas algumas

mudanças no HCT-BA, a instituição tem preservado o seu caráter asilar/carcerário, evidenciando uma tradição fundada na negação dos DH dos internos. Por fim, apresentam-se as experiências já iniciadas no Brasil visando reorientar o modelo de atenção à saúde mental dos loucos infratores. Nas conclusões, a autora argumenta que o avanço normativo não consolida, de per si, a materialização das recentes conquistas advindas a partir da Reforma Psiquiátrica, particularmente quanto ao segmento das pessoas com transtornos mentais autoras de delitos.

5.3 Os direitos das pessoas com deficiência do ponto de vista das pesquisas em Ciências Sociais e Aplicadas

Neste tópico se inserem trabalhos desenvolvidos em diversos programas de pós-graduação da área de Ciências Sociais Aplicadas, sendo selecionado um trabalho de cada programa.

Os trabalhos desenvolvidos junto ao programa de pós-graduação em Serviço Social, foram 8 no total, onde inclui-se o defendido no ano de 2000 por Maria Teresa Dos Santos Lobo Gomes, sob a orientação de Ana Cristina Brito Arcoverde, na Universidade Federal de Pernambuco, com o título “Cidadania em construção: O caso dos idosos e dos portadores de deficiência incluídos no Programa do Benefício de Prestação Continuada em Carpina”, um estudo sobre a construção da cidadania do idoso e da pessoa com deficiência em Carpina, município do Estado de Pernambuco, que recebem o Benefício de Prestação Continuada, programa da política da assistência social, destinado, constitucionalmente, a efetivá-los como cidadãos. Os elementos basilares deste trabalho estão contidos na perspectiva da cidadania enquanto conjunto de direitos positivos imputados ao indivíduo perante o estado nacional e no significado desses direitos e desse estado como formações e produtos históricos decorrentes da correlação entre as forças sociais. Neste sentido, delineou-se a trajetória da cidadania no Brasil e sua concretização nas políticas sociais na especificidade do Estado brasileiro, evidenciando a distância abissal existente entre os direitos e conseqüentemente a cidadania promulgada na

Constituição e a real situação de sua ausência, o que decorre da colocação no cenário nacional dos elementos estruturais fundantes da ordem econômica, política e social do país. Em termos conclusivos, concluiu-se que a cidadania enquanto conquista de classe exige a concretização nos sujeitos sociais, de outros elementos materiais e imateriais além da legislação que define e por meio da qual se ampliam e/ou incorporaram-se novos direitos à sua construção.

Já nos programas de pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo foram desenvolvidos 3 trabalhos, sendo o mais recente de 2008, defendido na Universidade Federal de Santa Catarina, de autoria de Miguel Correia de Moraes, sob orientação de Vera Helena Moro Bins Ely, com título “Acessibilidade no Brasil: Análise da NBR 9050”, trabalho que analisou as normas técnicas destinadas ao espaço construído para garantir sua padronização quanto a atributos como: qualidade, segurança, confiabilidade e eficiência. O objeto de estudo desse trabalho foi uma dessas normas técnicas, a NBR 9050, que trata da acessibilidade no espaço construído, de modo a garantir que todas as pessoas possam se orientar e se deslocar facilmente em um ambiente, fazendo uso dos elementos que o compõem com segurança e independência, isto é, sem acidentes e sem necessidade de solicitar ajuda para realizar tarefas. Além disso, também visa facilitar a comunicação entre as pessoas. Esse trabalho teve como objetivo analisar essa norma, a fim de contribuir para o aprimoramento dos estudos da acessibilidade no espaço construído, mais especificamente no Brasil, tanto de um ponto de vista teórico-científico como de um ponto de vista prático. Para isso estabeleceu-se uma sequência de 2 etapas metodológicas utilizando diferentes métodos. Na primeira etapa foi realizada pesquisa bibliográfica compreendendo alguns temas pertinentes a NBR 9050, tais como: acessibilidade, Desenho Universal, deficiência e restrição. Após essa pesquisa houve a discussão desses conceitos no contexto da norma brasileira. Na segunda etapa metodológica, realizou-se uma pesquisa de campo qualitativa, avaliando algumas das soluções propostas na NBR 9050 de 2004. De forma a enriquecer o trabalho, foi realizada uma análise comparativa entre a NBR 9050 e algumas normas internacionais, focando os elementos construídos contemplados na pesquisa

de campo. Com o embasamento teórico e a sustentação prática da pesquisa de campo, foi possível identificar alguns dos problemas contidos na NBR 9050 e que se refletem diretamente nas ações em prol da acessibilidade no espaço construído. Ao fim, foi realizada uma síntese dos principais problemas identificados e discussões sobre estes. O trabalho foi desenvolvido com o intuito de reforçar a importância do ambiente construído para a acessibilidade no cotidiano, podendo ser esse ambiente um agente facilitador, garantindo o direito de igualdade sem nenhuma forma de discriminação entre as pessoas, ou um agente que muitas vezes dificulta ou impede a utilização do espaço construído por todas as pessoas, contribuindo para no desenvolvimento efetivo da acessibilidade espacial no Brasil.

Os programas de pós-graduação em Política Social foram responsáveis por 6 dos trabalhos ligados às Ciências Sociais e Aplicadas, sendo um dos mais recentes o defendido na Universidade de Brasília em 2009, por Wederson Rufino dos Santos, sob a orientação de Debora Diniz Rodrigues, com título “Deficiência e Democracia: a interpretação do Poder Judiciário sobre o Benefício de Prestação Continuada”, trabalho qualitativo do tipo análise de política pública sobre como o Poder Judiciário tem interpretado os critérios de elegibilidade do Benefício de Prestação Continuada (BPC). O BPC é um benefício assistencial de transferência de renda no valor de um salário mínimo mensal destinado aos idosos acima de 65 anos e pessoas com deficiência extremamente pobres. Em setembro de 2009, o BPC atendia mais de três milhões de pessoas, das quais mais de 1,5 milhões eram deficientes. A pessoa solicitante do BPC que se declara deficiente e pobre é submetida a perícias médicas e sociais para avaliação da sua elegibilidade ao benefício assistencial. A pessoa que teve o acesso negado ao BPC pode sugerir uma revisão do pedido nas instâncias recursais das próprias agências do INSS. Em caso de persistência da recusa o indivíduo pode recorrer ao Poder Judiciário na tentativa de acesso ao BPC. Nos últimos anos, diversas ações judiciais têm sido responsáveis pela garantia do BPC às pessoas com deficiência. Foi analisado como o Poder Judiciário tem interpretado os critérios de elegibilidade do benefício assistencial para pessoas com deficiência. Foi possível concluir que o Poder Judiciário não garante apenas o acesso ao BPC em razão de

descumprimento de algum aspecto da execução do benefício ocorrido nas agências do INSS. A possibilidade da judicialização do BPC tem favorecido 1. que os critérios de elegibilidade do benefício tenham sua constitucionalidade questionada e 2. a atuação judicial sobre o BPC ao longo dos treze anos de funcionamento da política social tem sido capaz de propor aperfeiçoamentos para a política pública. Esse perfil de atuação judicial pode ter várias implicações para os direitos sociais e para o BPC, seja pela afirmação da idéia da assistência social como direito fundamental, seja pelo fortalecimento do BPC como política de proteção social que garante os direitos humanos das pessoas com deficiência.

Nos programas de pós-graduação em Administração foram desenvolvidos quatro trabalhos, sendo o mais recente do ano de 2009, desenvolvido na Universidade Metodista de São Paulo, no Programa de Pós-Graduação em Administração, de autoria de Márcia da Silva Dias Castaldi, sob a orientação de Jean Pierre Marras, dissertação que recebeu o título “A qualificação e a inserção no mundo do trabalho da pessoa portadora de deficiência: Um estudo sobre o impacto da extinção da Lei 6.297/75”, estudo que teve como objetivo analisar as dificuldades enfrentadas tanto pelas Empresas em cumprir a Legislação de Cotas, como das Pessoas com deficiência em serem inseridas no mercado de trabalho, tendo em vista a falta de qualificação dos candidatos. Foi realizada uma pesquisa de revisão de literatura que demonstrou que a legislação brasileira pretende assegurar às pessoas com deficiência as condições mínimas de participação na vida ativa da sociedade brasileira. Verificou-se ainda que as empresas estão em busca de profissionais dentre as pessoas com deficiência já qualificadas, as quais dificilmente são encontradas. As Organizações do Direito Privado também já desenvolveram alguns projetos para a qualificação das pessoas com deficiência. A Lei 6.297/75 que garantia às empresas o desconto em dobro no IR dos gastos com treinamento, foi extinta em 12 de Dezembro de 1990. As empresas precisam de um incentivo financeiro para que possam tratar da qualificação desses profissionais, não mais como um peso, mas sim como um projeto social. A metodologia de pesquisa envolveu um levantamento bibliográfico e uma pesquisa exploratória realizada em empresas privadas,

instituições que visam ajudar na inserção das pessoas com deficiência e nas Organizações do Direito Privado tais como SENAI, SESI, Força Sindical e FIESP. Verificou-se, ao final, haver uma preocupação por parte de todos os envolvidos, em encontrar meios eficazes para garantir a inserção das pessoas com deficiência no mercado de trabalho, embora a falta de qualificação ainda seja o maior problema. A criação de Leis similares à Lei 6.297/75 foi apontada como uma grande ajuda às empresas, já que a elas foi imposta essa responsabilidade.

Também no Programa de Pós-Graduação em Economia Doméstica da Universidade Federal De Viçosa, foi desenvolvida uma dissertação no ano de 2006, de autoria de Flávia Soares, sob a orientação Patrícia Fernanda Gouveia da Silva, que teve como título “Uma Reflexão sobre o Processo de Inclusão no Mercado de Trabalho: a Perspectiva da Pessoa com Deficiência”, estudo que propõe uma reflexão sobre as perspectivas de inclusão social da pessoa com deficiência no mundo do trabalho. Discutiu-se como a pessoa com deficiência percebe o processo de inclusão social na família e em suas relações com o mercado de trabalho, analisando suas percepções, expectativas e angústias diante deste processo. As questões que nortearam esse estudo surgiram a partir das seguintes indagações: como garantir a inclusão das pessoas com deficiência no mercado de trabalho, que é, em si, excludente e altamente seletivo, principalmente considerando o desemprego estrutural em que se vive? As instituições formadoras estão preparando seus educandos para enfrentarem as adversidades de um mercado de trabalho tão seletivo e competitivo? Estão sendo formados cidadãos que realmente se sentem “sujeito de seu próprio processo de inclusão”? As famílias estão engajadas nesse movimento, que deveria resultar em ganhos afetivos, laborais e financeiros? As famílias são sabedoras de seu papel como interlocutoras desta causa, que contribuirá para a construção de uma sociedade menos desigual?

A justificativa de Soares (2006) para a busca desse conhecimento baseia-se no fato de que os sentimentos e as expectativas da pessoa com deficiência em relação ao processo de inclusão no mercado de trabalho são elementos fundamentais para que ela possa viver plenamente o processo de sua inclusão social na família e no trabalho. Em termos metodológicos, o

estudo foi desenvolvido junto a APAE/Rural, localizada na cidade de Ubá, região da Zona da Mata mineira, por estar sendo desenvolvido nessa instituição um Programa de Preparação e Colocação no Mercado de Trabalho de pessoas com deficiência. A população foi caracterizada por alunos matriculados no Centro Profissionalizante da APAE/Rural e que estão inseridos no mercado de trabalho, seja como aprendizes, funcionários ou como participantes, por meio do Programa de Colocação no Mercado de Trabalho, totalizando 23 pessoas com deficiência.

A metodologia utilizada pela autora foi a abordagem qualitativa, tendo a técnica de coleta e construção de dados se pautando, em um primeiro momento, na análise dos prontuários dos alunos e, em um segundo momento, em entrevistas com as pessoas com deficiência. As entrevistas, fundamentadas em um roteiro semiestruturado, foram realizadas com alguns na própria instituição e com outros, em suas residências.

Por meio deste estudo, Soares (2006) observou que as pessoas com deficiência são colocadas em tarefas simples, não havendo uma preocupação maior em relação à atividade e ao preparo quanto à sua qualificação profissional. Outra conclusão da autora é que o processo de integração ainda é vivido, no qual as pessoas com deficiência possuem apenas o direito de estar na sociedade, adaptando-se ao exercício de atividades que são escolhidas pelos empregadores e coordenadores de Programas de Colocação no Mercado de Trabalho, não valorizando suas habilidades e cabendo às pessoas com deficiência a tarefa de superação de suas deficiências.

Soares (2006) ainda argumenta que o paradigma da inclusão social no mercado de trabalho para essas pessoas apresenta-se como uma idealização, em que elas se veem através das expectativas que os atuais empregos e estágios fornecem. Na visão da autora, as pessoas com deficiência ao vivenciarem suas relações, se reconhecem nas interações mútuas, simultâneas e recorrentes que são estabelecidas entre o aprendiz e o meio, como também no dinamismo entre os demais indivíduos envolvidos nesse processo e suas organizações. O fato de as pessoas com deficiência aprenderem a lidar com suas limitações e com o outro faz com que elas adquiram comportamento mais responsável, contribuindo, assim, para mudança de comportamento no

ambiente familiar, institucional, laboral e social. Em função desses resultados pode-se concluir que as pessoas com deficiência da APAE/Rural se encontram em um processo de interação social, sem, entretanto, conseguirem se preparar para assumirem seus papéis na sociedade.

No Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade De São Paulo também foi desenvolvido um trabalho relacionado ao tema em estudo, sendo uma dissertação defendida em 2008 por Viviane Panelli Sarraf, sob a orientação de Martin Grossmann, com título “Reabilitação do Museu: Políticas de Inclusão Cultural por meio da Acessibilidade”, estudo que investigou a relação museu e pessoas com deficiência analisando as teorias e práticas voltadas à ação cultural e programas inclusivos, investigando também os conceitos de inclusão e acessibilidade em relação ao museu e à mediação cultural, utilizando para tanto os depoimentos de integrantes dos dois lados do sistema pesquisado: pessoas com deficiência representando o público beneficiário e gestores das instâncias públicas e privadas representando os museus e instituições culturais. A finalidade desta dissertação foi demonstrar a necessidade de uma nova forma de atuação institucional que leve em consideração o direito e o desejo das pessoas com deficiência em se beneficiarem com o acesso à cultura, à arte e ao patrimônio cultural, o que implica conseqüentemente, em novas estratégias de mediação e acesso à informação na gestão de equipamentos culturais. A pesquisa ofereceu subsídios práticos e teóricos para a implantação de políticas culturais que promovam o acesso à informação, ao patrimônio e às atividades culturais para pessoas com deficiência e mobilidade reduzida, com a possibilidade de extensão destes benefícios para outros públicos.

Nos programas de pós-graduação ligados às Políticas Públicas foi desenvolvido apenas um trabalho. Trata-se da dissertação defendida na Universidade Federal do Maranhão, por João da Silva Maciel Júnior, sob a orientação de Terezinha Moreira Lima, com título “A Política de Cotas no Trabalho como Ação Afirmativa para a Pessoa com Deficiência em São Luís/Ma”. Esta dissertação abordou a noção de pessoa com deficiência, igualdade de oportunidades, discriminação contra a pessoa com deficiência, ação afirmativa, o direito à diferença para a política de cotas nas empresas

com cem ou mais empregados (nos termos da Lei Federal nº 8.213/91 e do art. 35 do Decreto Federal nº 3.298/99) na percepção dos grandes empregadores e das pessoas com deficiência em São Luís do Maranhão. O autor tomou por campo empírico as empresas locais obrigadas a cumprir a política de cotas e os representantes dos órgãos públicos DRT-MA, MPT-MA, SINE-MA, INSS e MPE, dos Conselhos de Direito, de ONGs, dos movimentos sociais e de trabalhadores com deficiência. Este estudo adotou por recorte temporal o período entre o ano de 2000 a 2007. O estudo se inicia com uma abordagem da deficiência no panorama legal e nas políticas públicas, analisando a recepção das Convenções nº 111/58 e nº 159/83 da OIT no Brasil e o Plano Nacional de Direitos Humanos à luz da Política Nacional de Integração da Pessoa Portadora de Deficiência e se aprofunda ao abordar os paradigmas de atenção à pessoa com deficiência no Brasil comparando com o contexto local. Posteriormente aborda a política de cotas nas empresas como instrumento da Política Nacional de Integração da “Pessoa Portadora de Deficiência” (Lei nº 7.853/89) em São Luís/MA e a visão de seus diversos sujeitos locais. Ao final o autor concluiu que embora tenha registrado diversos avanços conceituais e práticos inclusive no contexto local, a política de cotas nas empresas implementada como ação afirmativa sob a responsabilidade da DRT-MA ainda não conseguiu cumprir o seu objetivo declarado em São Luís, qual seja: elidir toda distinção, exclusão ou preferência que tenha por efeito anular ou alterar a igualdade de oportunidades na relação de emprego ou de profissão, bem como de inserir nas empresas com mais de 100 empregados as pessoas com deficiência e os trabalhadores reabilitados pela previdência social.

5.4 O olhar das Ciências Humanas sobre o tema “direito das pessoas com deficiência”

No Programa de Pós-Graduação em Filosofia da Universidade Federal de Juiz de Fora também foi desenvolvida uma dissertação defendida em 1994 com tema relacionado aos direitos das pessoas com deficiência de autoria de Carlos Alberto Marques sob a orientação de Antonio H. Campolina Marques, estudo que recebeu o título “Para uma filosofia da deficiência, estudo dos

aspectos ético social, filosófico existencial e político institucional da pessoa portadora de deficiência”, já comentado com detalhes no capítulo 4.

Até mesmo no Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Uberlândia o tema direito das pessoas com deficiência foi abordado, onde Ana Paula Crosara de Resende, sob a orientação de Beatriz Ribeiro Soares estudou questões ligadas à acessibilidade na dissertação com título “O direito à acessibilidade das pessoas com deficiência física em Uberlândia”. Neste estudo afirmou-se que as cidades são constantemente (re)produzidas por diversas forças e agentes sociais, para que abrigue a diversidade humana. Esse trabalho analisou a relação entre legislação e acessibilidade no processo de (re)produção de Uberlândia, considerando os conflitos e lutas sociais das pessoas com deficiência física. Por meio de pesquisa qualitativa, com doze histórias de vidas, foram analisadas as vivências urbanas de Uberlândia, em comparação com os direitos sociais previstos na Constituição Federal. As maiores barreiras vivenciadas pelos participantes poderiam ser evitadas com a adoção do paradigma da inclusão e com um efetivo planejamento urbano. Mas, para isso, é necessário que as pessoas saibam que fazem parte deste processo, na condição de sujeitos ativos e que só por meio da articulação entre os diversos agentes sociais é que será assegurado um lugar para todos na cidade.

Nos programas de pós-graduação em História também foi encontrado um único trabalho referente ao tema, desenvolvido na Universidade Federal De Uberlândia, por Idari Alves da Silva, sob a orientação de Hermetes Reis de Araújo, dissertação defendida em 2002, com o título “Construindo a Cidadania. Uma análise introdutória sobre o direito à diferença”. Este trabalho teve por finalidade contribuir com a história dos movimentos sociais no Brasil, em especial a trajetória política do Movimento pelos Direitos das Pessoas Deficientes. No primeiro capítulo é realizada uma abordagem histórica desde o início da década de oitenta, retroagindo ao período do último quarto da década de setenta, principalmente quando surgem os novos movimentos sociais, sua organização pelo direito de querer ter direitos. No segundo capítulo é estabelecido um contraponto entre os escritos sobre os Movimentos Sociais e a atuação dos Movimentos das pessoas com deficiência, inserindo-as na

discussão acadêmica como parte dos movimentos sociais, mostrando a importância desse segmento que representa, no mínimo, 10% da população do país e deve ser devidamente registrado na história, enquanto movimento social organizado que tem propostas e luta por seus objetivos. No terceiro capítulo, é feita uma análise dos resultados obtidos nas lutas pela Constituinte, as leis que passaram a existir e que conferem a essas pessoas a condição de igualdade perante todos os demais cidadãos do país, contrapondo-a a realidade das pessoas nas cidades hoje. Conclui-se pelas vivências, a falta de serviços essenciais, as barreiras arquitetônicas, ambientais e sociais, a falta de respeito ao direito à educação especial e inclusiva, saúde, programas de órtese e prótese, sendo esta a verdadeira face da cidadania no Brasil em relação às pessoas com deficiência.

Na pós-graduação em Sociologia, no Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Sociedade da Universidade Estadual do Ceará, foi desenvolvida a dissertação de mestrado de Marla Vieira Moreira de Oliveira, no ano de 2007, sob a orientação de Francisca Rejane Bezerra de Andrade e intitulada “Educar para a Diversidade: um olhar sobre as políticas públicas para a educação especial desenvolvidas no município de Sobral (1995-2006)”. A autora inicia o trabalho argumentando que um dos temas em debate no Brasil tem sido a repercussão das políticas internacionais na educação brasileira. Menciona, nos anos 1990, a Conferência Mundial de Educação para Todos (Jontiem, na Tailândia) como sendo o marco importante para redefinir e elaborar a agenda educacional destinada aos países da América Latina e Caribe. Esse e outros eventos constituíram, em sua visão, uma agenda de intenções e trouxeram ajustes redefinidores do papel do Estado em nosso país, entre eles a revisão do papel da escola regular dentro da proposta de Inclusão e suas repercussões na ampliação do acesso e na qualidade do ensino.

Considerando o exposto, Oliveira (2007) analisa o contexto das políticas públicas para a Educação Especial desenvolvidas em Sobral-CE no período entre 1995 e 2006, para atender a Política de Inclusão de pessoas com necessidades educacionais especiais - NEE.

A partir da visão de gestores e educadores acerca das políticas públicas no município, Oliveira (2007) analisa as ações do Programa Educação

Inclusiva: Direito a Diversidade, que teve como objetivo a disseminação da política de inclusão; a formação de gestores e educadores; a sensibilização da sociedade; e a formação de redes apoiadoras do processo de inclusão. A autora selecionou o município de Sobral como polo para realização dessa pesquisa devido aos significativos resultados em âmbito nacional. O estudo realizado é qualitativo descritivo dividido em duas etapas: análise teórico-documental e trabalho de campo. As fontes dos dados foram pessoas e documentações. No que se refere à análise teórico-documental, foi subdividida sistematicamente em dois momentos: o primeiro constituído de documentos oficiais nacionais e estaduais que possibilitaram a construção do que, de fato, caracteriza o processo histórico-político em Educação Especial no Brasil e no Ceará. E o segundo que aliou a aproximação empírica à apropriação de outras fontes orientadoras e organizadoras da Educação Inclusiva no Município de Sobral. Tais fontes (relatórios, projetos e planos) revelam um detalhamento da trajetória e das ações desenvolvidas na esfera municipal e no contexto das escolas. Diante da reflexão e análise dos documentos o próximo passo foi o contato com o espaço empírico. A amostra foi composta de três escolas públicas municipais que aceitaram participar do estudo e receberam nomes fictícios – Escola do Arco, Escola da Sé e Escola do Beco respectivamente os níveis A, B e C. A autora menciona que a leitura de fatos e intenções revelou que essa iniciativa que teve a grande responsabilidade de difundir a inclusão educacional no país através de uma relação direta com os municípios. No entanto, em sua visão, a ação não corresponde à magnitude da proposta, uma vez que o modelo que vem se constituindo ainda traz em suas ações muitos elementos da integração e não da inclusão. Ademais os resultados nos revelaram que a educação inclusiva em Sobral ainda se constitui de forma bem inicial, e baseia o seu trabalho junto aos alunos com necessidades educacionais especiais através de um projeto de atendimento educacional especializado.

Por sua vez, no Programa de Pós-Graduação em Direitos Humanos, Cidadania e Violência, a dissertação de mestrado de Maria Rosângela Rezende de Lima Dias, defendida sob a orientação de Ana Cláudia Farranha, em 2008, no Centro Universitário Euro-Americano e intitulada “A pessoa com

deficiência e o mercado de trabalho: discriminação, desafios e conquistas” abordou a discriminação no ambiente de trabalho que viola os direitos da pessoa humana com base em critérios meramente subjetivos, como, por exemplo, raça, cor, sexo e idade. O estudo de Dias (2008) teve por objetivo analisar como se configura a percepção das pessoas com deficiência, quando inseridas no mercado de trabalho. Para a realização do estudo empírico, a autora lançou mão da pesquisa qualitativo-quantitativa, apoiada nos pressupostos da literatura pertinente e com apoio em instrumentos como: análise documental; observações; entrevistas estruturadas e semiestruturadas, como forma de conhecer o processo de entendimento da realidade. Foram verificados os locais de maior incidência de discriminação e efetuada a análise dos relatos de fatos, os sentimentos expressos e a reação frente as práticas discriminatórias. Como resultado, foi observado que os sujeitos pesquisados percebem a existência de um preconceito velado em relação à sua condição, intolerância intransponível mesmo com a elevação do nível de escolaridade. Além disso, também questionam a política de cotas e assinalam a necessidade do apoio familiar. O estudo revelou que há uma percepção naturalizada da discriminação, sendo que este resultado pode conduzir a inferência de que, para erradicar a discriminação, torna-se necessário um conjunto de ações que promovam outra visão acerca da pessoa com deficiência.

No programas de pós-graduação em Psicologia, foi identificado apenas um trabalho ligado ao tema direito das pessoas com deficiência, desenvolvido na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, sendo uma dissertação defendida em 2009 por Ana Carolina Heise Furquim de Campos, sob a orientação de Tereza Maria de Azevedo Pires Serio, com título “O controle verbal do comportamento: um estudo exploratório acerca da legislação sobre pessoas com necessidades especiais”. Neste estudo aborda-se a ideia de que o grupo social é o responsável por manter um indivíduo se comportando de dada maneira, através do reforçamento social. Assim, quando uma consequência em longo prazo deve ser alcançada, é importante que o grupo sustente o indivíduo se comportando através de outras contingências estabelecidas. Em situações em que a consequência é muito atrasada e não possibilita a seleção e manutenção da resposta, é necessário que haja regras

para preencher essa lacuna. Considerando a lei uma regra, sua forma é um aspecto a ser considerado em sua análise. Algumas regras podem descrever todas as relações de uma contingência, os eventos que antecedem uma resposta, a própria resposta e sua consequência. O objetivo deste trabalho foi analisar a relação entre as características da formulação das leis relativas aos direitos das pessoas com deficiência (se são ou não formuladas como uma regra) e o impacto delas no comportamento dos cidadãos, através de reivindicações apresentadas ao Grupo de Atuação Especial de Proteção às Pessoas com Deficiência (Pró-PD). A legislação sobre pessoas com deficiência e as reivindicações feitas no Pró-PD foram classificadas em seis temas: Acessibilidade, Educação, Saúde, Trabalho, Isenções e Geral. Os artigos dos temas Acessibilidade e Educação foram analisados de acordo com sua forma, sendo classificados em: comportamento verbal do legislador, regra, resposta específica, resposta genérica e ambiente a ser construído. Os resultados mostraram que a maior parte dos artigos, mais de 80% nos temas Educação e Acessibilidade, não podem ser considerados uma regra, pois não descrevem uma relação de contingência entre dois eventos. Os resultados sugerem que, se a leis forem estímulos que evocam respostas, os artigos que são regras podem estar sendo cumpridos e haveria um menor número de reivindicação em relação a eles. E os artigos que não são regras não evocam as respostas que deveriam ser emitidas

5.5 As pesquisas desenvolvidas nos Programas de Pós-Graduação da área Multidisciplinar sobre “direitos das pessoas com deficiência”

No Programa de Pós-Graduação em Integração América Latina da Universidade de São Paulo, foi desenvolvido apenas um trabalho ligado ao tema direito das pessoas com deficiência, sendo uma dissertação de mestrado defendida em 2007 por Mariana Beatriz Mataluna, sob a orientação de Afrânio Mendes Catani, com título “Políticas de atendimento escolar a pessoas com necessidades educacionais especiais: um estudo comparado”, tendo como tema principal as políticas públicas de atendimento escolar a pessoas com necessidades educacionais especiais implementadas no Brasil e na Argentina

na década de 1990, mediante a análise de documentos nacionais e internacionais e das legislações internas de cada país. Observou-se nesses países uma tensão entre a ampliação dos direitos de cidadania em um contexto de retratação da ação direta do Estado com relação à prestação de serviços públicos. Os discursos oficiais em ambos os países privilegiam o atendimento na rede regular de ensino das pessoas com necessidades especiais, em consonância com a tendência mundial proposta pela UNESCO. Apesar disso, o estudo concluiu que ainda não foram geradas as condições adequadas para esse atendimento, fato que pode ser comprovado através da análise das políticas e práticas de formação e capacitação de professores, estudadas no presente trabalho.

Foi também identificado um trabalho referente ao tema junto ao Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Cultura na Amazônia, Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal Do Amazonas. Este trabalho foi desenvolvido por Osmarina Godoy Lima, sob a orientação de Simone Eneida Baçal de Oliveira, com título “Políticas Públicas e a inclusão da pessoa com deficiência física no pólo industrial de Manaus no período de 2005 à 2008”, tendo como objetivo analisar políticas e diretrizes voltadas à defesa dos direitos das pessoas com deficiência física e promoção da sua integração à vida comunitária, bem como às ações promovidas para a inclusão das mesmas no mercado de trabalho, no Pólo Industrial de Manaus, no período de 2005 a 2008. Com a finalidade de atender a este objetivo, buscou-se na literatura um resgate histórico de como essas pessoas foram tratadas. Em seguida, discutiu-se como esses elementos reaparecem na situação concreta de trabalho a partir das entrevistas semiestruturadas realizadas com um gestor de cada uma das três empresas, com mais de um mil colaboradores, do Pólo Industrial de Manaus; um gerente de núcleo da Secretaria Municipal dos Direitos Humanos – Semdih e uma coordenadora do Ministério Público do Trabalho e Emprego - Delegacia Regional do Trabalho /AM. A partir dos dados coletados e das reflexões teóricas que esse estudo permitiu realizar foi traçado um paralelo entre o passado e o presente da condição da pessoa com deficiência diante do mundo do trabalho e da sociedade em geral.

Também no Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Direito da

Universidade Federal Fluminense foi identificado um trabalho referente ao tema em estudo, defendido em 2009, com o título “Inclusão pela legislação: Uma abordagem sociológica dos atuais resultados da Política Brasileira de Cotas para pessoas com deficiência nas empresas privadas”, de autoria de Josemar Figueiredo Araújo, sob a orientação de Marcelo Pereira de Mello. Neste estudo discute-se a definição legal da palavra deficiência, contextualizando os direitos das pessoas com deficiência aos aspectos do mundo pós-moderno. É realizada uma exposição dos preceitos legais relacionados à reserva de vagas nas empresas privadas, sua formação profissional e ingresso no mercado de trabalho, bem como mencionando os benefícios assistenciais assegurados àqueles cujas oportunidades não são efetivadas. Em uma abordagem direta dos resultados da atual política de cotas brasileira, questiona-se o argumento defendido pelas empresas, relativo à falta de qualificação e as dificuldades de preenchimento das vagas reservadas. Assim, é possível perceber a existência de diferentes formas empresariais de agir perante a Lei de Cotas, maneiras estas que variam do simples desprezo ao comando legal até o discurso socialmente responsável. Após ser analisado o papel das entidades voltadas para a defesa dos interesses das pessoas com deficiência foi verificada a diversidade de tratamento que as empresas privadas dispensam à Lei de Cotas, concluindo-se que as sanções ou os incentivos econômicos devem ser feitos em conformidade com a própria forma de agir pela qual a empresa atua diante do comando legal.

No âmbito de programas de Pós-Graduação em Avaliação das Políticas Públicas apenas um trabalho foi desenvolvido. Trata-se da dissertação de mestrado profissionalizante de Antônia Felix de Sousa, orientada por Maria de Nazaré de Oliveira Fraga, em 2005, e intitulada “Política Pública de Saúde e Pessoa com Deficiência: a cidadania como possibilidade”. A pesquisa teve como objetivos: analisar as ações que consolidam a política pública de saúde no Ceará para as pessoas com deficiência; levantar o que consta nos textos oficiais relativamente a essa política; traçar o perfil socioeconômico e de saúde das pessoas com deficiência; analisar qual a percepção destes e qual a tendência das ações em estudo. O estudo, de natureza qualitativa, adotou como método de análise adotado a análise crítica do discurso, porque segundo

essa perspectiva que considera a opinião dos sujeitos envolvidos em um problema, a descrição e a avaliação não são atitudes separadas, ou seja, as descrições produzidas já contêm avaliações. A pesquisa empírica foi realizada na cidade de Fortaleza e a amostra constituiu-se de 18 pessoas com deficiência, familiares e profissionais que integram as entidades que congregam pessoas com deficiência ou que prestam serviços a estas e pessoas que estiveram ou estão à frente da gestão de entidades e de órgãos públicos ou órgãos colegiados. Para a coleta de dados foram aplicados questionários e realizadas entrevistas, além do diário de campo. Todas as pessoas entrevistadas com deficiência necessitam de órtese, prótese ou outro tipo de equipamento para auxiliá-los na locomoção e autonomia e encontram-se em um patamar diferenciado em relação à maioria das pessoas com deficiência, pois têm escolaridade elevada, relativa autonomia e trabalham.

A pesquisa de Sousa (2005) constatou que houve avanços no tocante à legislação relativamente ao direito de acesso às políticas públicas. Apesar do que está previsto na legislação nacional, os sujeitos avaliaram os serviços no Ceará e em Fortaleza como precários e os espaços físicos inacessíveis, de modo que os equipamentos precisam ser adaptados e os profissionais precisam de preparo específico para atender essas pessoas do modo como elas necessitam. Eles têm uma apreciação crítica sobre a realidade que enfrentam e sobre as políticas que lhes dizem respeito, valorizam o trabalho de formação e de conscientização realizado pelas entidades que lhes representam e percebem isso como a grande conquista delas nos anos recentes, rumo à inclusão social. A conclusão da autora é que, apesar do descompasso entre os termos da legislação, a realidade da assistência em saúde e o modo como a sociedade ainda aborda os tidos como diferentes, o processo crescente de mobilização, de formação e de conscientização das pessoas com deficiência potencializa a possibilidade de mudanças a curto ou médio prazo, recolocando a utopia no horizonte.

Finalmente, na grande área Multidisciplinar, a pesquisa de mestrado profissionalizante desenvolvida por Maria Lúcia Dantas de Oliveira e orientada por Arlete Silva Santos, em 2008, no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Humano e Responsabilidade Social da Fundação Visconde

de Cairu, teve como questão norteadora o seguinte problema: como as ações de RSE estão sendo desenvolvidas pelas empresas e quais os seus desafios na inclusão da pessoa surda no mercado de trabalho? O trabalho desenvolvido teve como objetivo geral investigar se as ações praticadas pelas empresas no tocante à inclusão da pessoa surda podem ser consideradas como práticas de desenvolvimento da Responsabilidade Social Empresarial (RSE) e como objetivos específicos: conhecer e analisar a história da exclusão/inclusão da pessoa surda na sociedade; analisar as políticas públicas de inclusão da pessoa surda no mercado de trabalho brasileiro; identificar e analisar o conceito de Responsabilidade Social na sociedade brasileira contemporânea e conhecer o processo de inclusão do trabalhador surdo nas empresas selecionadas, identificando as principais dificuldades e desafios deste processo. A escolha metodológica foi pelo estudo de casos múltiplos, sendo utilizados como instrumentos de coleta de dados, entrevistas individuais semiestruturadas, questionário e observação. A pesquisa envolveu 10 pessoas surdas e 7 ouvintes, no contexto de cinco empresas localizadas na Região Metropolitana de Salvador. Os resultados confirmaram que embora as instituições pesquisadas desenvolvam de alguma forma a RSE, as iniciativas de inclusão de pessoas surdas no mercado de trabalho se constituem em um grande desafio para a sociedade de modo geral, e, de forma especial, para as empresas. Enfim, o estudo evidenciou como um dos desafios o problema de comunicação da pessoa surda no processo da sua inclusão social, sendo esta uma das barreiras a serem removidas para que haja sucesso na aplicação das práticas de RSE.

5.6 As pesquisas em Saúde Coletiva e os direitos das pessoas com deficiência

Os trabalhos envolvendo o tema dos “direitos das pessoas com deficiência” e que foram desenvolvidos em programas de pós-graduação de Saúde Coletiva totalizaram dois trabalhos, sendo que os mesmos foram desenvolvidos nos seguintes programas: Saúde da Mulher e da Criança e Saúde Coletiva.

Quanto ao trabalho desenvolvido junto ao Programa de Pós-Graduação em Saúde da Mulher e da Criança, o mesmo foi desenvolvido na Fundação Oswaldo Cruz, uma dissertação defendida em 2004, por Margareth Pereira Elias, sob a orientação de Célia Regina Moutinho de Miranda Chaves, com o título “O direito na prática: estudo do acesso a alguns benefícios legais disponíveis no Brasil para os portadores de necessidades especiais/mielomeningocele”. Este trabalho teve como objetivo principal estudar o direito na prática, relacionado ao acesso de crianças e adolescentes com deficiência, com diagnóstico de mielomeningocele, aos benefícios legais selecionados, de acordo com um Estudo Piloto, a saber: Benefício da Prestação Continuada (BPC), Passe Livre Intermunicipal (PLI) e matrícula em escola próxima da residência (ME). Os objetivos foram: estudar o processo de obtenção dos benefícios a partir das facilidades e dificuldades encontradas pelos responsáveis. Conhecer os fatores influenciadores, com o propósito de orientá-los e aumentar o número de beneficiados. Métodos: Foram realizadas 153 entrevistas com 80 pais de pacientes matriculados no Instituto Fernandes Figueira/Fiocruz com idade entre quatro e 16 anos, portadores de mielomeningocele, com renda per capita de 1/4 do salário-mínimo ou possuidores do BPC. Resultados: O BPC, PLI e a ME foram solicitados por 83,75%, 82,5% e 83,75% e obtidos por 65%, 66,25% e 71,25% dos pais, respectivamente. O BPC constitui-se no benefício com maior dificuldade para obtenção. As facilidades foram, essencialmente, comparecer no máximo três vezes aos postos de concessão e receber o benefício pelos Correios. As dificuldades baseiam-se na exigência de documentação específica e falta de tempo dos responsáveis para providenciar a documentação e solicitar o benefício. A deficiência física aparente presente em 88,75% dos casos facilitou a obtenção do BPC e do PLI, porém, dificultou a matrícula escolar devido à falta de acessibilidade física e de profissionais treinados para receber esses alunos. A paralisação dos postos do INSS e a suspensão do Passe Livre Intermunicipal durante a realização da pesquisa contribuíram para que o número de pessoas beneficiadas após a orientação fosse pequeno. Conclusões: Quando a pessoa com deficiência preenche os requisitos legais exigidos e seus pais requerem o benefício com a documentação completa, geralmente é contemplado. A acessibilidade física constitui-se em um dos

principais entraves para a utilização do PLI assim como da escola. Além disso, a falta de pessoal treinado nas escolas é outro entrave para a sua obtenção.

Foi na Universidade Federal da Bahia, onde se desenvolveu o único trabalho em um Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva que abordasse os direitos das pessoas com deficiência, uma tese de doutorado defendida em 2005 por Fernando Donato Vasconcelos, sob a orientação de Eduardo Paes Machado, com título “Ironias da Desigualdade: políticas e práticas de inclusão de pessoas com deficiência física.” Neste trabalho o autor analisa políticas e práticas de inclusão da pessoa com deficiência física no mercado de trabalho em Salvador, Bahia. Considerou como hipóteses que o modelo biomédico não é adequado para orientar políticas de inclusão das pessoas com deficiência, uma vez que a deficiência é, acima de tudo, um produto social; o suporte familiar e a classe social são fundamentais nas chances de inclusão social das pessoas com deficiência; e que as estratégias de inclusão no trabalho adotadas no Brasil são insuficientes e, para que tenham êxito, precisam estar associadas a outras medidas políticas, sociais, culturais e econômicas que levem em conta a complexidade do mundo do trabalho e dos sujeitos envolvidos. Foram entrevistados, utilizando questionários semiestruturados, 22 deficientes físicos, dentre os quais trabalhadores de banco, supermercado, terceirizados numa empresa estatal, dois comerciantes, uma juíza, um professor e uma psicóloga. Foram ainda entrevistados 6 chefes e colegas desses trabalhadores com deficiência, assim como e 7 técnicos e dirigentes de instituições relacionadas à deficiência, totalizando 35 entrevistas. Realizou-se uma revisão da legislação, e foram analisados dados censitários e estatísticos de emprego, além de realizadas visitas a instituições dedicadas à capacitação e/ou inclusão de pessoas com deficiência no mercado de trabalho, onde foram entrevistados técnicos ou dirigentes. O autor concluiu que as hipóteses iniciais foram confirmadas, destacando a importância do “modelo social” na explicação da deficiência. Constatou ainda que o sistema de cotas de emprego, ainda que seja uma política afirmativa que estimula a criação de vagas de trabalho informal e cria novas oportunidades de trabalho formal, não é suficiente para garantir um número de vagas suficientes para as pessoas com deficiência. Verificou que a

formação profissional não é assumida no Brasil como uma tarefa essencial do Estado, repassada às suas entidades de defesa, que o fazem de modo precário. Para viabilizar sua inclusão de deficientes, algumas dessas entidades chegam a assumir a terceirização de trabalhadores deficientes, passando a enfrentar conflitos como patrões daqueles que querem defender. Analisa que, para o senso comum, é de difícil compreensão a ideia de que os socialmente excluídos devam ter direitos especiais. Ao final é destacada a importância de novos estudos e políticas de inclusão das pessoas com deficiência no Brasil.

Conforme sintetizado nos tópicos anteriores, a análise das teses e dissertações sobre “diretos das pessoas com deficiência” permitiram verificar que essa temática, por ser interdisciplinar, recebe a contribuição de diversas áreas de conhecimento.

Pertencentes a seis grandes áreas de conhecimento, os trabalhos analisados investigaram os direitos das pessoas com deficiência sob múltiplos olhares e para sua viabilização diferentes fundamentos teóricos e métodos e técnicas de pesquisa foram empregados, como pode ser observado neste panorama dos trabalhos realizadas nos níveis de mestrado e doutorado.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tendo como objetivo principal identificar entre as teses de doutorado e nas dissertações de mestrado, defendidas em todo o Brasil no período de 1991 a 2009, as que têm como objeto de estudo as pessoas com deficiência e o Direito, compreendendo como esta interface foi tomada como objeto de pesquisa, buscou-se por meio dos indicadores bibliométricos a operacionalização dos dados obtidos, analisando as teses e dissertações que envolveram a temática “Direito” e “pessoa com deficiência”.

Os indicadores bibliométricos construídos foram apresentados em tabelas e gráficos com o intuito de facilitar a visualização dos dados e assim também a interface estudada.

Entre as principais conclusões obtidas com o desenvolvimento do presente trabalho devem ser ressaltadas as seguintes:

- a grande maioria dos trabalhos desenvolveu-se em nível de mestrado;
- um pequeno número de instituições de ensino produziu a maioria dos trabalhos;
- a grande maioria dos trabalhos foi desenvolvida em programas de pós-graduação ligados à área do Direito;
- poucos trabalhos foram financiados por agências de pesquisa;
- as agências de pesquisa que mais contribuíram com os trabalhos pesquisados foram a CAPES e o CNPQ;
- 65 (54,6%) trabalhos foram defendidos entre 2007 e 2009, ou seja, mais da metade de todos os trabalhos pesquisados;
- a maioria dos trabalhos não estava disponível na íntegra, sendo analisados apenas seus resumos;
- apenas uma autora desenvolveu tanto seu trabalho de mestrado quanto seu trabalho de doutorado sobre direitos das pessoas com deficiência no Programa de Pós-Graduação em Educação Especial da UFSCar;
- entre os autores das teses e dissertações a maioria é composta por

mulheres;

- já os orientadores são em sua maioria homens;

- os dois orientadores que mais orientaram trabalhos com a interface estudada foram responsáveis por quatro trabalhos cada;

- praticamente a metade dos autores, ou seja, 57 deles, possui formação acadêmica em Direito, ficando na segunda posição a formação em Pedagogia, curso concluído por 17 dos autores;

- quanto à instituição de ensino onde os autores das teses e dissertações concluíram a graduação houve grande variedade, ficando em primeira colocação a PUC, instituição de ensino onde 11 dos autores concluíram a graduação, seguida pela Instituição Toledo de Ensino, onde 6 dos autores concluíram a graduação;

- grande parte dos autores, ou seja, 39 deles, atualmente exerce a função de professor de instituições de ensino superior privada, e apenas 16 exercem a ocupação de professor de ensino superior público;

O trabalho permitiu visualizar a importância de incentivar pesquisas documentais, de metanálise do conhecimento mediante a aplicação de métodos quantitativos como a bibliometria, as quais permitem analisar o estado da arte de uma ciência, bem como suas correlações.

Uma das limitações do estudo refere-se aos aspectos qualitativos da pesquisa. Embora o conteúdo dos trabalhos tenha sido analisado, apesar da ausência da maior parte do texto completo das teses e dissertações, um aspecto a ser explorado em futuras pesquisas é perscrutar a opinião dos autores dos trabalhos a respeito da produção do conhecimento científico sobre “os direitos das pessoas com deficiência”. Além disso, também seria interessante verificar se após a defesa dos trabalhos de mestrado e doutorado, esses autores tem dado continuidade aos estudos sobre o tema pesquisado durante a sua formação acadêmica de pós-graduação. Essas são questões importantes a serem investigadas no contexto das tendências da pesquisa sobre direitos das pessoas com deficiência.

No entanto, de acordo com os objetivos iniciais do presente estudo

foram apresentadas as principais características da produção discente referente aos direitos das pessoas com deficiência, desenvolvidos por programas de pós-graduação de todo o país.

Espera-se que este estudo seja um norte para o desenvolvimento de novas pesquisas que venham sanar lacunas sempre existentes a respeito dos direitos das pessoas com deficiência em uma sociedade em constante transformação.

Os dados apresentados demonstram que é crescente a preocupação com a garantia dos direitos das pessoas com deficiência, considerando-se o crescente número de trabalhos desenvolvidos nos últimos anos.

Espera-se que todo o conhecimento que está sendo produzido na área seja colocado em prática e conscientize toda a sociedade, somente assim esta produção terá real sentido.

7 REFERÊNCIAS

AMIRALIAN, Maria Lucia Toledo Moraes; PINTO, Elizabeth B.; GHIRARDI, Maria I.G.; LICHTIG, Ida.; MASINI, Elsie. F. S.; PASQUALIN, Luis
Conceituando deficiência. **Revista de Saúde Pública**, v.34, n.1, p. 97-103, 2000. Disponível em: <http://www.scielosp.org/pdf/rsp/v34n1/1388.pdf>. Acesso em: 20 de maio de 2010.

ARAÚJO, Carlos Alberto. Bibliometria: evolução histórica e questões atuais. **Em Questão**. Porto Alegre, v,12, n.1, p.11-32, jan./jun. 2006. Disponível em <http://seer.ufrgs.br/index.php/EmQuestao/article/view/16/5>. Acesso em 15 de novembro de 2010.

ARENDT, Hannah. **As origens do totalitarismo**: antissemitismo, imperialismo, totalitarismo. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

BENEVIDES, Maria Victoria. Democracia de iguais, mas diferentes. In: BORBA, A.; FARIA, N.; GODINHO, T. (Orgs.) **Mulher e política**: gênero e feminismo no Partido dos Trabalhadores. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1998. Disponível em <http://www2.fpa.org.br/uploads/mvitoria.pdf>. Acesso em: 02 de fevereiro de 2011.

BENEVIDES, Cassuca. **Brasil tem a melhor legislação para deficientes das Américas**. Disponível em <http://www.bbc.co.uk/portuguese/reporterbbc/story/2004/08/040825_deficiencia_cass.shtml> Recuperado em 20 de março de 2012.

BRASIL. CAPES. MEC. **Banco de Teses**. Disponível em: <<http://capesdw.capes.gov.br/capesdw/>> . Acesso em: 15 de junho 2011.

BRASIL. MEC. **Portal Domínio Público**. Disponível em: <<http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/PesquisaObraForm.jsp>> Acesso em 12 fev. 2011.

BRASIL, **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, 1988.

BRASIL, **Decreto 186/2008**. Disponível em: <http://portal.mj.gov.br/corde/arquivos/doc/DECRETO%20LEGISLATIVO%20N.doc>. Acesso em: 12 de abril de 2009.

BRASIL, **Decreto 3.298/1999**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d3298.htm. Acesso em: 23 de

junho de 2008.

BRASIL, **Decreto 6949/2009**. Disponível em:
<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d3298.htm>. Acesso em: 10 de outubro de 2010.

BRASIL, **Decreto 6980/2009**. Disponível em:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Decreto/D6980.htm. Acesso em: 10 de outubro de 2010.

BRASIL, **Lei 8112/1990**. Disponível em:
<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8112cons.htm>. Acesso em 12 de janeiro de 2009.

BRASIL, **Lei 8213/1991**. Disponível em:
<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8213cons.htm>. Acesso em 13 de junho de 2009.

BRASIL. **Lei 5296**, de 2 de dezembro de 2004. Disponível em:
<<http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=240147>>
Acesso em 10 jan. 2009.

BRASIL. MINISTÉRIO DA JUSTIÇA **Lei nº 7853/89 e Decreto nº 914/93. Os direitos das pessoas portadoras de deficiência**. Brasília, 1996.

BRASIL. **Convenção de Guatemala**. 1999. Disponível em
<<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/guatemala.pdf>> Recuperado em dez. de 2009.

BRASIL. **Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais**. Brasília: CORDE, 1994.

BRASIL. **Normas Internacionais do Trabalho sobre Reabilitação Profissional e Emprego de Pessoas Portadoras de Deficiência - OIT**. Brasília: Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência (CORDE), Ministério da Justiça, 1997.

BRAVO, Aline Droppe. **As necessidades informacionais dos bacharéis em Direito na defesa de pessoas com necessidades especiais**. 2009. Dissertação. (Mestrado em Educação Especial). São Carlos: Programa de Pós-Graduação em Educação Especial/UFSCar, 2009.

BUENO, José Gerardo Silveira. As dissertações sobre escola: balanço tendencial da produção do Programa de Pós-graduação em Educação Especial da UFSCar 1981/2001. In: ALMEIDA, M. A.; CAVALCANTE, L; MENDES, E.G. **Temas em Educação Especial: avanços recentes**. São Carlos: Edufscar, 2004. p.21-28

CAIADO, Katia Regina Moreno. Convenção Internacional sobre os direitos das pessoas com deficiências: destaques para o debate sobre a educação. **Revista Educação Especial**, v. 22, n. 35, p. 329-338, 2009, Santa Maria. Disponível em: <<http://www.ufsm.br/revistaeducacaoespecial>. Acesso em 16 de março de 2011.

CAMPELLO, Bernadete Santos; CENDÓN, Beatriz Valadares; KREMER, Jeannette Marguerite (Orgs.). **Fontes de informação para pesquisadores e profissionais**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2000. cap. 9, p. 121-128.

CHOWDHURX, Gobinda. G.; CHOWDHURX, Sudatta. Digital library research: major issues and trends. **Journal of Documentation**, v. 55, n.4, p. 409-448, 1999.

CUNHA, Murilo Bastos. MCCARTHY, Cavan.. Estado atual das bibliotecas digitais no Brasil In: MARCONDES, C. et al. (Org.). **Bibliotecas digitais: saberes e práticas**. Brasília, 2005. Disponível em: <http://repositorio.bce.unb.br/bitstream/10482/1426/1/CAPITULO_EstadoAtualBibliotecasDigitaisBrasil.pdf>. Acesso em 05 de junho de 2010.

DINIZ, Debora Flávia; SQUINCA, Flavia; MEDEIROS, Marcelo. Deficiência, cuidado e justiça distributiva. **Série Anis**, Brasília, n. 48, p. 1-6, 2007. Disponível em: http://www.anis.org.br/serie/artigos/sa48_dinizsquincamedeiros_deficiencia.pdf. Aceso em: 10 de janeiro de 2010.

FAVERO, Eugênia Augusta Gonzaga. **Direitos das pessoas com deficiência: garantia de igualdade na diversidade**. Rio de Janeiro: Editora WVA, 2004. 344p.

FERREIRA, Júlio Romero. Produção científica em Educação Especial. In: DIAS, T.R.S. et al **Temas em Educação Especial**. São Carlos: UFSCar, PPGEES, 1990. v.1, p.97-99.

FONSECA, R. T. M. A ONU e o seu conceito revolucionário de pessoa com deficiência. **Revista do Tribunal Regional do Trabalho da 14ª Região**, V.6, nº1, 2010. Disponível em

<http://trt14.jus.br/Documentos/Revista_TRT14_01_2010.pdf#page=122>. Acesso em 17 de outubro de 2010.

GARFIELD, Eugene. Quantitative analysis of the scientific literature and its implications for science policymaking in Latin America and the Caribbean. **Bulletin of PAHO**, v. 29, n. 1, p. 87-95, 1995.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5.ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GLÄNZEL, Wolfgang. **Bibliometrics as a research field: a course on theory and application of bibliometric indicators**. Bélgica: Course Handouts, 2003. Disponível em: <<http://citeseerx.ist.psu.edu/viewdoc/download?doi=10.1.1.97.5311&rep=rep1&type=pdf>> Acesso em: 25 jan. 2012.

HAYASHI, Maria Cristina Piumbato Innocentini; CABRERO, Rodrigo de Castro; COSTA, Maria da Piedade Resende da; HAYASHI, Carlos Roberto Massao. Indicadores de participação feminina em ciência e tecnologia. **TransInformação**, v. 19, n.2, p.169-187, 2007.

HAYASHI, Maria Cristina Piumbato Innocentini ; SILVA, Marcia Regina da; HAYASHI, , Carlos Roberto Massao; FERREIRA JÚNIOR, Amarílio.; FARIA, , Leandro Innocentini Lopes de. Competências informacionais para utilização da análise bibliométrica em educação e educação especial. **ETD – Educação Temática Digital**, n.7, n. 1, 2005. Disponível em: <<http://www.fe.unicamp.br/revista/index.php/etd/article/view/1832>>. Acesso em: 20 de maio de 2009.

HAYASHI, Maria Cristina; HAYASHI, Carlos Roberto Massao; MARTINEZ, Claudia Maria. Estudos sobre jovens e juventudes: diferentes percursos refletidos na produção científica brasileira. **Educação, Sociedade & Culturas**, v. 27, p. 131-154, 2008.

IBICT – Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia. **Biblioteca Digital de Teses e Dissertação Brasileiras**. Disponível em <<<http://bdtd.ibict.br/bdtd>>. Acesso em janeiro de 2009.

JOB, Ivone. Análise bibliométrica das teses de uma comunidade científica em educação física com uso do método indiciário. **Revista Brasileira de Ciências e Esporte**. Campinas, v. 28, n. 1, p. 201-216, set. 2006.

KIMURA, Edna T. O dilema das revistas científicas brasileiras na divulgação da produção científica nacional. **Revista Arquivos Brasileiros de**

Endocrinologia & Metabologia. v.54, n.1, 2010. Disponível em:
<http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0004-27302010000100001&script=sci_arttext>. Acesso em: 10 de março de 2011.

LANNA JÚNIOR, Mário Cléber Martins (Comp.). **História do Movimento Político das Pessoas com Deficiência no Brasil**. Brasília: Secretaria de Direitos Humanos. Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência, 2010. 443p.

LEITE FILHO, Geraldo Alemandro; PAULO JÚNIOR, Juarez; SIQUEIRA, Regina Lacerda. Revista Contabilidade & Finanças USP: uma análise bibliométrica de 1999 a 2006. In: CONGRESSO USP DE CONTROLADORIA E CONTABILIDADE, São Paulo, 2008.

LOPES, Lais Vanessa Carvalho Figueiredo. **Convenção sobre os direitos das pessoas com deficiência da ONU, seu protocolo facultativo e a acessibilidade**. 2009. 228p. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Direito, PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO, São Paulo/SP.

MACIAS-CHAPULA, César A. O papel da informetria e da cienciometria e sua perspectiva nacional e internacional. **Ciência da informação**, v. 27, n. 2, p. 134-140, maio/ago. 1998. Disponível em:
<http://www.unicamp.br/bc/ReISBU_online/glossario/glossario.htm>. Acesso em: 15 fev. 2012.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 17.ed. Petrópolis: Vozes, 2000.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO (MTE). **Legislação relativa ao trabalho de pessoas portadoras de deficiência**: coletânea. Brasília : MTE, SIT/ DSST, 1999.

MORENO. Diva Maria Faleiros Camargo. **A saúde pública e a psicanálise: a produção do conhecimento no Brasil acerca da AIDS**. 2001. Dissertação (Mestrado em Saúde Pública) São Paulo: FSP/USP, 2001.(Dissertação de Mestrado).

MUGNAINI, Rogério; JANNUZZI, Paulo; QUONIAM, Luc. Indicadores bibliométricos da produção científica brasileira. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 33, n. 2, p. 123-131, maio/ago. 2004. Disponível em:
<www.scielo.br/pdf/ci/v33n2/a13v33n2.pdf >Acesso em 10 jan. 2012.

NEVES, Tania Regina Levada. **Movimentos sociais, auto-advocacia e educação para a cidadania de pessoas com deficiência mental.** Dissertação (Mestrado em Educação Especial). São Carlos: PPGEEs/UFSCar, 2000.

ONU. **Declaração de Direitos das Pessoas Deficientes.** Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas, 1975. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/dec_def.pdf>. Acesso em 12 de abril de 2009.

ONU. **Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência,** aprovada pela Assembléia Geral da ONU em dezembro de 2006. Disponível em <<http://www.bengalalegal.com/onu.php>> Acesso em 8 jul. 2008.

PEREIRA, Olivia. Princípios de normalização e de integração na educação dos excepcionais. In: NOVAES, M.H. **Educação especial:** atuais desafios. Rio de Janeiro, Interamericana, 1980.

PIATIGORSKI, Márcia Vieira. **O papel do Ministério Público em prol da efetividade dos direitos humanos, à luz do direito internacional dos direitos humanos interamericano e do ordenamento jurídico interno:** a defesa das pessoas portadoras de deficiência. 2003. 262 p. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Direito, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro/RJ.

PIOVESAN, Flavia. Direitos Sociais, econômicos, culturais e direitos civis e políticos. **Revista Acadêmica de Direito da PUCSP.** São Paulo. 2005. p. 215-238

PIOVESAN, Flavia. **Igualdade, diferença e direitos humanos.** Rio de Janeiro: Editora Lúmen Júris, 2008.

PIZZANI, Luciana. SILVA, Rosemary Cristina. HAYASHI, Maria Cristina Piumbato Innocentini. Bases de dados e bibliometria: a presença da Educação Especial na base Medline. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação,** Nova Série, São Paulo, v.4, n.1, p. 68-85, jan./jun. 2008.

POBLACIÓN, Dinah Aguiar; Noronha, Daisy Pires. Produção das literaturas “branca” e “cinzenta” pelos docentes/doutores dos programas de pós-graduação em ciência da informação no Brasil. **Ciência da Informação,** v.31,nº 2, p. 98-106, 2002.

PRAT, Anna Maria.. Avaliação da produção científica como instrumento para o desenvolvimento da ciência e da tecnologia. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 27, n. 2, p. 206-209, maio/ago. 1998. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ci/v27n2/prat.pdf> >. Acesso em: 12 de maio de 2010.

ROZICKI, Cristian. **Deficiente e a participação nas esferas da vida em sociedade**. Disponível em <<http://www.espacoacademico.com.br/022/22crozicki.htm>> Acesso em março de 2008

SAES, Sueli Gonsales. **Estudo bibliométrico das publicações em Economia da Saúde, no Brasil, 1989 - 1998**. 2000. 115 p. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Administração de Serviços de Saúde, Faculdade de Saúde Pública, Universidade de São Paulo.

SANCHES, Isabel; TEODORO, Antonio. Da integração à inclusão escolar: cruzando perspectivas e conceitos. **Revista Lusófona de Educação**, n.8, p. 63-83, 2006. Disponível em: ><http://www.scielo.oces.mctes.pt/pdf/rle/n8/n8a05.pdf>.> Acesso em: 15 de agosto de 2010.

SCIELO. **Coleção da biblioteca**. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_alphabetic&lng=pt&nrm=iso> Acesso em 10 jan. de 2013.

SILVA, Márcia Regina; HAYASHI, Carlos Roberto Massao; HAYASHI, Maria Cristina Piumbato Innocentini. Análise bibliométrica e cientométrica: desafios aos especialistas que atuam no campo. **InCID: Revista de Ciência da Informação e Documentação**, v. 2, p. 110-129, 2011.

SOUZA, Maria da Paixão Neres de. **As tecnologias de informação no processo de produção, legitimação e difusão do conhecimento dos pesquisadores da Embrapa**. Tese de Doutorado: UNB .Brasília, 1999. 207 p.

VERGARA, Sylvia Constant. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2000.

WHITNEY, Gretchen. Patterns of authorship in major bibliographic databases: the european region. **Scientometrics**, v. 26, n. 2, p. 275-292, 1993.

WITTER, Geraldina Porto. (Org.). **Produção científica**. Campinas: Ed. Átomo, 1998.

WOLKMER, Antônio Carlos; LEITE, José Rubens Morato (Organizadores). **Os “novos” direitos no Brasil: natureza e perspectivas**. São Paulo: Saraiva, 2003.

ZIMBA, Horácio Francisco; MUELLER, Suzana Pinheiro Machado. Colaboração internacional e visibilidade científica de países em desenvolvimento: o caso da pesquisa na área de medicina veterinária em Moçambique. **Informação e Sociedade: Estudos**, v.14, n.1, p.1-13, 2004.

APÊNDICE A

Descrição das 64 linhas de pesquisa com apenas um trabalho vinculado

1. **Acesso à Justiça e Crítica das Instituições Jurídico Políticas** - As diferentes articulações entre trabalho e exclusão social estão no centro de reflexões atuais que perpassam tanto o universo de representações e estratégias sociais como o universo teórico-acadêmico
2. **Análise, Planejamento e Gestão dos Espaços Urbano e Rural** - Serão desenvolvidas pesquisas e estudos sobre as relações scio/espaciais da cidade e do desenvolvimento, modernidade e contradições no campo; políticas públicas e gestão do território e estudos sobre região e (re)organização do espaço urbano e rural.
3. **Avaliação de Instituições Públicas, Programas e Projetos Institucionais** - Estudo das políticas Públicas implementadas, dos seus processos de formulação e desenvolvimento e dos resultados alcançados.
4. **Constitucionalismo, Democracia e Direitos Humanos** - Estudo da constitucionalização do poder político como garantia do regime democrático e dos direitos humanos.
5. **Constituição, Processo e Teoria Constitucionais, Direitos Fundamentais** - Estado e sistema jurídico-político. Análise e formulação de alternativas teóricas e dogmáticas para a realização do projeto do constitucionalismo. O controle de constitucionalidade, sua evolução histórica e sua conformação a partir da Constituição de 1988.
6. **Cultura e movimentos sociais** - Análise da dimensão cultural dos fluxos globais, dos processos de subjetivação e de construção de identidades coletivas. Movimentos sociais, relações de gênero e democracia participativa no Brasil.
7. **Cultura, Currículo e Prática Educativa** - Matrizes epistemológicas do ensinar e do aprender, políticas curriculares, dinâmicas do cotidiano e das práticas educativas em diferentes contextos sócio-culturais (escolares e extra-escolares), com atenção às relações de poder, à cultura organizacional.
8. **Cultura, Ética, Ação Educativa e Desenvolvimento Humano** - Esta linha apresenta uma visão interdisciplinar da articulação entre Responsabilidade Social das organizações e Desenvolvimento Humano. São abordadas questões como o bem-estar social, qualidade de vida e de trabalho e produtividade sustentável.
9. **Currículo funcional: implementação e avaliação de programas alternativos de ensino especial** - Desenvolve estudos para a identificação, descrição e superação de necessidades educativas especiais, propondo, implementando e avaliando programas educacionais.
10. **Democracia, cultura e educação em DH** - Estudos de natureza teórica e histórica sobre os fundamentos filosóficos, culturais e educacionais dos Direitos Humanos. Reflexões sobre a Ciência e a Cultura contemporâneas e suas implicações sobre os Direitos Humanos. Democracia e direitos humanos.
11. **Direito, cultura e cidadania** - está impregnada de temas relativos à cidadania e atrai o estudo de temas culturais relacionados ao direito. Associativismo, emancipação, identidade marcam o espaço da linha.
12. **Direitos Humanos e Ética** - A mudança no conceito de soberania e a afirmação da soberania local. A fundamentação dos Direitos Humanos. Reaproximação entre a ética e o direito.
13. **Direitos Humanos, Cidadania e Estudos sobre a Violência** - A principal linha de pesquisa do Mestrado é Direitos Humanos, Cidadania e Estudos sobre a Violência. Em geral, as atividades de pesquisa tanto dos professores quanto dos estudantes convergem para esta temática.
14. **Diversidade e práticas educacionais inclusivas** - Estuda a teoria e a constituição de sujeitos imersos nas práticas educativas escolares e não escolares inclusivas, considerando diferentes concepções de aprendizado e desenvolvimento.
15. **Educação e Trabalho** - Investiga sobre as diferentes articulações entre a educação e o trabalho, nos contextos das relações capitalista de produção, do poder e das práticas sociais e sobre os diferentes processos e dimensões educativas institucionais
16. **Educação** – sem descrição
17. **Educação e Produção do Conhecimento nos Processos Pedagógicos** - bases teórico-metodológicas do conhecimento que sustenta os processos pedagógicos. Elaboração e apreensão de conceitos nas práticas pedagógicas. as abordagens de desenvolvimento e aprendizagem. Relações entre saberes cotidiano e científico.
18. **Educação, Políticas Sociais e Estado** - Articula estudos e pesquisas voltadas para a compreensão das distintas dimensões teórico-práticas da Educação, a partir da análise

dos fundamentos, funções e/ou ações do Estado e da sociedade civil nos diferentes campos das Políticas Sociais.

19. **Eficácia do Direito e Decisão Jurídica** - Trata-se de estudos hermenêuticos e sociológicos do direito. As pesquisas se voltam à eficácia jurídica e social, por isso envolve a interpretação, compreensão e aplicação dos textos de norma estatais e a explicação da tomada de decisão jurídica.
20. **Políticas de formação, políticas e gestão da educação** - Voltado para as políticas que atravessam o campo da educação nas suas mais variadas intencionalidades e nos múltiplos campos do fazer-pensar em que se projeta o ato educativo.
21. **Escola e Cultura: Perspectivas das Ciências Sociais** - Investiga como a instituição social escolar realiza os processos e as práticas educacionais, visando à formação e à educação dos seus profissionais e dos sujeitos que envolve.
22. **Estado, Constituição e sociedade no paradigma do Estado Democrático de Direito** - Estudo das transformações estruturais do Direito Público, que começaram a se tornar visíveis a partir da década de setenta e redefiniram o papel da Constituição e do Estado, inaugurando uma nova visão sobre as interações ocorrentes no espaço público.
23. **Estado, Sociedade e Educação** - Desenvolve investigações sobre: ação política na multiplicidade de esferas sociais em que a educação incide, com ênfase na atuação do Estado no âmbito das políticas públicas; dinâmica da cidadania e os direitos humanos; relação entre educação e trabalho
24. **Família, Políticas Públicas e Avaliação de Programas e Projetos Sociais** - Visa analisar políticas públicas e suas interfaces com o sistema familiar, bem como, identificar, analisar e avaliar programas públicos e privados que interferem no cotidiano deste sistema.
25. **Filosofia do direito** - pesquisa acerca da natureza do conhecimento do direito e construção do conhecimento científico das normas jurídicas em suas várias acepções jurídico-filosóficas: lógica jurídica, epistemologia, ontologia, axiologia jurídica e a pragmática da comunicação
26. **Formação e profissionalização docente** - investiga a formação e profissionalização docente nos diversos níveis e modalidades de ensino, explicitando o caráter político-pedagógico das políticas de formação inicial e continuada, e as relações do trabalho docente.
27. **Formação e Gestão do Território** - Processos e Políticas urbano-ambientais, associadas às condições de vida e moradia. Planejamento e avaliação da gestão do espaço da cidade e práticas de uso e ocupação do solo; Mecanismos, agentes e resultantes da produção do espaço urbano.
28. **Fundamentos da Educação Ambiental** - Aborda os fundamentos históricos, antropológicos, sociológicos e filosóficos (éticos e epistemológicos) da Educação Ambiental, buscando a compreensão e a transformação da crise sócio-ecológico-ambiental.
29. **Fundamentos e Processos em Educação Popular** - Estudos e Pesquisa em Educação Popular, do ponto de vista histórico, sociológico, econômico, filosófico...
30. **Garantia de Acesso à Justiça e Concretização de Direitos** - Objetiva-se instrumentalizar a busca da cidadania com um processo rápido, de forma a impedir que o direito pleiteado se dissolva ou se reduza com o passar do tempo.
31. **Gestão de pessoas e organizações** - constitui um campo de estudo voltado ao aprofundamento do conhecimento teórico e à compreensão das práticas organizacionais referentes às relações de trabalho e a gestão das organizações. Sua proposta consiste em produzir e s
32. **Gestão estratégica e empreendedorismo** - Estudo das tendências e estratégias empresarias visando o seu desenvolvimento em duas vertentes: Mercadológicas e dos agentes influenciadores no desempenho e determinantes de formas e modelos de gestão visando o incremento de sua capacidade competitiva.
33. **Gestão Econômica, Financeira e Tributária** - Análise de processos e políticas econômicas, finanças públicas e temas relacionados à regulamentação, concessão, privatização de serviços públicos e geração de emprego e renda.
34. **Gestão para o Desenvolvimento da Regionalidade** - Esta linha reúne pesquisas sobre a gestão para o desenvolvimento da Regionalidade focando instituições públicas, empresas, segmentos da sociedade civil e outras organizações.
35. **Historia da filosofia moderna** – sem descrição

36. Desenvolvimento de Metodologias e Tecnologias de Intervenção - Pesquisa sobre às várias áreas de atuação do analista do comportamento visando desenvolver técnicas e instrumentos tecnológicos para a solução de questões práticas
37. **Instrumentos Constitucionais de Efetivação dos Direitos Fundamentais** - Busca-se, na interpretação emancipatória do texto constitucional, a busca de maior efetividade dos direitos anunciados, trazendo conceitos e realidades, muitas vezes de outras ciências, o que colabora com a maior efetivação dos direitos constitucionais.
38. **Investigação Princioplógica da Ciência Jurídica** - A descrição do Direito Positivo é missão da Ciência Jurídica, e esta linha permite a investigação crítica dos princípios que devem comandar a interpretação da norma material e processual, nos diversos ramos do Direito.
39. **Mediação e Ação Cultural** - Política Cultural e relações de mediação e ação cultural em diferentes ambientes informacionais formalizados.
40. **Movimentos Sociais e Cidadania** - Estabelece articulação entre movimento sociais e cidadania, colocando em pauta a constituição dos sujeitos coletivos. Analisa questões analíticas relativas à política e à cultura a partir do eixo local/global, as trajetórias dos movimentos sociais.
41. **Novos direitos no sistema jurídico brasileiro** - Pretende-se aqui desenvolver pesquisa para estudo dos chamados novos direitos do sistema jurídico brasileiro, tais como Direito do Consumidor, Direito Ambiental, Processo Coletivo, Bioética, Direito das Relações dos Blocos Econômicos, etc...
42. **Novos paradigmas do direito contemporâneo** - 1) modernidade, crise e direito; 2) pluralismo social e cultural e ordenamento jurídico estatal; 3) sistema jurídico - transformações e permanência; 4) sujeitos na pós-modernidade; 5) exclusão social e direito;
43. **O processo na construção do Estado Democrático de Direito** - Estudo da efetividade do processo a partir de seu caráter instrumental, sob a visão dialética do Direito em lide. Temas: princípios e garantias constitucionais do processo, controle de constitucionalidade, judicialização e desjudicialização do Direito
44. **Planejamento e projeto de arquitetura** - Estuda a relação entre a elaboração teórica e a prática do projeto de Arquitetura em suas diferentes escalas; sua concepção, suas relações internas e externas; as relações com o espaço urbano e a resolução físico-espacial.
45. **Poder Econômico e seus Limites Jurídicos** - Estuda os limites jurídicos do poder econômico e os problemas decorrentes da valorização da empresa no contexto internacional e nacional, na perspectiva do Estado Social Democrático de Direito
46. **Políticas e demandas sociais** - Análise das políticas sociais públicas e privadas que se propõem a responder demandas da sociedade atual e do agir profissional, no âmbito dessas políticas
47. **Políticas Públicas, Território e Cultura** - Transformações espaciais e impactos sobre cultura e território: deslocamentos de populações, fragmentação e dispersão de grupos, perdas territoriais e identitárias, voltadas para jovens, deficientes, velhos, desempregados, mulheres, grupos étnicos
48. **Políticas Públicas** – sem descrição
49. **Políticas Públicas de Inclusão Social** - Busca delimitar as condições e possibilidades da gestão dos interesses públicos a partir da construção de políticas de inclusão social e participação política da cidadania
50. **Processos Educativos e Linguagem** - Aborda em que medida diferentes linguagens permitem compreender processos educativos estabelecidos em diversos espaços e tempos e analisar o potencial dessas produções humanas quando intencionalmente consideradas recursos de transformação da pessoa.
51. **Processos Sociais, Ambientais e Relação de Poder** - Formas de poder utilizadas ao longo dos processos que determinaram a constituição dos diversos modos de protagonismo político e de resistência social, cultural e ambiental dos sujeitos coletivos na Amazônia. Políticas públicas e trajetórias institucionais
52. **Processos Urbanos Contemporâneos** - Estudo, análise e crítica dos processos e projetos urbanos na cidade contemporânea, relacionados às escalas intraurbana, metropolitana e regional.
53. **Relações empresariais, desenvolvimento e demandas SOCIAIS** - Envolve as pesquisas que dizem respeito ao desenvolvimento econômico a partir do papel a ser

desempenhado pela empresa, tendo como norte as demandas provenientes da sociedade brasileira.

54. **Relações de Trabalho e Práticas Sociais de Classe** - Estudo das relações de trabalho no espaço das organizações produtivas e de serviços, das estratégias políticas de enfrentamento entre capital e trabalho, no âmbito da produção e reprodução da força de trabalho.
55. **Relações de trabalho, modernidade e democracia** - Pesquisa as novas dimensões da prestação de trabalho face à sociedade atual, tanto no âmbito individual, quanto no coletivo, sempre tendo em vista as mudanças e as necessidades contemporâneas
56. **Relações Sociais e Interesses difusos** - Análise da situação das relações sociais, da regulação estatal e dos interesses difusos, visando a demonstrar os novos paradigmas contemporâneos que estão surgindo em face da globalização.
57. **Saúde da criança: aspectos clínicos, sócio-culturais, epidemiológicos e avaliação de tecnologia** - Esta linha de pesquisa visa definir parâmetros quantitativos (estatístico-epidemiológico, laboratoriais, experimentais e fisiopatológicos) para diagnóstico, acompanhamento e tratamento de pacientes pediátricos, estimando seu impacto na Saúde Pública
58. **Saúde Coletiva** – sem descrição
59. **Serviço social e políticas sociais** - Analisa a interface entre o Serviço Social, as múltiplas expressões da questão social e as Políticas Sociais, considerando-se os impactos das transformações do mundo do trabalho e do crescente processo de exclusão social na sociedade contemporânea. Estuda
60. **Serviço Social, Avaliação e Gestão de Políticas Sociais** - Esta linha busca contribuir para o aprofundamento do conhecimento das dinâmicas das políticas sociais hoje e, para a utilização de avaliação de políticas como uma ferramenta analítica e interventiva junto aos problemas que atingem nossa sociedade.
61. **Sociedade, Economia e Estado** - Análise dos processos da formação social da América Latina focalizando as relações sociais e econômicas, o papel do Estado e as políticas públicas que marcam diferentes países.
62. **Trabalho e Movimento Sociais** - Propõe discutir e fomentar a produção historiográfica, abordando o papel das políticas governamentais nas transformações sociais e as mudanças nas relações de trabalho, cotidiano das empresas e dos trabalhadores, destacando delas os movimentos sociais
63. **Trabalho, Política e Sociedade** - Analisa as mediações e as questões - quer teóricas quer operativas - que conectam o Serviço Social à questão do trabalho, da política e da sociedade em geral.
64. **Ética, desenvolvimento humano e aprendizagem** - Estudos e pesquisas que, dentro de uma visão interdisciplinar do saber pedagógico, procuram integrar teoria e prática gerando propostas alternativas para a solução de problemas atuais do ensino.

APÊNDICE B
REFERÊNCIAS DOS 119 TRABALHOS ANALISADOS

ALMEIDA, Evelise de. **A legislação aplicável às pessoas portadoras de necessidades especiais:** o respeito aos princípios da dignidade da pessoa humana e da igualdade, à luz da teoria garantista. 2004. 132 f. Dissertação (Mestrado em Ciência Jurídica) - Universidade do Vale do Itajaí, Itajaí.

ALMEIDA, Rejane Cleide Medeiros de. **Cidadania das pessoas com deficiência visual no Estado de Goiás:** trajetória, organização e discurso. 2009. 158 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Goiás, Goiânia.

ALVES, Alessandra Trigo. **Acessibilidade,** desenho universal e a inclusão social das pessoas com deficiência física. 2009. 141f. Dissertação (Mestrado em Sistema Constitucional de Garantia de Direitos) - Instituição Toledo de Ensino, Bauru.

ARAUJO, Josemar Figueiredo. **Inclusão pela legislação:** uma abordagem sociológica dos atuais resultados da política brasileira de cotas para pessoas com deficiência nas empresas privadas. 2009. 122 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia e Direito) - Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro.

ARAUJO, Nelly Miriam Barreto da Rocha. **A Inserção das pessoas deficientes no mercado de trabalho:** uma igualdade constitucional. 2005. 175 f. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade da Amazônia, Belém.

ALVES, Rubens Valtecedes. **Novas dimensões da proteção ao trabalhador:** "o deficiente físico". 1991. 283 f. Dissertação (Mestrado em Direito) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.

ATAIDE, Maria de Fátima Moreira. **O direito à educação especial na ação do Poder Legislativo de São Carlos:** 1979-1998. 2000. 155 f. Dissertação (Mestrado em Educação Especial) - Universidade Federal de São Carlos, São Carlos.

BARBOZA, Fernando Vidoi. **Estratégias de recursos humanos para incluir a pessoa portadora de deficiência no mercado de trabalho.** 2003. 96f. Dissertação (Mestrado em Administração de Empresas) - Centro Universitário Álvares Penteado, São Paulo.

BARP, Alexandra. **Estado e empresa: inclusão da pessoa portadora de necessidades especiais no mercado de trabalho.** 2007. 120 f. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade de Marília, Marília.

BEVERVANÇO, Rosana Beraldi. **Direitos da pessoa portadora de deficiência:** da exclusão a igualdade. 2001. 304 f. Dissertação (Mestrado em

Direito) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba.

BOECHAT, Vivianne Rigoldi. **O direito à educação especial e a educação inclusiva sob o enfoque do princípio da igualdade.** 2009. 111 f. Dissertação (Mestrado em Direito) - Fundação de Ensino Eurípides Soares da Rocha, Marília.

BORGHI, Fatima Aparecida De Souza. **Direito político fundamental do voto da pessoa portadora de deficiência e do preso provisório à luz da Constituição Federal.** 2005. 330f. Dissertação (Mestrado em Direito) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.

BRAGA, Mariana Moron Saes. **E se a legislação fosse levada a sério?: uma análise da possibilidade de a legislação sobre a educação inclusiva provocar mudanças na sociedade.** 2004. 185 f. Dissertação (Mestrado em Direito) - Fundação de Ensino Eurípides Soares da Rocha, Marília.

BRASILEIRO, Gustavo Tambelini. **Dignidade humana art. 93 da Lei 8.213/1991: uma realização no acesso ao trabalho.** 2009. 121f. Dissertação (Mestrado em Direito Político e Econômico) - Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo.

BRAVO, Aline Droppe. **As necessidades informacionais dos bacharéis em Direito na defesa das pessoas com necessidades especiais.** 2009. 106 f. Dissertação (Mestrado em Educação Especial) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos.

BRUNO, André Gustavo Garcia. **Interdições e contradições na política de inclusão de jovens e adultos com deficiência no Estado de Mato Grosso do Sul.** 2006. 90 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Fundação Universidade Federal do Mato Grosso do Sul, Campo Grande.

BUCCIO, Maria Isabel da Silva Santos. **Políticas Públicas de educação inclusiva: a implementação em escolas públicas no município de Araucária.** 2007. 167 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Tuiuti do Paraná, Curitiba.

CAMPOS, Ana Carolina Heise Furquim de. **O controle verbal do comportamento: um estudo exploratório acerca da legislação sobre pessoas com necessidades especiais.** 2009. 51 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia Experimental: Análise do Comportamento) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.

CAMPOS, Cláudia Bebert. **A tutela constitucional das pessoas portadoras de fissura lábio palatal.** 2006. 119 f. Dissertação (Mestrado em Sistema Constitucional de Garantia de Direitos) - Instituição Toledo de Ensino, Bauru.

CARVALHO, Sandra Maria Cordeiro Rocha de. **Representação social da pessoa com deficiência frente à exclusão/inclusão.** 2007. 127 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa.

CASTALDI, Marcia da Silva Dias. **A qualificação e a inserção no mundo do trabalho da pessoa portadora de deficiência:** um estudo sobre o impacto da extinção da Lei 6.297/75. 2009. 202 f. Dissertação (Mestrado em Administração) - Universidade Metodista De São Paulo, São Paulo.

CHAGAS, Ana Maria de Rezende. **Avanços e Impedimentos para a construção de uma política social para as pessoas com deficiência.** 2006. 114 f. Dissertação (Mestrado em Política Social) – Universidade de Brasília, Brasília.

COLEGAR, Patrícia Carvalho. **Uma abordagem constitucional sobre a inclusão social das pessoas com deficiência.** 2007. 200f. Dissertação (Mestrado em Direito) - Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte.

CORREIA, Ludmila Cerqueira. **Avanços e impasses na garantia dos direitos humanos das pessoas com transtornos mentais autoras de delitos.** 2007. 235 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Políticas) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa.

COSTA, Islândia Conceição. **Um olhar sobre o direito à cidade em Salvador:** acessibilidade ao meio físico no centro da cidade para pessoas com deficiência. 2006. 240f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Universidade Federal da Bahia, Salvador.

COSTA, Juliana Furtado. **A inclusão das pessoas portadoras de deficiência no mercado de trabalho:** a experiência no Estado do Pará. 2003. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade Federal do Pará, Belém.

COUTINHO, Claudia Fagundes. **Proteção trabalhista ao portador de deficiência física.** 1992. 210 f. Dissertação (Mestrado em Direito) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.

CRUZ, Luiz Soares da. **Políticas Públicas cidade acessível (Santo André e**

as políticas voltadas às pessoas com deficiência). 2004. 117 f. Dissertação (Mestrado em Administração) - Universidade Municipal de São Caetano do Sul, São Caetano do Sul.

DENDENA, Fabiana. **A educação ambiental e a educação especial pela ótica da inclusão e exclusão nas legislações e políticas educacionais.** 2008. 151f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Fundação Universidade Federal do Rio Grande, Rio Grande.

DIAS, Maria Rosângela Rezende de Lima. **A pessoa com deficiência e o mercado de trabalho:** discriminação, desafios e conquistas. 2008. 151 f. Dissertação (Mestrado em Direitos Humanos, Cidadania E Violência) - Centro Universitário Euro-Americano, Brasília.

ELIAS, Margareth Pereira. **O direito na prática:** estudo do acesso a alguns benefícios legais disponíveis no Brasil para os portadores de necessidades especiais/mielomeningocele. 2004. 100 f. Dissertação (Mestrado em Saúde da mulher e da criança) - Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro.

FELTRIN, Carlos Alberto de Toledo. **A pessoa portadora de deficiência e seu acesso ao mercado de trabalho.** 2003. 218 f. Dissertação (Mestrado em Direito) - Fundação de Ensino Eurípides Soares da Rocha, Marília.

FERRARESI. Camilo Stangherlim. **O direito ao lazer da pessoa portadora de necessidades especiais na Constituição Federal.** 2008. 166 f. Dissertação (Mestrado em Sistema Constitucional de Garantia de Direitos) - Instituição Toledo de Ensino, Bauru.

FONSECA, Ricardo Tadeu Marques da. **O trabalho da pessoa com deficiência e a lapidação dos direitos humanos:** o direito do trabalho, uma ação afirmativa. 2005. 289 f. Tese (Doutorado em Direito) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba.

FONSECA, Tatiana Maria Araújo da. **O processo de revisão do benefício de Prestação Continuada e a política de assistência social:** um estudo sobre o benefício concedido às pessoas com deficiência no município do Rio de Janeiro. 2007. 133 f. Dissertação (Mestrado em Política Social) - Universidade Federal Fluminense, Niterói.

FORTUNA, Juliana. **O conceito de acessibilidade e suas relações com a educação e cidadania.** 2009. 111 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade do Extremo Sul Catarinense, Criciúma.

FRANCISCO, Claudia Ferreira. **Deficiência auditiva na primeira infância o**

direito a educação. 1994. 82 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.

FUNES, Andrei Mohr. **O Sus e o dever de assistência integral:** a perspectiva da pessoa portadora de deficiência. 2007. 156 f. Dissertação (Mestrado em Sistema Constitucional de Garantia de Direitos) - Instituição Toledo de Ensino, Bauru.

GALHARDO, Maria Irma Neife. **Responsabilidade social empresarial como forma de inclusão social:** aspectos jurídicos. 2005. 208 f. Dissertação (Mestrado em Direito) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Carlos.

GOBBI, Carlos Augusto. **Garantia constitucional a efetividade dos direitos fundamentais da pessoa com deficiência.** 2007. 182 f. Dissertação (Mestrado em Sistema Constitucional de Garantia de Direitos) - Instituição Toledo de Ensino, Bauru.

GOES, Ricardo Schers de. **O direito à educação:** um estudo sobre as políticas de educação especial no Brasil (1974/2008). 2009. 193 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.

GOMES, Maria Teresa dos Santos Lobo. **Cidadania em construção:** o caso dos idosos e dos portadores de deficiência incluídos no Programa do Benefício de Prestação Continuada em Carpina. 2000. 65 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Universidade Federal De Pernambuco, Recife.

GOMES. Maurício Da Silva. **Os princípios constitucionais e o direito à educação da pessoa com deficiência.** 2007. 108 f. Dissertação (Mestrado em Direito) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.

GUHUR, Jacqueline Sophie Periotto. **Programas de televisão e pessoas com necessidades especiais:** uma reflexão acerca do grotesco e da tutela civil da dignidade humana. 2003. 195 f. Dissertação (Mestrado em Direito) - UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ, Maringá.

HONESKO, Raquel Schlommer. **Direitos fundamentais, processo e pessoa portadora de deficiência:** a tutela jurisdicional coletiva como instrumento de inclusão social. 2007. 210 f. Dissertação (Mestrado em Sistema Constitucional de Garantia de Direitos) - Instituição Toledo de Ensino, Bauru.

LARAIA, Maria Ivone Fortunato. **A pessoa com deficiência e o direito ao trabalho.** 2009. 189 f. Dissertação (Mestrado em Direito) - Pontifícia

Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.

LEAL, Carla Reita Faria. **Proteção internacional do direito ao trabalho da pessoa com deficiência.** 2008. 271 f. Tese (Doutorado em Direito) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.

LEITE, Flavia Piva Almeida. **A Federação Brasileira e o dever de legislar sobre o acesso aos espaços públicos para as pessoas portadoras de deficiência.** 2002. 328f. Dissertação (Mestrado em Sistema Constitucional de Garantia de Direitos) - Instituição Toledo de Ensino, Bauru.

LIMA, Osmarina Godoy. **Políticas Públicas e a inclusão da pessoa com deficiência física no polo industrial de Manaus no período de 2005 à 2008.** 2008. 190 f. Dissertação (Mestrado em Sociedade e Cultura na Amazônia) - Universidade Federal do Amazonas, Manaus.

LOBATO, Beatriz Cardoso. **Pessoas com deficiência no mercado de trabalho: implicações da Lei de cotas.** 2009. 149 f. Dissertação (Mestrado em Educação Especial) - Universidade Federal de São Carlos, São Carlos.

LOPES, Laís Vanessa Carvalho de Figueiredo. **Convenção sobre os direitos das pessoas com deficiência da ONU, seu protocolo facultativo e a acessibilidade.** 2009. 228 f. Dissertação (Mestrado em Direito) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.

LORENTZ, Lutiana Nacur. **A norma da igualdade no direito material e processual e o direito ao trabalho das pessoas com deficiência.** 2005. 921 f. Tese (Doutorado em Direito) - Pontifícia Universidade Católica De Minas Gerais, Belo Horizonte.

MACHADO, Fabíola Villela. **Os direitos à saúde e à educação da criança portadora de deficiência mental no direito brasileiro à luz da teoria dos direitos de personalidade.** 2000. 267f. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade Estadual De Maringá, Maringá.

MACIEL JÚNIOR, João da Silva. **A política de cotas no trabalho como ação afirmativa para a pessoa com deficiência em São Luís/Ma.** 2008. 200 f. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas) - Universidade Federal Do Maranhão, São Luis.

MARANHÃO, Rosanne de Oliveira. **O portador de deficiência e o direito do trabalho.** 2003. 164 f. Dissertação (Mestrado em Direito Político e Econômico) - Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo.

MARCUS, Douglas. **A tutela jurídica dos portadores de necessidades especiais e sua inclusão no mercado de trabalho.** 2009. 190f. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade Metropolitana de Santos, Santos.

MARQUES, Carlos Alberto. **Para uma filosofia da deficiência estudo dos aspectos ético social, filosófico existencial e político institucional da pessoa portadora de deficiência.** 1994. 119 f. Dissertação (Mestrado em Filosofia) - Universidade Federal De Juiz De Fora, Juiz de Fora.

MARTINS, Claudia Stadler Mikoski. **Políticas públicas de educação especial e o transtorno de déficit de atenção/hiperatividade (TDA/H).** 2008. 115f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Tuiuti do Paraná, Curitiba.

MATALUNA, Mariana Beatriz. **Políticas de atendimento escolar a pessoas com necessidades educacionais especiais: um estudo comparado.** 2007. 177 f. Dissertação (Mestrado em Integração da América Latina) - Universidade de São Paulo, São Paulo.

MELO, Júlio Cesar de. **Políticas públicas de inclusão social: um estudo sociojurídico sobre a pessoa com deficiência.** 2007. 136 f. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade de Santa Cruz do Sul, Santa Cruz do Sul.

MELO, Sandro Nahmias. **O direito do trabalho da pessoa portadora de deficiência física no Brasil e o princípio constitucional da igualdade (ação afirmativa).** 2002. 288 f. Tese (Doutorado em Direito) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.

MERENDI, Tatiana Peghin. **O princípio da igualdade no estado democrático brasileiro: os deficientes físicos e a discriminação positiva.** 2007. 107 f. Dissertação (Mestrado em Direito) - Fundação de Ensino Eurípides Soares da Rocha, Marília.

MORAES, Miguel Correia de. **Acessibilidade no Brasil: análise da NBR 9050.** 2008. 173 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

MOREIRA, Glauco Roberto Marques. **A pessoa portadora de deficiência e as penas alternativas à luz da Constituição.** 2007. 216f. Dissertação (Mestrado em Sistema Constitucional de Garantia de Direitos) - Instituição Toledo de Ensino, Bauru.

NEVES, Tânia Regina Levada. **Educar para a cidadania: promovendo auto-advocacia em grupos de pessoas com deficiência.** 2005. 126 f. Tese (Doutorado em Educação Especial) - Universidade Federal de São Carlos, São Carlos.

NEVES, Tânia Regina Levada. **Movimentos sociais, auto-advocacia e educação para a cidadania de pessoas com deficiência mental.** 2000. 99 f. Dissertação (Mestrado em Educação Especial) - Universidade Federal de São Carlos, São Carlos.

NIESS, Luciana Toledo Távora. **O direito ao trabalho das pessoas portadoras de deficiência no cenário nacional e internacional.** 2008. 206 f. Dissertação (Mestrado em Direito) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.

NUNES, Isabel Matos. **Políticas de educação especial e inclusão escolar no município de Conceição da Barra/ES: um estudo de caso.** 2009. 195 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória.

OLIVEIRA, Cristiane Cardoso de. **O trabalhador portador de deficiência e sua inclusão no mundo do trabalho.** 1999. 133f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

OLIVEIRA, Maria Lúcia Dantas de. **Inclusão da pessoa surda no mercado de trabalho: desafios da responsabilidade social empresarial.** 2008. 150 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Humano e Responsabilidade Social) - Fundação Visconde de Cairu, Salvador.

OLIVEIRA, Marla Vieira Moreira de. **Educar para a diversidade: um olhar sobre as políticas públicas para a educação especial desenvolvidas no município de Sobral (1995-2006).** 2007. 100 f. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas e Sociedade) - Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza.

OLIVEIRA, Simônia Gonçalves de. **A garantia do direito à educação de crianças e adolescentes com deficiência no município de Frederico Westphalen.** 2009. 236 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

PASTORE, José Eduardo Gibello. **A inclusão das pessoas portadoras de Síndrome de Down no mercado de trabalho por meio do trabalho.** 2004. 147 f. Dissertação (Mestrado em Direito) - Pontifícia Universidade Católica de

São Paulo, São Paulo.

PAULINO, Luciana Fernandes. **Representações sociais de velhice, cegueira e direitos sociais em instituições especializadas em deficiência visual.** 2007. 255 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

PIATIGORSKI, Márcia Vieira. **O papel do Ministério Público em prol da efetividade dos direitos humano à luz do direito internacional dos direitos humanos interamericano e do ordenamento jurídico interno - a defesa das pessoas portadoras de deficiência.** 2003. 262 f. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

PICCIRILLO, Miguel Belinati. **O estado e a proteção da pessoa com deficiência e do idoso através do benefício assistencial de prestação continuada.** 2008. 200 f. Dissertação (Mestrado em Sistema Constitucional de Garantia de Direitos) - Instituição Toledo de Ensino, Bauru.

PIEROTTI, Wagner de Oliveira. **O benefício de prestação continuada a idosos e portadores de deficiência, à luz da Constituição Federal.** 2009. 154 f. Dissertação (Mestrado em Sistema Constitucional de Garantia de Direitos) - Instituição Toledo de Ensino, Bauru.

PIRES, Fátima Lauria. **O direito à mobilidade na cidade: mulheres, crianças, idosos e deficientes.** 2009. 88f. Dissertação (Mestrado em Política Social) - Universidade de Brasília, Brasília.

RAIOL, Raimundo Wilson Gama. **Os direitos humanos de acessibilidade e locomoção das pessoas com necessidades especiais: a realidade paraense, com ênfase em Belém/PA.** 2008. 321 f. Tese (Doutorado em Direito) - Universidade Federal do Pará, Belém.

RÊGO, Marcia Cristina dos Santos. **A pessoa portadora de deficiência e as ações afirmativas.** 2006. 101 f. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade Federal do Pará, Belém.

RESENDE, Ana Paula Crosara de. **O direito a acessibilidade das pessoas com deficiência física em Uberlândia.** 2003. 177 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia.

RIBEIRO, Lauro Luiz Gomes. **O Direito da criança e do adolescente com deficiência ao ensino fundamental.** 2001. 330 f. Dissertação (Mestrado em Direito) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.

RIBEIRO, Marco Antônio. **A inclusão da pessoa com deficiência no mercado de trabalho:** estudo de caso na circunscrição do ministério público de belo horizonte sob uma análise neoinstitucional. 2008. 166 f. Dissertação (Mestrado em Administração Pública) - Fundação João Pinheiro, Belo Horizonte.

RIPOLI, Danilo César Siviero. **A reserva de cargos e empregos públicos às pessoas portadoras de deficiência.** 2008. 241f. Dissertação (Mestrado em Sistema Constitucional de Garantia de Direitos) - Instituição Toledo de Ensino, Bauru.

RODRIGUES, Zenita Simões. **Pessoas portadoras de deficiência mental: novos sujeitos de direitos.** 2000. 66 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife.

ROSA, Enio Rodrigues da. **O trabalho das pessoas com deficiência e as relações sociais de produção capitalista:** uma análise crítica da política de cotas no Brasil. 2008. 200f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Cascavel.

SANTOS, Maria Inêz. **A organização dos ostomizados na luta pelos direitos sociais.** 2003. 168 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife.

SANTOS, Wederson Rufino dos. **Deficiência e democracia:** a interpretação do poder judiciário sobre o benefício de prestação continuada. 2009. 105f . Dissertação (Mestrado em Política Social) - Universidade de Brasília, Brasília.

SARRAF, Viviane Panelli. **Reabilitação do museu:** políticas de inclusão cultural por meio da acessibilidade. 2008. 180 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Universidade de São Paulo, São Paulo.

SEGALLA, Juliana Izar Soares da Fonseca. **Direito à educação e ações afirmativas como instrumentos para a inclusão social das pessoas com deficiência:** a importância do ensino médio. 2008. 245 f. Dissertação (Mestrado em Sistema Constitucional de Garantia de Direitos) - Instituição Toledo de Ensino, Bauru.

SILVA, Alcione de Freitas. **Direito ao trabalho das pessoas portadoras de deficiência no estado democrático de direito.** 2003. 150 f. Dissertação (Mestrado em Direito) - Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte.

SILVA, Alexandre Vitorino. **Direitos a prestações positivas e igualdade: a deficiência em perspectiva constitucional.** 2003. 246 f. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade de Brasília, Brasília.

SILVA, Cristiane Ribeiro da. **Reserva de vaga na iniciativa privada e direito ao trabalho das pessoas portadoras de deficiência.** 2008. 138f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Instituição Toledo de Ensino, Bauru.

SILVA, Eduardo Jannone da. **As medidas acessórias de coerção e a busca da utilidade do provimento antecipatória de tutela, sob o prisma do direito à saúde da pessoa portadora de deficiência.** 2008. 164f. Dissertação (Mestrado em Sistema Constitucional de Garantia de Direitos) - Instituição Toledo de Ensino, Bauru.

SILVA, Idari Alves da. **Construindo a cidadania: uma análise introdutória sobre o direito à diferença.** 2002. 110f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia.

SILVA, José Verissimo da. **A dimensão social da política de transportes no Brasil: o direito de acesso de pessoas idosas e portadoras de deficiências no sistema público.** 2001. 173 f. Dissertação (Mestrado em Política Social) - Universidade de Brasília, Brasília.

SILVA, Leonio José Alves da. **Responsabilidade civil do estado nos direitos de personalidade das pessoas portadoras de deficiências: a efetivação de uma cidadania inexistente.** 2000. 127 f. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife.

SILVA, Marcia Cristina Rafael Da. **Evolução do direito do trabalho: alterações legislativas e perspectivas.** 2003. 116 f. Dissertação (Mestrado em Direito) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.

SILVA, Ronaldo Menezes da. **O portador de necessidades especiais à luz da lei.** 2007. 98 f. Dissertação (Mestrado em Direito) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.

SILVA, Sandra Moraes de Brito. **A atuação estatal para inserção da pessoa com deficiência no mercado trabalho: exame do artigo 93 da lei 8.213/91. Aspectos de efetividade.** 2007. 287 f. Dissertação (Mestrado em Direito Político e Econômico) - Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo.

SILVA, Sílvia Araujo da. **A pessoa portadora de deficiência e o seu direito de locomoção.** 2002. 181 f. Dissertação (Mestrado em Sistema Constitucional de Garantia de Direitos) - Instituição Toledo de Ensino, Bauru.

SILVERIO, Marise Mendes. **Inclusão exclusiva ou exclusão inclusiva do deficiente mental:** uma questão de políticas públicas. 2008. 181 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Tuiuti do Paraná, Curitiba.

SOARES, Flávia. **Uma reflexão sobre o processo de inclusão no mercado de trabalho:** a perspectiva da pessoa com deficiência. 2006. 87f. Dissertação (Mestrado em Economia Doméstica) - Universidade Federal De Viçosa, Viçosa.

SOUSA JÚNIOR, Rômulo Andrade de. **Avaliação da política pública de acessibilidade no período de 1992 a 2002 na cidade do natal.** 2005. 290 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal.

SOUSA, Antônia Felix de. **Política pública de saúde e pessoa com deficiência:** a cidadania como possibilidade. 2005. 109 f. Dissertação (Mestrado Profissionalizante em Avaliação de Políticas Públicas) - Universidade Federal do Ceará, Fortaleza.

SOUSA, José Soares de. **A efetividade do direito social ao trabalho e a inclusão do portador de deficiência.** 2008. 127 f. Dissertação (Mestrado em Sistema Constitucional de Garantia de Direitos) - Instituição Toledo de Ensino, Bauru.

SOUZA, Flávia Danieli de. **Análise do projeto político-pedagógico:** o movimento em direção a uma escola inclusiva. 2009. 156f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Marília.

SOUZA, José Carlos Cardoso. **Um dilema da formação jurídica:** o papel das escolas de Direito frente às questões da inclusão. 2004. 120 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Marília.

SOUZA, Luciana Gonçalves de. **Da exclusão aos direitos, dos direitos às garantias:** um estudo sobre as garantias do direito ao trabalho das pessoas com deficiência. 2006. 145 f. Dissertação (Mestrado em Política Social) - Universidade de Brasília, Brasília.

STEIGER, Leandro. **Os pensamentos dos empregadores sobre o direito de acesso das pessoas com necessidades educacionais especiais no mercado de trabalho.** 2006. 100 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo.

TEIXEIRA, Valquiria Prates Pereira. **Acessibilidade como fator de equiparação de oportunidades para pessoas com deficiência na escola: análise de garantias legais em países da América Latina.** 2008. 122f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade de São Paulo, São Paulo.

TEIXEIRA, Vera Regina Corrêa. **Currículo e Legislação escolar na modalidade Educação Especial – Aluno Surdo:** um estudo de caso. 2009. 124 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Centro Universitário La Salle, Canoas.

TOKUNAGA, Raissa Bressanim. **A inclusão social como fator de efetivação dos direitos fundamentais do trabalhador:** uma visão constitucional sobre a deficiência. 2009. 236 f. Dissertação (Mestrado em Direito) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.

VASCONCELOS FILHO, André. **Inclusão, direito de todos.** 2007. 148 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

VASCONCELOS, Fernando Donato. **Ironias da Desigualdade:** políticas e práticas de inclusão de pessoas com deficiência física. 2005. 100f. Tese (Doutorado em Saúde Coletiva) - Universidade Federal da Bahia, Salvador.

VIEGAS, Luciane Torezan. **Educação Especial no Rio Grande do Sul:** uma análise da oferta e das políticas educacionais no período de 1988 a 2002. 2005. 119 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

VIEIRA, Danielle Kristhine Virtuoso. **Os limites de um mercado inclusivo para pessoas com deficiência.** 2008. 96f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Universidade Federal de Alagoas, Maceió.

XAVIER, Laércio Noronha. **Direito das pessoas com deficiência:** desenho universal, acessibilidade e inclusão social. 2005. 373 f. Tese (Doutorado em Direito) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife.

ZAHER, Hugo Gomes. **Hermenêutica constitucional e normas programáticas:** o conteúdo essencial dos direitos fundamentais das pessoas com deficiência. 2009. 127f. Dissertação (Mestrado em Sistema Constitucional

de Garantia de Direitos) - Instituição Toledo de Ensino, Bauru.